



RELATÓRIO DE GESTÃO
2004 - 2005

Florianópolis, março de 2005.

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Composição

Presidente

Des. Carlos Prudêncio

Vice-Presidente

Corregedor Regional Eleitoral

Des. José Gaspar Rubik

Juízes Efetivos

Juiz Hilton Cunha Júnior

Juiz Osni Cardoso Filho

Juiz Henry Goy Petry Júnior

Juízes Substitutos

Des. Pedro Manoel Abreu

Des. Orli de Ataíde Rodrigues

Juiz Oscar Juvêncio Borges Neto

Juiz Newton Varella Júnior

Juiz Paulo Roberto Sartorato

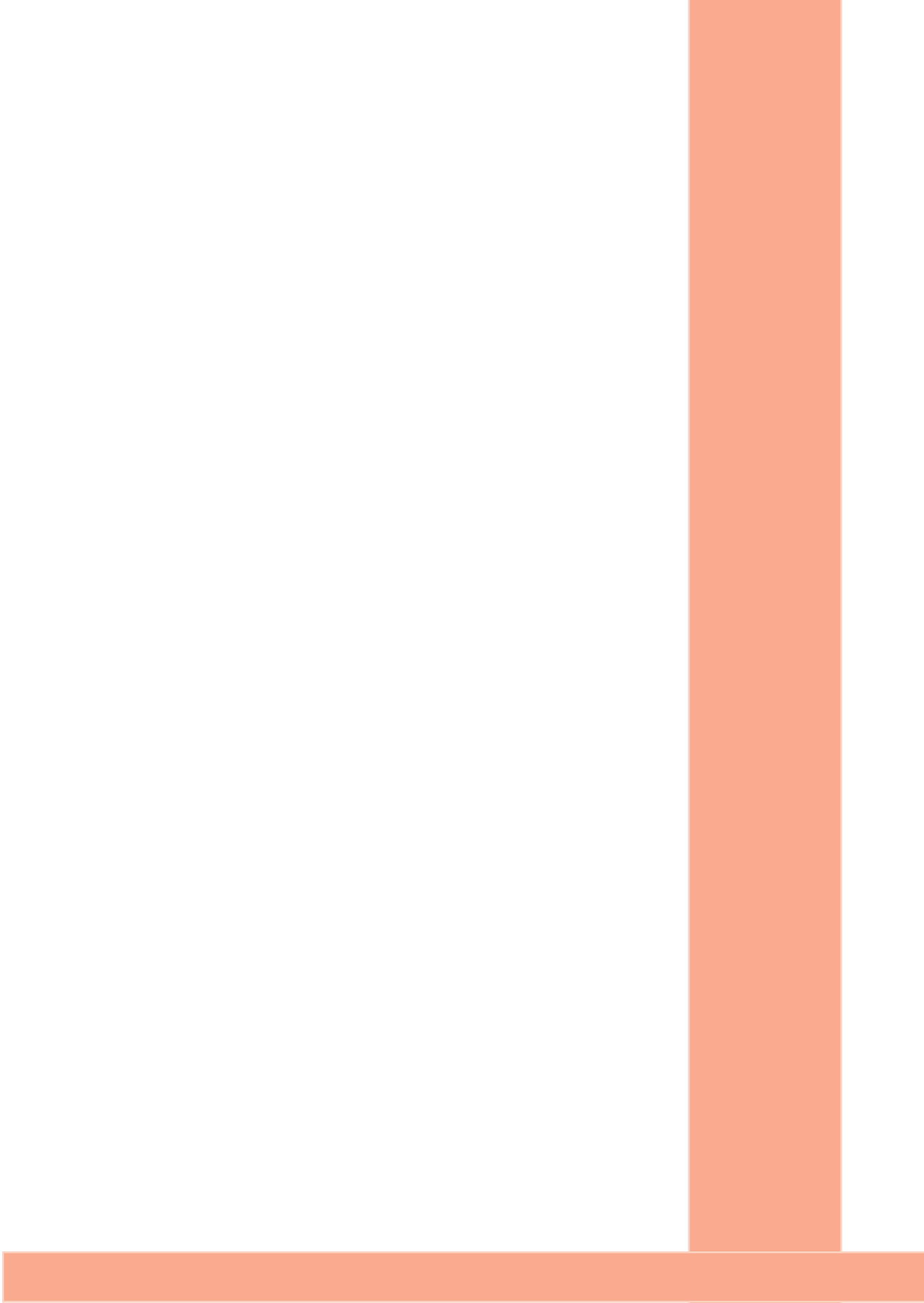
Juíza Eliana Paggiarin Marinho

Procurador Regional Eleitoral

Dr. Carlos Antonio Fernandes de Oliveira

Procurador Regional Eleitoral Substituto

Dr. Mauricio Gotardo Gerum



Tribunal Regional Eleitoral

Presidência

Des. Carlos Prudêncio

Assessoria Jurídica da Presidência

Ana Eloise de Carvalho Flôres

Assessora Especial

Anete Mara Innocente

Coordenadoria do Gabinete da Presidência

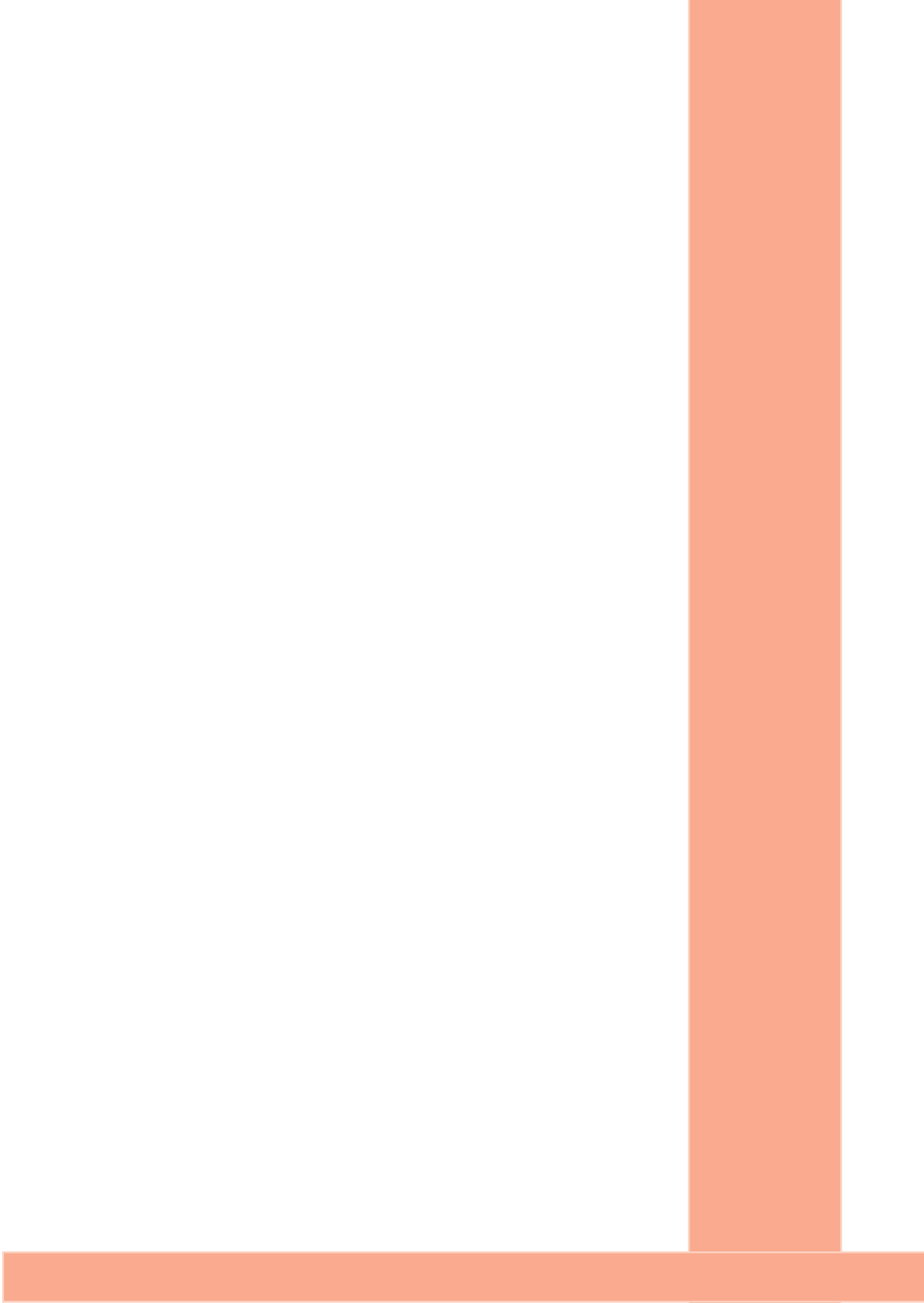
José Adilson Bittencourt Júnior

Corregedoria Regional Eleitoral

Des. José Gaspar Rubik

Coordenadoria de Atividades Correicionais

Renata Beatriz de Fávere



Direção-Geral

Norberto Ulysséa Ungaretti Júnior

Assessoria (Recursos Humanos)

Kátia Cristina Kolb Schiefler Sombrio

Assessoria (Licitações e Contratos)

Márcia Mendonça Ruhland

Coordenadoria de Controle Interno

Renata Silva Rocha

Secretaria Judiciária

Clycie Damo Bertoli

Coordenadoria de Registros e Informações Processuais

Rosana Spiller Fernandes

Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação

Rodrigo Camargo Piva

Secretaria de Administração e Orçamento

Denise Goulart Schlichmann Sobierajski

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Silvana Rudolfo

Coordenadoria de Apoio Administrativo

Rafael Alexandre Machado

Coordenadoria de Orçamento e Finanças

Salésio Bauer

Secretaria de Recursos Humanos

Ilênia Schaeffer Sell

Coordenadoria de Pessoal

Sônia Maria Campos

Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos

Lúcia Meyer Kotzias

Secretaria de Informática e Eleições

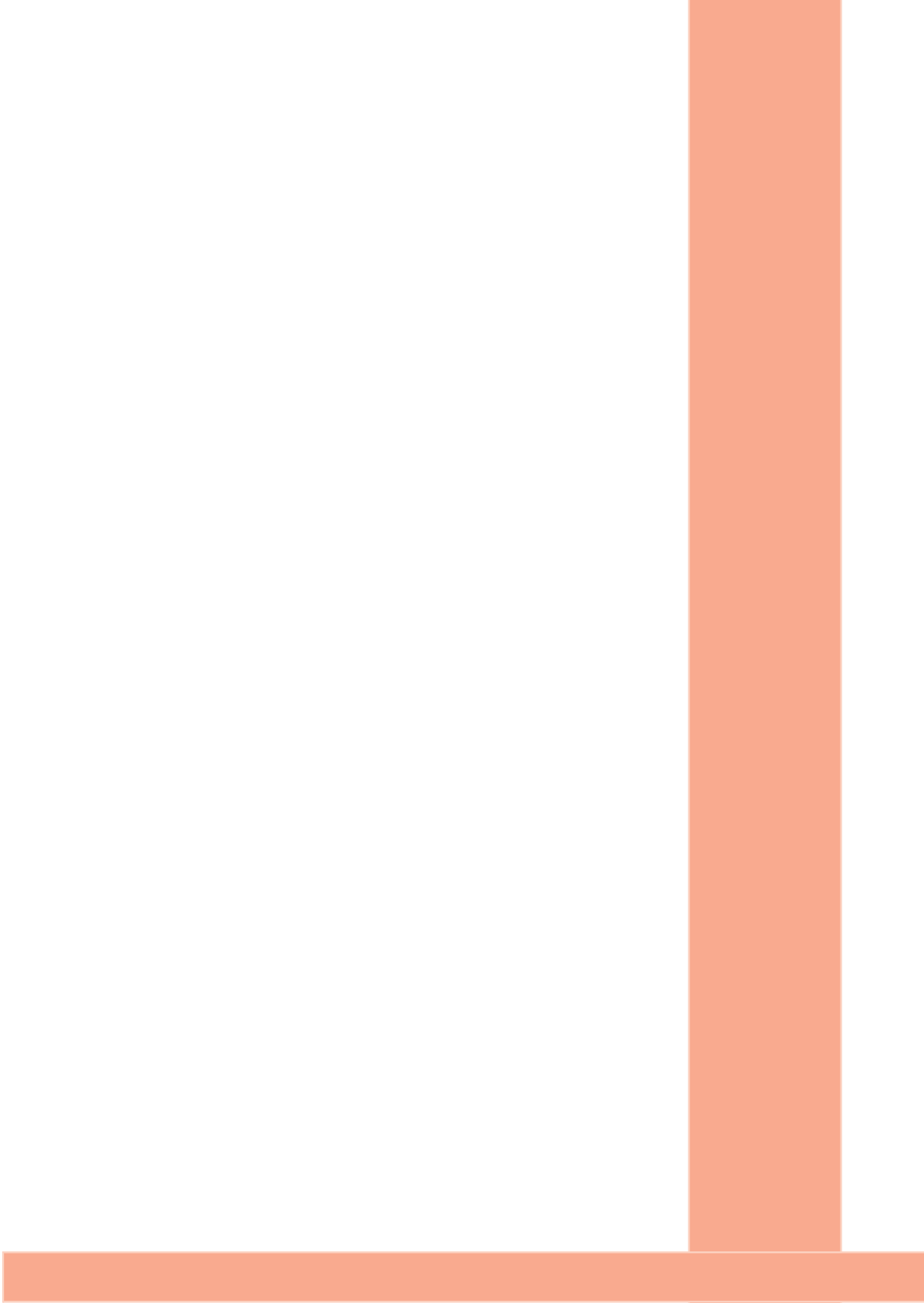
Gonsalo André Agostini Ribeiro

Coordenadoria de Informática

Augusto César Campos

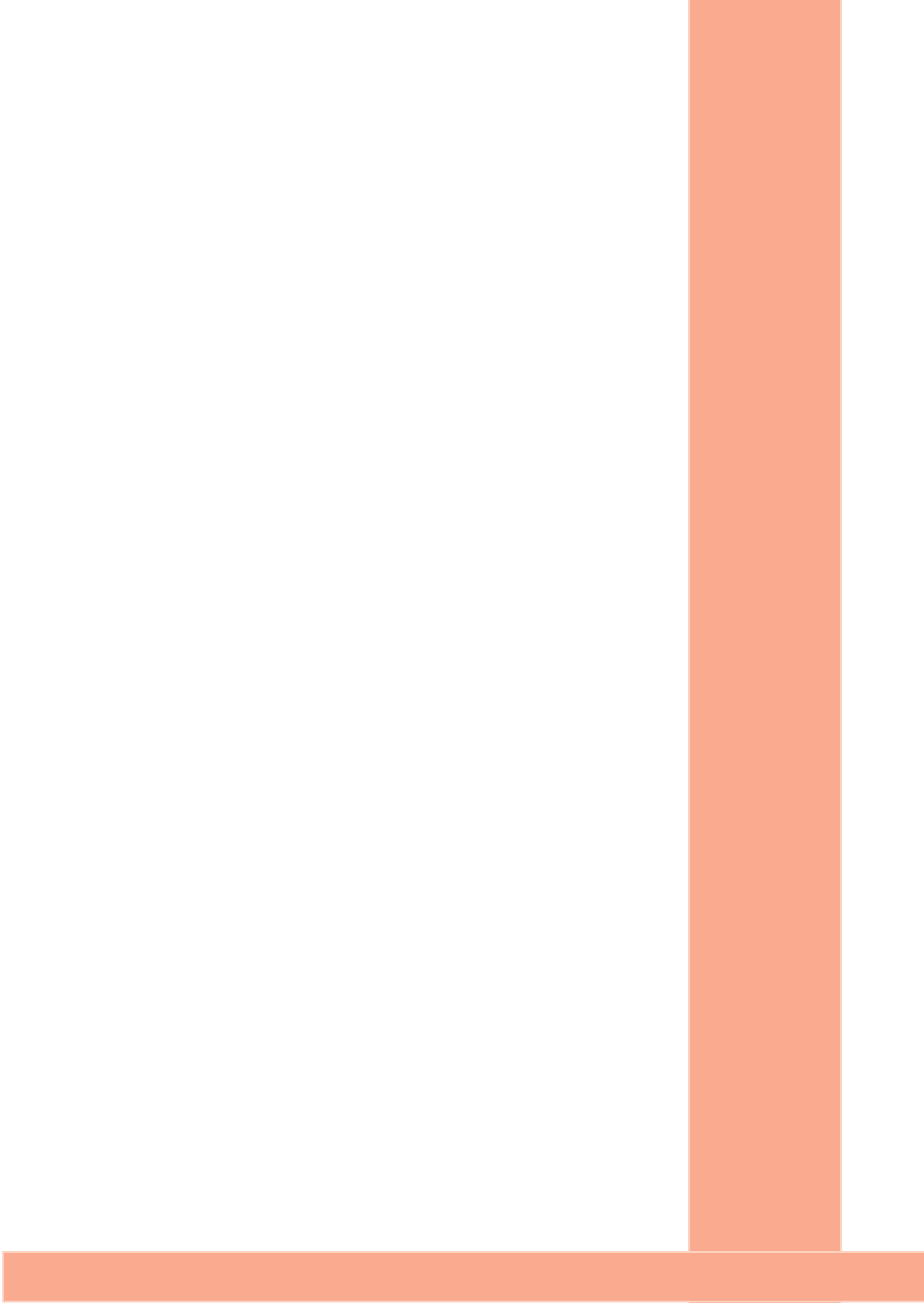
Coordenadoria de Eleições

Eduardo Cardoso



SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| APRESENTAÇÃO | 11 |
| PRESIDÊNCIA | 15 |
| DECISÕES DA PRESIDÊNCIA | 15 |
| MEMBROS DO TRIBUNAL | 16 |
| REESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DO TRIBUNAL | 18 |
| DESBUROCRATIZAÇÃO DA SECRETARIA E DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA | 20 |
| PORTARIAS NORMATIVAS DA PRESIDÊNCIA | 21 |
| SESSÕES E JULGAMENTOS REALIZADOS | 22 |
| RESOLUÇÕES NORMATIVAS | 23 |
| PROGRAMA MESÁRIO VOLUNTÁRIO | 26 |
| CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ELEITOR - SERVIÇO 148 | 26 |
| TOTALIZAÇÃO E TRANSMISSÃO DOS DADOS | 27 |
| PESQUISA DE SATISFAÇÃO DOS ELEITORES E MESÁRIOS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2004 EM SANTA CATARINA .. | 30 |
| INOVAÇÕES NA ÁREA JUDICIAL | 32 |
| REFORMAS E MELHORIAS EXECUTADAS NA ESTRUTURA FÍSICA | 34 |
| NOVA SALA DE SEÇÕES VIRTUAL | 35 |
| PROCESSO VIRTUAL | 37 |
| ELEIÇÃO ELETRÔNICA DO FUTURO | 39 |
| INOVAÇÕES NA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS | 41 |
| OBTENÇÃO DO TERRENO EM SÃO JOSÉ | 45 |
| ARMAZENAMENTO DE URNAS ELETRÔNICAS | 45 |
| RECURSOS FINANCEIROS | 46 |
| OBTENÇÃO DE CRÉDITOS ADICIONAIS E CORRESPONDENTES REALIZAÇÕES | 47 |
| VIAGENS A VENEZUELA - MISSÃO DA OEA | 49 |
| COLÉGIO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ... ELEITORAIS | 51 |
| ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL DE SANTA CATARINA E CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO ELEITORAL | 52 |
| REGISTROS, EM ATA, DE OUTROS ATOS E OCORRÊNCIAS | 55 |
| PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS OFICIAIS | 59 |
| AGRADECIMENTOS | 61 |
| RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIREÇÃO-GERAL | |
| EXERCÍCIO 2004 - | 65 |
| DIREÇÃO-GERAL | 75 |
| SECRETARIA JUDICIÁRIA | 99 |
| SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO | 111 |
| SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS | 127 |
| SECRETARIA DE INFORMÁTICA E ELEIÇÕES | 145 |



APRESENTAÇÃO

Senhores Juízes, Senhor Procurador Regional Eleitoral, para dar cumprimento ao contido no art. 20, XXVIII, do Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (Resolução TRESA n. 7.357/2003), cumpre-me apresentar-lhes o relatório circunstanciado dos trabalhos efetuados durante minha gestão na Presidência deste Tribunal, abrangendo o período de 30 de janeiro de 2004 a 4 de março de 2005¹.

Este documento contém, além dos resumos elaborados por esta Presidência e pela Corregedoria Regional Eleitoral, o detalhamento das atividades desenvolvidas pela Direção-Geral, suas Assessorias e Coordenadoria de Controle Interno, e pelas Secretarias Judiciária, de Administração e Orçamento, de Recursos Humanos e de Informática e Eleições.

Desde o momento em que assumi – com muita honra – a Presidência desta Corte, comprometi-me a ser Presidente não apenas de direito, mas de fato, como disse por ocasião de meu discurso de posse. E o fui durante os quatorze meses de meu mandato, trabalhando, com minha equipe, de manhã, à tarde, à noite e até de madrugada, imprimindo um novo ritmo à Administração desta Casa.

As atividades deste Tribunal, nesse período, dirigiram-se, sem dúvida, para a organização das eleições municipais de 2004, mas não descuidamos dos projetos administrativos voltados à melhoria das condições de trabalho dos Juízes e dos servidores, de sorte que – sem prejuízo da organização do pleito – inúmeras outras atividades foram desenvolvidas com esse intuito.

Merecem destaque: 1) a reestruturação da Secretaria desta Corte – há muito necessária –, que fiz logo no início da minha gestão e

¹ Sendo o período restante da gestão destinado à elaboração e à reprodução deste Relatório

que teve como principal mote a valorização da área Judiciária (inclusive com a disponibilização de um assessor para cada Juiz da Corte), o redimensionamento e o incremento das estruturas administrativas da Presidência, da Corregedoria e da Procuradoria Regional Eleitoral, e a dinamização das estruturas administrativas, mediante a descentralização e delegação de competência; 2) a criação da Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina, com a inovação da instituição do primeiro Curso de Especialização em Direito Eleitoral do Brasil; 3) o desenvolvimento de estudos e a implementação de protótipo do processo virtual na Justiça Eleitoral de Santa Catarina; 4) a participação, como observador eleitoral internacional, no referendo realizado na Venezuela; 5) o lançamento oficial do meu Projeto Eleição do Futuro; 6) as reformas do oitavo andar (Secretaria Judiciária e gabinetes dos Juízes), do saguão de acesso principal e do *hall* do décimo andar, proporcionando melhores condições de trabalho e conforto; 7) a nova sala de sessões totalmente informatizada e virtual; 8) a instalação de um refeitório no ático, no período eleitoral; 9) a obtenção de créditos orçamentários adicionais – de expressiva monta –, expandindo-se os recursos inicialmente destinados à realização de investimentos, 10) a quitação da dívida em URV para com os servidores, Juízes Promotores, Chefes de Cartório e ex-Excrivães Eleitorais; 11) assim como as inúmeras decisões e alterações de regulamentações internas, na área de recursos humanos, que trouxeram benefícios aos servidores, dentre outras realizações, todas detalhadas no texto a seguir.

Muitos foram os desafios enfrentados nesse curto, mas precioso – porque bem aproveitado, como se verá – tempo que me foi destinado para presidir esta Casa.

Contudo, esse mister foi indiscutivelmente amenizado pela competência e operosidade de todos, desde os Membros da Corte, Juízes Eleitorais, até os servidores de todos os níveis, que deram a sua imprescindível contribuição para o sucesso do pleito e da minha gestão.

Posso dizer: tive a melhor equipe, por mim selecionada, pelos seus currículos, dentre o todo do corpo funcional mais gabaritado que conheço de uma instituição pública. Tudo foi extremamente bem conduzido pelo Diretor-Geral, a quem deleguei toda a parte administrativa, pelos Secretários, Coordenadores e Assessores.

Presenciei, com satisfação, a mudança da orientação jurisprudencial desta Casa, agora mais compatível com o vanguardismo dos catarinenses, visto que voltada ao princípio democrático que permeia a Constituição Federal, com julgados elogiadíssimos pelos advogados militantes nesta Justiça Especializada. E isso apesar de que, no ano que passou, houve um aumento de aproximadamente 58,6% no número de processos em relação às eleições municipais anteriores (2000), o que constituiu um recorde na Justiça Eleitoral de Santa Catarina.

Vale, ainda, registrar que, pela primeira vez na história deste Tribunal, foram julgados, já em segundo grau de jurisdição, processos de cassação de diploma ou de registro, fundados no art. 41-A e no art. 73 da Lei n. 9.504/1997, antes das diplomações e das respectivas posses, tendo, inclusive, a Corte decidido realizar sessões de julgamento durante o recesso, para não atrasar a prestação jurisdicional, numa demonstração da seriedade com que conduzimos o pleito.

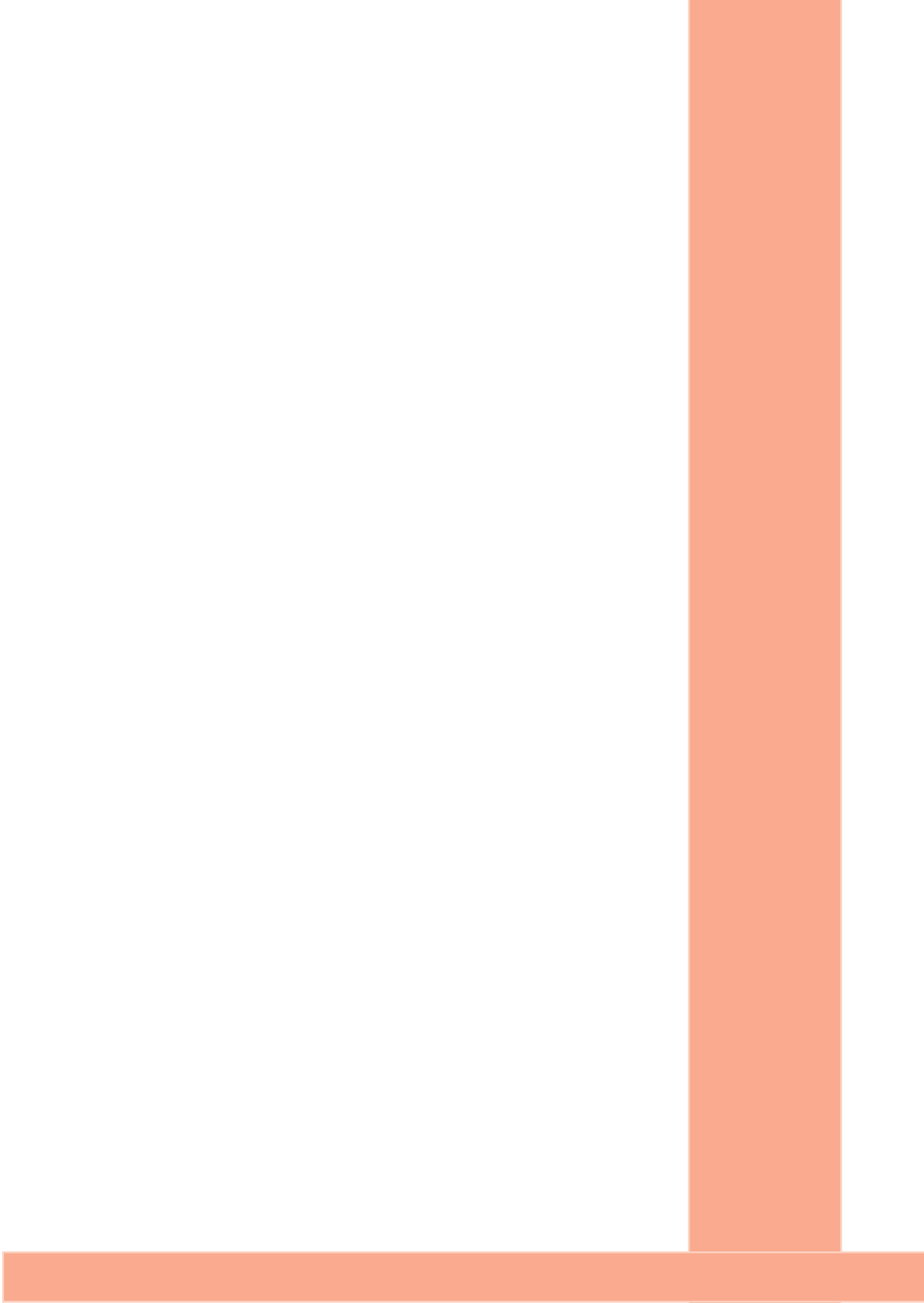
Como era de se esperar, o processo eleitoral em nosso Estado transcorreu na mais perfeita ordem, e concluímos a apuração com sucesso, traduzido na sua rapidez, eficiência, segurança e, principalmente, na consistência dos dados, que refletiram, com lisura, a vontade popular depositada nas urnas.

Finalmente, inovando mais uma vez, apresento este relatório virtualmente, disponibilizando-o aos eminentes pares nos seus computadores.

Por tudo isso, estejam certos, deixo a Presidência, realizado e com a consciência do dever cumprido.

Florianópolis, março de 2005.

Des. Carlos Prudêncio
Presidente



1 PRESIDÊNCIA

DECISÕES DA PRESIDÊNCIA

ADMINISTRATIVAS

Além dos despachos de mero expediente em documentos e em processos administrativos e judiciais, foram proferidas pela Presidência decisões em processos administrativos das mais variadas matérias, tais como:

- Aposentadoria: 5;
- Alteração de proventos e pensões: 6;
- Averbação de tempo de serviço: 2;
- Licença para acompanhamento de cônjuge: 1;
- Licença para o trato de assuntos particulares: 2;
- Progressão funcional: 8;
- Assuntos diversos de interesse dos servidores e consultas da SRH: 81;
- Designação de Juízes Eleitorais: 2;

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

- Designação e dispensa de Auxiliares Eleitorais: 32;
- Designação e dispensa de Chefes de Cartório: 19.

Constituíram-se diversos grupos de trabalho, integrados por servidores, para estudar matérias de interesse da Administração, a fim de rever atos normativos internos e elaborar projetos de portarias e de resoluções.

JUDICIAIS

Foram subscritos, também, por este Presidente, 63 despachos em juízo de admissibilidade de recursos especiais – um recorde absoluto, se considerarmos que, nas últimas eleições municipais foram proferidos apenas 36 despachos dessa natureza – e 3 em recursos ordinários.

Expedientes diversos

Foram protocolizados neste Tribunal 18.318 documentos; expedidos 2.784 ofícios, 87 ofícios-circulares, 663 portarias da Presidência, 14 portarias da Vice-Presidência e 676 portarias da Direção-Geral.

MEMBROS DO TRIBUNAL

ELEIÇÃO E POSSE: em virtude da renúncia do então Presidente desta Corte, Desembargador Jorge Mussi – eleito para a Presidência do e. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, tendo ali tomado posse em 2 de fevereiro de 2004 –, assumi, em 30 de janeiro de 2004, a Presidência deste Tribunal, para a qual posteriormente fui eleito, na sessão de 10 de fevereiro de 2004, oportunidade em que o Desembargador Gaspar Rubik foi eleito Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral, sendo a sessão solene de posse realizada no dia 26 de março de 2004.

DOUTORA ANA MARIA GUERRERO GUIMARÃES: na sessão do dia 10 de fevereiro de 2004, comunicou sua decisão de não retornar às funções eleitorais nesta Corte, tendo, na mesma data, o DOUTOR CARLOS ANTONIO FERNANDES DE OLIVEIRA iniciado novo biênio, como Procurador Regional Eleitoral.

DOUTOR MAURICIO GOTARDO GERUM: foi designado para Procurador Regional Eleitoral Substituto, tendo tomado assento, pela primeira vez, na Corte, em 16 de fevereiro.

DESEMBARGADOR ORLI DE ATAÍDE RODRIGUES: em 26 de março de 2004, tomou posse, por ter sido eleito para integrar esta Corte no cargo de Juiz Substituto da classe Desembargador, na vaga deixada pelo Desembargador José Gaspar Rubik.

DESEMBARGADOR JOSÉ GASPAS RUBIK: tomou posse em 26 de março, também, eleito que fora para integrar esta Corte no cargo de Juiz Efetivo da classe Desembargador, na vaga deixada pelo Desembargador Jorge Mussi.

DOUTOR OSNI CARDOSO FILHO: na sessão de 23 de junho, tomou posse no cargo de Juiz Substituto da classe Juiz Federal, em complementação ao biênio do DOUTOR JORGE ANTONIO MAURIQUE.

DOUTOR OSNI CARDOSO FILHO: tomou posse, na Sessão de 26 de outubro de 2004, passando a integrar a Corte no cargo de Juiz Efetivo da classe Juiz Federal, na vaga deixada pelo DOUTOR SEBASTIÃO OGÉ MUNIZ.

DOUTORA ELIANA PAGGIARIN MARINHO: na mesma data, tomou posse no cargo de Juiz Substituto da classe Juiz Federal, na vaga deixada pelo Doutor Osni Cardoso Filho.

DOUTOR HENRY GOY PETRY JÚNIOR: a 1º de dezembro de 2004, tomou posse no cargo de Juiz Efetivo, categoria Juiz de Direito, na vaga deixada pelo DOUTOR ALEXANDRE D'IVANENKO.

DOUTOR OSWALDO JOSÉ PEDREIRA HORN: Juiz Efetivo deste Tribunal, na categoria Jurista, despediu-se na sessão de 16 de dezembro de 2004.

DOUTOR OSCAR JUVÊNCIO BORGES NETO: tomou posse no cargo de Juiz Substituto, categoria Jurista, a 17 de dezembro de 2004, no gabinete da Presidência, na vaga deixada pelo DOUTOR MIGUEL HERMÍNIO DAUX.

DOUTOR NEWTON VARELLA JÚNIOR: também em 17 de dezembro de 2004, tomou posse no gabinete da Presidência, no cargo de Juiz Substituto, classe Juiz de Direito, na vaga deixada pelo doutor Henry Goy Petry Júnior, que assumira a titularidade da mesma cátedra.

DOUTOR RODRIGO ROBERTO DA SILVA: encerrou sua participação como Juiz Efetivo da categoria Jurista a 10 de fevereiro de

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

2005, em face do término do seu biênio, assumindo interinamente sua vaga o Doutor Oscar Juvêncio Borges Neto.

ELEIÇÃO DOS NOVOS DIRIGENTES: no dia 1º de março do corrente ano foram eleitos, por unanimidade de votos, como novos dirigentes da Corte – pela primeira vez de maneira informatizada, utilizando oficialmente a tecnologia do meu Projeto Eleição do Futuro, que será abaixo detalhado –, o DESEMBARGADOR GASPAR RUBIK, para a Presidência, e o DESEMBARGADOR PEDRO MANOEL ABREU, para o cargo de Corregedor Regional Eleitoral e Vice-Presidente.

REESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DO TRIBUNAL

O projeto de reorganização da estrutura administrativa deste Tribunal remonta à época em que presidia esta Casa o Desembargador Alcides dos Santos Aguiar, nos idos anos de 1999.

O Grupo de Trabalho então constituído, integrado por servidores deste órgão, apresentou seu relatório final em junho de 2001, e foram ouvidas, na ocasião, todas as unidades administrativas e o Sindicato dos Servidores no Poder Judiciário em Santa Catarina (Sintrajusc).

Submetida a proposta final ao Colegiado, deliberou-se, em 12 de dezembro de 2001, pelo sobrestamento da apreciação da matéria até que houvesse a correspondente manifestação do Tribunal Superior Eleitoral, que também examinava o assunto.

Novas manifestações foram colhidas nas unidades a partir da juntada do projeto – do Tribunal Superior Eleitoral – de revisão das estruturas orgânicas e dos Quadros de Pessoal da Justiça Eleitoral, permanecendo os autos sobrestados até novembro de 2003, quando foi sugerida pela Direção-Geral a retomada dos trabalhos independentemente do processo em tramitação na Corte Superior – ao entendimento de que indispensáveis as adaptações –, o que foi acolhido pelo então Presidente, Desembargador Jorge Mussi.

Entretanto, em face da iminência da sua sucessão na Presidência desta Casa, meu antecessor houve por bem encaminhar-me o procedimento, que retornei à Presidência visto que, até a transmissão do cargo, não detinha eu, então Corregedor Regional Eleitoral e Vice-Presidente, competência para tratar da matéria.

Ao assumir a Presidência, em 30 de janeiro de 2004, percebi a premente necessidade de concluir-se o procedimento administrativo então em curso, em especial diante da constatação do grande hiato que havia entre a realidade administrativa e a atual estrutura orgânica formal –

verdadeira peça de ficção –, e, em vista disso, dei início, juntamente com equipe de servidores deste Tribunal, a estudos acerca da proposta apresentada.

O projeto inicial mereceu criteriosa análise da referida equipe, com vistas à sua atualização e com o objetivo primordial de buscar, ainda mais, o aperfeiçoamento da Justiça Eleitoral em Santa Catarina.

Pelos estudos elaborados, constatou-se que, quando a Corte deliberou pelo sobrestamento do feito, ainda não havia sido editada a Lei n. 10.475, de 27 de junho de 2002, que alterou a Lei n. 9.421, de 24 de dezembro de 1996, reestruturando as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União.

Trabalhava-se, até aquele momento, com as estruturas criadas pela Lei n. 8.868, de 14 de abril de 1994, o que dificultava sobremaneira a tarefa de reorganizar a Secretaria, haja vista a incompatibilidade entre o que necessitava a Justiça Eleitoral catarinense em 1994 e nos dias de hoje.

Com o advento da Lei n. 10.475/2002, os órgãos do Poder Judiciário da União ficaram autorizados a transformar, sem aumento de despesa, no âmbito de suas competências, as Funções Comissionadas e os Cargos em Comissão de seu Quadro de Pessoal, vedada a transformação de função em cargo e vice-versa (art. 9º), cabendo aos Tribunais Superiores baixar os regulamentos necessários à aplicação da referida Lei (art. 10), o que veio a ser feito, na Justiça Eleitoral, por meio da Portaria n. 158, de 25 de julho de 2002, da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral.

Apresentei à Corte, então – seguindo os estritos limites estabelecidos na legislação pertinente –, a proposta de reestruturação da Secretaria do Tribunal, que partiu de uma premissa básica: a transformação de funções comissionadas, aumentando-se a sua quantidade, com diminuição de despesa, de modo a permitir maior abrangência das inúmeras atividades de que se ocupam os servidores da Secretaria do Tribunal no seu mister de realizar a missão institucional da Justiça Eleitoral.

Assim é que, em cumprimento ao disposto no art. 19, inciso II, da Resolução TRESC n. 7.357/2003 (Regimento Interno deste Tribunal), depois de fazer distribuir cópias aos Juízes e ao Procurador Regional Eleitoral, submeti proposição à deliberação da Corte, que, após discutí-la e analisá-la detidamente, editou a Resolução n. 7.367, de 16 de março de 2004, que dispôs sobre a reestruturação organizacional da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a transformação de Cargos em Comissão e de Funções Comissionadas; e a Resolução n.

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

7.368, de 16 de março de 2004, que aprovou o novo Regimento Interno da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

Posteriormente, essas Resoluções foram encaminhadas ao e. Tribunal Superior Eleitoral, para homologação, nos termos do disposto no art. 8º, parágrafo único, da Lei n. 8.868/1994 e no art. 10 da Lei n. 10.475/2002.

Destaco, enfim, que a reestruturação feita teve por principal mote a valorização da área Judiciária (inclusive com a disponibilização de um assessor para cada Juiz da Corte), o redimensionamento e o incremento das estruturas administrativas da Presidência, da Corregedoria e da Procuradoria Regional Eleitoral, que se encontravam defasadas, e a dinamização das estruturas administrativas, mediante a descentralização e delegação de competência.

DESBUROCRATIZAÇÃO DA SECRETARIA E DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

As reformulações feitas, como registrei na ocasião, não eram apenas necessárias, mas imprescindíveis à adequação da estrutura organizacional da Secretaria desta Corte ao moderno conceito de Direito Administrativo, que está a exigir maior dinamismo, maior flexibilidade e maior intercâmbio entre as unidades que a compõem, o que levou, sem sombra de dúvida, à melhoria do fluxo de trabalho e à conseqüente desburocratização da instituição.

Deflagrada a nova dinâmica de desburocratização e de descentralização administrativa – que já vinha sendo implementada, na prática, desde que assumi a Presidência a 30 de janeiro de 2004 –, editei, em 26 de abril de 2004, a Portaria P n. 257/2004, delegando ao Diretor-Geral e aos Secretários, na esfera de suas unidades, a atribuição para a prática, de ofício, de diversos atos – inclusive com efeitos retroativos a 2 de fevereiro daquele ano –, como forma de agilizar e simplificar os procedimentos, diminuindo carimbos, assinaturas e papéis desnecessários que emperravam a máquina administrativa.

A desburocratização refletiu-se também na área judicial. Tendo em vista a necessidade de conferir maior celeridade ao trâmite do expediente e dos processos judiciais nesta Casa, por meio da Portaria P n. 209/2004, de 17 de março de 2004, deleguei à Secretaria Judiciária a prática, de ofício, de todos os atos processuais sem conteúdo decisório.

Essas medidas foram fundamentais e tiveram resultados imediatos na agilização dos procedimentos e processos nesta Corte.

PORTARIAS NORMATIVAS DA PRESIDÊNCIA

Dentre as 663 portarias por mim expedidas, merecem destaque as dez de caráter normativo que se fizeram necessárias para adequar os procedimentos internos à nova realidade, para atualizar regulamentações defasadas, para garantir direitos e vantagens aos servidores e para assegurar a regularidade dos serviços eleitorais, quais sejam:

- Portaria P n. 209/2004, de 26 de abril de 2004: delegou à Secretaria Judiciária, a atribuição para a prática, de ofício, de todos os atos sem conteúdo decisório;
- Portaria P n. 257/2004, de 26 de abril de 2004: delegou ao Diretor-Geral e aos Secretários, na esfera de suas unidades, a atribuição para a prática, de ofício, de diversos atos;
- Portaria P n. 396/2004, de 30 de julho de 2004: dispôs sobre a prestação de serviço extraordinário por servidores lotados nos Cartórios Eleitorais da Circunscrição de Santa Catarina;
- Portaria P n. 397/2004, de 30 de julho de 2004: dispôs sobre a prestação de serviço extraordinário por servidores lotados na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Portaria P n. 386/2004, de 28 de julho de 2004: procedeu à reorganização administrativa das unidades vinculadas à Presidência, em face da edição da Resolução TRES n. 7.367, de 16 de março de 2004, que promoveu a reestruturação organizacional da Secretaria do Tribunal;
- Portaria P n. 405/2004, de 3 de agosto de 2004: disciplinou a prestação de contas de vales-refeição, referente às eleições de 2004;
- Portaria P n. 417/2004, de 18 de agosto de 2004: fixou normas e procedimentos quanto a consignações em folha de pagamento, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Portaria P n. 500/2004, de 25 de outubro de 2004: dispôs sobre a concessão de férias aos servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral e o pagamento das vantagens dela decorrentes;
- Portaria P n. 550/2004, de 6 de dezembro de 2004: dispôs sobre o Concurso de Remoção no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, nos termos da Resolução TSE n. 21.883/2004;

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

- Portaria P n. 27/2005, de 15 de fevereiro de 2005: dispôs sobre a alteração das Portarias P n. 396/2004 e P n. 397/2004, que tratam da prestação de serviço extraordinário por servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina lotados nos Cartórios Eleitorais do Estado e na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Portaria P n. 25/2005, de 16 de fevereiro de 2005: tornou público o demonstrativo dos saldos das autorizações para admissão de pessoal, a serem providos em 2005, referentes aos cargos e às funções criados pela Lei n. 10.842/2004.

SESSÕES REALIZADAS E JULGAMENTOS

JUDICIAIS

Foram realizadas, no período, 139 sessões, tendo sido autuados 1.671 processos, sendo 60 resoluções – 23 normativas – e 1.249 acórdãos.

A estatística bem demonstra as intensas atividades judicantes do Tribunal no ano de 2004, em que houve um aumento considerável de processos, se compararmos, por exemplo, com as eleições municipais anteriores, realizadas no ano de 2000, quando se realizaram 122 sessões, foram autuados 960 processos, editadas 99 resoluções (9 normativas) e publicados 788 acórdãos.

Vale dizer que, no ano que passou, houve um aumento de aproximadamente 58,6% no número de processos em relação às eleições municipais de 2000, o que constituiu um recorde absoluto na Justiça Eleitoral de Santa Catarina.

Toda a movimentação processual está inserida no Relatório de Atividades da Direção-Geral, mais especificamente na parte relativa à Secretaria Judiciária, que o integra.

Destaca-se, por oportuno, que os processos relativos a pedidos de registro de candidatura e às respectivas impugnações, bem como os concernentes à propaganda eleitoral, tiveram a celeridade que sua natureza exige, sendo rigorosamente cumpridos por esta Corte todos os prazos processuais estabelecidos nas normas de regência.

E mais. Pela primeira vez na história foram julgados nesta Corte, já em segundo grau de jurisdição, processos de cassação de diploma ou de registro, fundados no art. 41-A e no art. 73 da Lei n. 9.504/1997, antes das diplomações e das respectivas posses, tendo a Corte, inclusive, para não atrasar a prestação jurisdicional, deliberado pela realização de sessões de julgamento durante o recesso.

ADMINISTRATIVAS

Seguindo a diretriz que estabeleci desde o momento em que assumi a Presidência, passei a compartilhar a administração desta Casa com os Juízes da Corte e com o Procurador Regional Eleitoral, realizando conselhos e sessões administrativas, nas quais relatava a Suas Excelências todos os fatos e deliberações relacionados à gestão do Tribunal.

Para sacramentar essa prática – que se mostrou, desde o início, extremamente salutar –, o Tribunal editou, em 14 de abril de 2004, a Resolução n. 7.374, que dispôs, pela primeira vez, sobre as sessões administrativas no âmbito desta Casa.

Foram efetuadas a partir daí, no período a que se refere este relatório, 35 sessões administrativas, realizadas, via de regra, após as judiciais e estendendo-se, muitas vezes, noite adentro.

A Corte, efetivamente, administrou junto comigo.

RESOLUÇÕES NORMATIVAS

As 23 resoluções normativas que o Tribunal entendeu necessárias para assegurar a regularidade dos serviços eleitorais e administrativos no âmbito de sua competência – um recorde, se compararmos com as últimas eleições municipais, em que se editaram apenas nove – foram as seguintes:

- Resolução n. 7.365, de 2 de março de 2004: estabeleceu instruções para a realização de consulta plebiscitária no Município de Piçarras e fixou o respectivo calendário eleitoral;
- Resolução n. 7.367, de 16 de março de 2004: dispôs sobre a reestruturação organizacional da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a transformação de Cargos em Comissão e de Funções Comissionadas;

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

- Resolução n. 7.368, de 16 de março de 2004: aprovou o Regimento Interno da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.374, de 14 de abril de 2004: dispôs sobre as sessões administrativas do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.376, de 5 de maio de 2004: dispôs sobre a criação e a implantação da Escola Judiciária Eleitoral em Santa Catarina, no TRESA, e aprovou sua organização e seu funcionamento;
- Resolução n. 7.377, de 22 de abril de 2004: resolveu não prorrogar o concurso público – autorizado pelas Resoluções TRESA n. 7.257, de 21 de agosto de 2001, e n. 7.260, de 3 de outubro de 2001 – para o provimento de cargos efetivos vagos do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, mantendo, via de consequência, o seu prazo de validade para os cargos de Analista Judiciário – Área Judiciária; Analista Judiciário – Área Administrativa; Analista Judiciário – Área de Apoio Especializado; Biblioteconomia; e, Técnico Judiciário – Área Administrativa, até o dia 24 de abril de 2004, e, para o cargo de Analista Judiciário – Área de Apoio Especializado: Taquigrafia, até o dia 14 de maio do ano transato;
- Resolução n. 7.391, de 12 de maio de 2004: instituiu a Política de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.393, de 25 de maio de 2004: regulamentou a recomposição da 35ª e a da 94ª Zona Eleitoral – Chapecó;
- Resolução n. 7.405, de 29 de junho de 2004: dispôs sobre a criação do Programa Mesário Voluntário;
- Resolução n. 7.406, de 29 de junho de 2004: alterou o Programa de Estágios para Estudantes no âmbito da Justiça Eleitoral da Santa Catarina;
- Resolução n. 7.419, de 28 de julho de 2004: dispôs sobre os procedimentos para conservação e desfazimento de documentos e materiais eleitorais no âmbito dos Cartórios Eleitorais integrantes da Justiça Eleitoral do Estado de Santa Catarina e deu outras providências;
- Resolução n. 7.425, de 22 de julho de 2004: revogou a Resolução TRESA n. 7.304, de 1º de agosto de 2002, e a Resolução TRESA n. 7.308, de 14 de agosto de 2002;

- Resolução n. 7.430, de 4 de agosto de 2004: autorizou o desenvolvimento e a implantação de protótipo do processo digital na Justiça Eleitoral de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.432, de 26 de agosto de 2004: Dispôs sobre a concessão, a aplicação e a comprovação do suprimento de fundos, no âmbito da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal;
- Resolução n. 7.434, de 21 de outubro de 2004: revogou a Resolução TRES n. 7.121, de 9 de junho de 1999, e a Resolução TRES n. 7.262, de 24 de outubro de 2001, que a modificara;
- Resolução n. 7.435, de 2 de dezembro de 2004: autorizou a realização de concurso público para o provimento de cargos efetivos vagos do Quadro de Pessoal deste Tribunal e definiu critérios para o provimento dos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário criados pela Lei n. 10.842, de 20 de fevereiro de 2004, para os Cartórios Eleitorais de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.436, de 7 de dezembro de 2004: estabeleceu instruções para a realização de nova eleição para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Mafra e fixou o respectivo calendário eleitoral;
- Resolução n. 7.437, de 9 de dezembro de 2004: estabeleceu instruções sobre a arrecadação de recursos para campanhas eleitorais e a sua aplicação, assim como para a prestação de contas da nova eleição para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Mafra;
- Resolução n. 7.438, de 16 de dezembro de 2004: regulamentou a licença para capacitação de que trata o art. 87 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com redação dada pela Lei n. 9.527, de 10 de dezembro de 1997, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.439, de 28 de dezembro de 2004: estabeleceu instruções para a realização de nova eleição para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Ouro e fixou o respectivo calendário eleitoral;
- Resolução n. 7.440, de 28 de dezembro de 2004: estabeleceu instruções para a realização de nova eleição para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Ouro Verde e a fixação do respectivo calendário eleitoral;

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

- Resolução n. 7.441, de 1º de fevereiro de 2005: dispôs sobre a revisão do eleitorado do Município de Capivari de Baixo.

ATOS PREPARATÓRIOS PARA AS ELEIÇÕES

O Tribunal preparou-se para realizar as eleições municipais com eficiência, lisura e segurança, tendo atingido os objetivos a que se propunha, destacando-se o Planejamento Estratégico – Eleições 2004, elaborado por equipes temáticas integradas por servidores desta Casa e por representantes dos Cartórios Eleitorais e posteriormente executado pelas unidades desta Casa e pelas Zonas Eleitorais.

O cronograma de atividades foi intenso e consta detalhadamente no relatório da Direção-Geral.

Para melhor habilitar, atualizar, aperfeiçoar e treinar servidores, Membros do Tribunal, Juízes Eleitorais e Chefes de Cartório, para bem exercer as atividades que lhes são inerentes, foram oferecidos cursos e treinamentos e possibilitada a sua participação em eventos, nas mais diversas áreas de atuação, assim como organizados pela Secretaria do Tribunal outros eventos e treinamentos voltados especificamente para a preparação do pleito, tudo detalhadamente disposto no relatório da Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Secretaria de Recursos Humanos, que integra o da Direção-Geral.

PROGRAMA MESÁRIO VOLUNTÁRIO

Por iniciativa da Secretaria de Recursos Humanos – por mim e pela Corte imediatamente endossada –, foi implementada a campanha Mesário Voluntário, visando a recrutar e selecionar cidadãos para voluntariamente assumirem a função de Mesário, buscando não apenas favorecer um clima de satisfação na condução dos trabalhos eleitorais, mas também melhorar a qualidade dos serviços prestados.

A campanha teve ampla aceitação por parte da população, e o número de inscrições superou, em muito, as expectativas, demonstrando a maturidade política do cidadão catarinense, sempre pronto a atender ao chamamento da Justiça Eleitoral.

Foram desenvolvidos, pela equipe técnica da Secretaria de Informática e Eleições, sistemas *on-line* para apoio à campanha, permitindo aos interessados fazer sua inscrição via Internet e, posteriormente, disponibilizando às Zonas Eleitorais todas as informações

coletadas, o que facilitou a convocação e possibilitou a aferição dos resultados da referida campanha.

Em apenas quatro meses – de 1º de junho a 1º de outubro de 2004 – inscreveram-se 1.804 voluntários, numa demonstração inequívoca do civismo do cidadão catarinense.

A campanha foi um sucesso!

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ELEITOR – SERVIÇO 148

A Central de Atendimento ao Eleitor do último pleito, a qual teve por objetivo prestar atendimento ao público em geral, esclarecendo dúvidas relativas às Eleições Municipais 2004 e à Justiça Eleitoral, pela primeira vez teve instalações adequadas, no terceiro andar deste edifício-sede, proporcionando melhores condições de trabalho aos servidores destacados para atuar naquele serviço.

Houve inovação, também, na forma de atendimento, podendo algumas informações ser obtidas diretamente, mediante a discagem de ramais específicos, sem a necessidade de ocupar um atendente. Isso agilizou sobremaneira os trabalhos.

Também foi estabelecida, por níveis de dificuldade, a subdivisão das questões formuladas, sendo as mais simples resolvidas de imediato e as mais complexas encaminhadas para servidores previamente destacados para dirimi-las, conforme a sua especialidade.

O período de funcionamento estendeu-se de 23 de setembro a 31 de outubro de 2004. Foram 13.771 ligações no primeiro turno – 3.500 só no dia da eleição – e 4.144 ligações no segundo turno, perfazendo um total de 17.915 atendimentos.

Ainda, a Secretaria de Informática e Eleições selecionou e publicou, na página do Tribunal na Internet e na Intranetd eleitor, tais como: tire suas dúvidas, respostas das questões mais freqüentes, consultas de títulos, acesso direto ao Cadastro Eleitoral, endereços dos locais de votação, Lei Seca (Portaria da SSP/SC), vagas nas Câmaras Municipais, municípios com segundo turno, entre outros.

TOTALIZAÇÃO E TRANSMISSÃO DOS DADOS

AMPLIAÇÃO DA COLETA DE DISQUETES NO 1º TURNO

Registra-se a ampliação da bem-sucedida operação de coleta dos disquetes e do material dos Mesários, realizada nos municípios de Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Blumenau, Bocaina do Sul, Bombinhas, Correia Pinto, Corupá, Criciúma, Florianópolis, Forquilha, Garuva, Governador Celso Ramos, Itajaí, Itapema, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, Navegantes, Nova Veneza, Otacílio Costa, Pained, Palhoça, Palmeira, Porto Belo, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São José, São José do Cerrito, São Pedro de Alcântara, Siderópolis e Treviso.

O trabalho de recolhimento dos disquetes é uma operação realizada em conjunto com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT), que se utiliza de motocicletas, visando a diminuir o fluxo de pessoas nos locais de apuração e a agilizar os trabalhos de totalização dos resultados, e compreendeu as seguintes etapas: 1) definição das rotas a serem cumpridas, de forma a exigir o mínimo possível de interrupções, impondo-se o horário das 19 horas como limite para chegada nos locais de apuração; 2) documentação dos roteiros e produção de recibos de transferência de responsabilidade entre Mesário-EBCT-Cartório Eleitoral, e entrega às Zonas Eleitorais e EBCT; e 3) recolhimento dos disquetes das Seções Eleitorais e entrega no local de apuração.

A fim de garantir a entrega no horário-limite, a operação, neste ano, teve um diferencial. Contou com motociclistas de reserva, que eram acionados caso algum local de votação de determinado roteiro não tivesse a votação concluída, que atendiam especificamente aquela Seção, prosseguindo o primeiro funcionário no roteiro original. Isso agilizou sobremaneira o processo de coleta.

Nas Eleições Municipais 2004, a operação foi realizada em 42 municípios, distribuídos em 24 Zona Eleitorais, atingindo 4.073 Seções Eleitorais, o que corresponde a 35% do número total do Estado, tendo sido disponibilizados todos os disquetes desses municípios, nos locais de apuração, no máximo até às 19 horas, conforme programado.

Tal procedimento agilizou consideravelmente a coleta uma vez que, além dela ocorrer muito antes do que no procedimento tradicional, o controle, pela Secretaria da Junta Eleitoral, é facilitado, já que não foi feito o tratamento individualizado das Seções, mas, sim, de toda uma rota, diminuindo o número de conferências e recibos.

A economia de tempo foi verificada tanto nas grandes cidades, eminentemente urbanas, pela grande quantidade de disquetes entregues em um mesmo momento, quanto nas zonas rurais, geralmente afastadas e de difícil acesso, pela agilidade proporcionada no deslocamento até a sede da Zona Eleitoral, decorrente da utilização de motocicletas específicas para o trânsito em tais locais.

RESULTADOS

Não apenas em decorrência da operação acima descrita, mas de toda a infra-estrutura de informática montada no Tribunal e da competente equipe técnica, os resultados foram extremamente positivos, como demonstram os dados abaixo:

- Primeiro Boletim de Urna transmitido no Brasil: 45ª Zona Eleitoral – São Miguel do Oeste/SC, às 17h9min do dia 3 de outubro;
- Primeiro município totalizado no Brasil: Ermo, pertencente à 42ª Zona Eleitoral – Turvo/SC, às 17h20min do dia 3 de outubro;
- Primeiro Estado da Federação a transmitir os resultados íntegros ao Tribunal Superior Eleitoral (sem reprocessamentos para correções): Santa Catarina, à 1h37min do dia 4 de outubro.

ALTERAÇÃO DO SISTEMA NO 2º TURNO

Merece especial destaque a experiência efetuada no município de Florianópolis, no segundo turno das eleições municipais de 2004, que foi uma inovação por mim idealizada.

Foram implantadas, pela primeira vez nesta Capital, nove Centrais de Transmissão de Dados – e não apenas uma, como anteriormente – distribuídas em pontos estratégicos da ilha, com a revisão dos roteiros de coleta de disquetes e urnas, a fim de que os procedimentos de contingência e transmissão de arquivos fossem realizados de forma descentralizada.

RESULTADOS

O procedimento acima descrito acelerou consideravelmente a conclusão dos trabalhos de apuração, de modo que a Capital catarinense foi o primeiro município do País – dos que tiveram segundo turno – a totalizar todas as Seções Eleitorais e a transmitir, às 18h 22min, os dados ao Tribunal Superior Eleitoral, ou seja, apenas 1h22min após encerrada a votação.

PESQUISA DE SATISFAÇÃO DOS ELEITORES E MESÁRIOS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2004 EM SANTA CATARINA

PIONEIRISMO

Pela primeira vez na Justiça Eleitoral brasileira, confirmando o pioneirismo deste Estado, foi realizada, por empresa especialmente contratada, pesquisa de satisfação, com o objetivo principal de avaliar o suporte e o treinamento dado pela Justiça Eleitoral, pela ótica de dois públicos distintos, o eleitor e o Mesário.

PÚBLICO ALVO

No que tange ao Mesário, o estudo buscou avaliar o nível de satisfação em relação aos recursos disponibilizados pela Justiça Eleitoral para a sua capacitação.

Já o eleitor avaliou o suporte dado pela Justiça Eleitoral a partir da sua percepção quanto ao desempenho do Mesário, a adequação das instalações físicas, o tempo de espera na Seção Eleitoral, a operação com a urna eletrônica e o redimensionamento da equipe de Mesários.

METODOLOGIA

A pesquisa teve caráter eminentemente quantitativo. As entrevistas foram pessoais, realizadas por meio de questionário estruturado com perguntas fechadas, escalas de atitudes e dados de perfil, sendo os resultados segmentados por: sexo, faixa etária, estado civil, região e faixa de renda.

A amostra foi definida pelo TRESA, num total de 1.200 eleitores e 400 Mesários. Foram realizadas 1.269 entrevistas com eleitores e 419 com Mesários. O esquema de amostragem foi o casual simples.

Os universos das pesquisas compreenderam os eleitores que votaram no primeiro turno das eleições e os Mesários em atividade naquela data, em diversas cidades catarinenses, amostra essa que obedeceu à proporcionalidade do número de eleitores em cada uma das mesorregiões geográficas do Estado de Santa Catarina (Grande Florianópolis, Norte Catarinense, Oeste Catarinense, Serrana, Sul Catarinense e Vale do Itajaí) e ao número de eleitores de cada uma das cidades selecionadas.

A amostra relativa a Mesários, por sua vez, representou a proporcionalidade do número de Seções Eleitorais nos municípios selecionados dentro de cada mesorregião geográfica.

As cidades objeto do estudo foram indicadas pelo TRESA, e as entrevistas, aplicadas no próprio dia da votação, durante o horário de coleta de votos.

Todos os procedimentos técnicos adotados na pesquisa obedeceram ao código de ética da Sociedade Brasileira de Pesquisa de Mercado (SBPM), que parametriza o exercício da atividade de pesquisa no Brasil.

RESULTADOS

Os resultados foram os melhores possíveis!

Os trabalhos desenvolvidos pelos Mesários nas eleições do dia 3 de outubro de 2004, foram bem avaliados pelos eleitores do Estado de Santa Catarina. Todos os itens submetidos à apreciação dos eleitores ficaram num patamar de aprovação que variou de 81,6% (funcionamento das Seções Eleitorais) a 96,1% (atendimento geral dado ao público).

Os entrevistados foram instados a emitir uma nota para os trabalhos realizados pela Justiça Eleitoral nas eleições de 3 de outubro, por meio de uma escala de 5 pontos, em que 5 significa satisfação total e 1, insatisfação total.

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

As notas, transformadas em média, foram elevadas: 4,53 – média geral, refletindo uma opinião situada entre um desempenho bom e muito bom. Os conceitos mais favoráveis foram emitidos pelas mulheres = (4,58); por pessoas da faixa etária acima de 70 anos = (4,77) do Sul catarinense (4,6); das faixas de renda mais elevadas, de 10 a 20 salários mínimos = (4,66) e de mais de 20 salários mínimos = (4,77) e pelas pessoas com escolaridade mais baixa (analfabetos) = (4,81) e pelas que apenas lêem e escrevem = (4,77).

INOVAÇÕES NA ÁREA JUDICIÁRIA

DESCENTRALIZAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO

Seguindo a nova diretriz administrativa de descentralização e de desburocratização desta Administração e também visando ao aprimoramento da atividade jurisdicional desta Corte, foi criado o Núcleo de Apoio Judiciário-Administrativo (NAJA), integrado por servidores lotados no gabinete da Secretaria Judiciária, o qual constituiu numa central de serviços destinada a concentrar, num único espaço, a recepção e a distribuição de documentos/processos de interesse do gabinete da Secretaria Judiciária, das Seções de Assessoramento aos Juízes (SAJ) e do Setor de Revisão, bem como o atendimento ao público que se dirige a esses setores. Suas atribuições, identificadas e compiladas por meio de fluxogramas de trabalho, buscam atender às finalidades acima declinadas. Da mesma forma, o NAJA busca prestar total apoio ao trabalho desempenhado pelos Juízes deste Tribunal.

ASSESSORIA DOS JUÍZES

Também em virtude da reestruturação promovida na Secretaria e do novo Regimento Interno do Tribunal, cada Juiz passou a contar com uma assessoria exclusiva, à sua livre escolha, numa demonstração evidente da valorização que este Presidente confere à área-fim do Tribunal.

O incremento da Seção de Suporte aos Juízes – de há muito necessário, pois anteriormente um assessor atendia a dois Juízes – tornou-se, agora, uma realidade que permitiu aos magistrados contar com a permanente colaboração dos competentes especialistas da Casa.

ACOMPANHAMENTO ELETRÔNICO DAS SESSÕES

Seguindo o mesmo norte, desde maio de 2004, já antecipando a modernização dos julgamentos do Tribunal, passou-se a fazer o acompanhamento eletrônico das sessões plenárias, com a utilização do *software* comunicador PSI, pelo qual o Secretário da Sessão troca informações com o Setor de Apoio às Sessões Plenárias, estabelecendo-se novas rotinas de trabalho, tais como: elaboração *on-line* das atas das sessões de julgamento; comunicação *on-line* do Secretário com as Secretarias, Assessorias, Coordenadorias e com seu gabinete; acompanhamento das sessões pelo sistema de áudio e vídeo no Núcleo de Apoio Judiciário-Administrativo.

INCREMENTO DA JURISPRUDÊNCIA INFORMATIZADA

Com o apoio da Seção de Banco de Dados da Secretaria de Informática e Eleições, no segundo semestre de 2004 foi possível incorporar, de forma pioneira, o inteiro teor das decisões do Tribunal no formulário de consultas do SJUR, serviço que, além do TRESA, somente o TSE e o TRE/DF possuem. Tal ferramenta permite que os usuários da Internet, ao realizarem pesquisa de jurisprudência, tenham acesso a um *link* para a visualização do inteiro teor das decisões selecionadas.

INOVAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES OFICIAIS

Cabe destacar, também a edição, de forma inovadora, do *kit Eleições 2004 – Legislação Consolidada*, além das diversas publicações rotineiramente editadas pelo Tribunal, como a RESENHA ELEITORAL – Nova Série (v. 10, n. 2, e v. 11, n. 1); o *Ementário de Jurisprudência* (v. 8); o *Código Eleitoral Anotado*; *JTRESA Eletrônico* –repertório mensal de jurisprudência; os Regimentos Internos do TRESA; o *Manual de Competências e Atribuições* – Juizes, Promotores e Chefes de Cartório; e o *kit Eleições 2004 – resumo prático*.

O repertório *Eleição 2004: Legislação consolidada* – que vem sendo produzido pela Secretaria Judiciária–CJD desde a eleição de 1998, com o objetivo de auxiliar integrantes e servidores da Justiça Eleitoral – no ano que passou trouxe consolidada, com um diferencial, toda a legislação aplicável ao pleito de 2004, além de fluxogramas mapeando procedimentos e etapas relacionadas à eleição. O Tribunal, por meio de importante parceria com a Associação Catarinense do Ministério Público, pôde brindar os que militam na área com uma encadernação que recebeu acabamento gráfico em forma de livro, diferentemente das edições anteriores, quando era encadernado como apostila. Sua tiragem de 1.000 exemplares foi distribuída aos Cartórios, Juizes e Promotores Eleitorais, bem como aos Juizes integrantes do Tribunal, ao Procurador Regional

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

Eleitoral, aos servidores, advogados e partidos políticos, tendo se esgotado rapidamente, tamanho o interesse que despertou.

AMPLIAÇÃO DO PROJETO DE DIGITALIZAÇÃO DE JULGADOS

Incrementou-se o projeto de digitalização de acórdãos e resoluções, a que foram incorporadas, também, as portarias e ordens de serviço da Presidência e da Direção-Geral (período de 1997 a 2003), tendo sido digitalizados, revisados e disponibilizados até o momento 15.900 acórdãos; 7.427 resoluções; 2.999 portarias da Presidência; 2.682 portarias da Direção-Geral e 27 ordens de serviço, perfazendo um total de 29.035 documentos digitalizados.

REFORMAS E MELHORIAS EXECUTADAS NA ESTRUTURA FÍSICA

Quanto às alterações internas, muitas delas tiveram ligação direta com o novo organograma, em virtude do advento do novo Regimento Interno do Tribunal.

GABINETES DOS JUÍZES

Como cada Juiz passou a contar com uma assessoria exclusiva, foi executada significativa reforma nos gabinetes e no espaço físico destinado aos seus assessores.

Modificou-se consideravelmente o *layout*, substituíram-se as antigas divisórias de madeira por gesso acartonado; renovou-se a pintura; trocou-se a forração; ampliaram-se os gabinetes; reestruturou-se e ampliou-se o espaço físico das assessorias e melhorou-se a iluminação das salas.

O ambiente ficou, certamente, muito mais agradável e confortável, proporcionando melhores condições de trabalho.

ANTE-SALA DA SECRETARIA JUDICIÁRIA

A implementação do Núcleo de Apoio Judiciário-Administrativo (NAJA) exigiu um redimensionamento do espaço físico localizado no oitavo

andar, lado direito, a fim de agrupar, em um único local, todos os servidores responsáveis pelo seu funcionamento.

O seu *layout* foi consideravelmente modificado com a criação de uma recepção para o gabinete da Secretaria, de um espaço próprio para a revisão de acórdãos e resoluções e de outro para as taquígrafas.

PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL

Também a Procuradoria Regional Eleitoral passou por uma pequena – mas importante e necessária – reforma, que conferiu melhor espaço físico e conforto para seus servidores e para o Procurador.

OUTRAS REFORMAS E PROJETOS

Foram, ainda, desenvolvidos trabalhos e projetos – todos, frise-se, por servidores e estagiários, os chamados “prata da Casa” – com a finalidade de modernizar e dar mais conforto aos operadores da Justiça Eleitoral, a saber: elaboração de projeto de reforma do piso do ático, para ampliar definitivamente o refeitório e, com a aplicação de pisos apropriados, facilitar a sua manutenção e limpeza; elaboração de projeto para nova comunicação visual do TRESA, tanto em sua área externa quanto em suas dependências internas, procurando com isso melhorar a identificação do edifício-sede no contexto urbano em que se encontra inserido, bem como facilitar a orientação e circulação do público interno e externo nas dependências da edificação; adequação do saguão dos elevadores do décimo pavimento, criando um novo ambiente com recepção e espera, melhorando o atendimento e a triagem daqueles que se dirigem aos gabinetes da Presidência, da Corregedoria e da Direção-Geral.

NOVA SALA DE SESSÕES VIRTUAL

Desde que assumi a Presidência sempre tive em mente melhorar as instalações físicas desta Corte, a fim de proporcionar a todos os que aqui trabalham e circulam um melhor ambiente.

Com esse intuito foi que, ainda no exercício de 2004, determinei a contratação da adequação estrutural e mobiliária da Sala de Sessões deste Tribunal, a qual foi inteiramente reformulada para a implantação de modernos mecanismos de automação, aperfeiçoando e agilizando a prestação jurisdicional.

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

A Sala de Sessões totalmente informatizada, a primeira de todo o Poder Judiciário preparada para o processo virtual, foi inaugurada em 9 de março do corrente ano.

Alterou-se tanto a parte estrutural e arquitetônica, quanto a física, acrescentando-se os equipamentos necessários para o julgamento dos processos virtualmente, sem a necessidade de papel, de livros, de códigos, pois tudo está disponível nas telas dos computadores.

PARTE ESTRUTURAL E ARQUITETÔNICA

No que concerne à parte estrutural e arquitetônica, ressalta-se: a) a criação de espaço para nova Sala do Conselho; b) a criação do saguão da Sala de Sessões – antes inexistente –, com uma área de 47,21m²; c) a reforma do *hall* de acesso principal do Tribunal, com a ampliação de sua área de 26,25m² para 36,42m²; d) a revigoração do espaço do Centro de Memória, com a ampliação da área de 21,85m² para 44,07m²; assim como, e) todo o correspondente acabamento: mobiliário, tablado, forro, iluminação, etc.

EQUIPAMENTOS DE ÚLTIMA GERAÇÃO

A nova Sala de Sessões foi equipada com computadores de última geração, com monitor de cristal líquido e tecnologia *touch-screen*, permitindo aos Juízes e ao Procurador o acesso ao sistema com simples toque na tela.

Além disso, o sistema operacional é composto por três módulos e apresenta, entre outras, as seguintes características: a) possibilidade de os Membros da Corte comunicarem-se entre si, por meio do computador, assim como com os seus assessores, que ficam em suas respectivas mesas de trabalho; b) disponibilidade de uma barra de ferramentas para consultar a toda a legislação eleitoral e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, como também deste Regional; c) acesso aos pareceres exarados pela Procuradoria Regional Eleitoral; d) disponibilidade, para visualização, das atas judiciais das sessões anteriores; e) possibilidade de os relatores disponibilizarem, para visualização por todos os Membros da Corte, dos processos pautados no dia, podendo ser feitas por eles anotações nos que estão em julgamento; f) os Juízes poderão, ainda, levar informações, por meio de *pendrive*, para suas residências, a fim de estudarem os processos em julgamento; g) na TV do *hall* da sala de sessões haverá um sistema de informações acerca dos processos pautados e do andamento destes, quando do julgamento, etc.

GRAVAÇÃO DIGITAL DA SESSÃO

Outra inovação que merece ser enfatizada é a gravação, de forma digital, da sessão realizada. Anteriormente, essa gravação era feita em fita cassete e, a partir de agora, será digital, por meio de microcomputador, em que o microfone capta, de forma individualizada, a voz do Membro da Corte, aumentando a qualidade do som e possibilitando a gravação em CD, que é uma mídia de maior confiabilidade, e posteriormente em DVD.

PRATA DA CASA

Vale registrar que todos os projetos – arquitetônico, de áudio, vídeo e informática – foram elaborados por servidores do Tribunal e estagiários, os chamados “prata da casa”, o que representou uma considerável economia de recursos financeiros, pois só a execução foi contratada, o que demonstra, mais uma vez, a qualidade e a competência do corpo funcional desta Corte.

O FUTURO COMEÇOU

Destaco que esses avanços representam muito para mim, pois permitiram a implantação de um sonho acalentado há muitos anos, o meu Projeto Processo Virtual, em que todos os atos processuais são praticados sem papel e estão disponíveis às partes e aos seus procuradores, vinte e quatro horas por dia, trezentos e sessenta e cinco dias por ano.

O futuro já começou em 9 de março de 2005. O processo virtual já é uma realidade neste Tribunal. Resta, agora, estendê-lo ao primeiro grau e à instância superior para que possa se desenvolver do início ao fim.

PROCESSO VIRTUAL

A minha idéia de modernização do Poder Judiciário passa, obrigatoriamente, pela necessidade de se informatizarem todos os atos processuais, pela implantação do processo virtual, projeto que tenho perseguido desde 1989 – quando compareci ao gabinete do então Presidente do Tribunal de Justiça deste Estado, sem encontrar, até este momento, respaldo das autoridades responsáveis.

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

Por isso decidi que, na condição de Presidente deste Corte, faria o possível para tornar realidade esse ideal.

Assim é que, em 4 de agosto de 2004, o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina aprovou a Resolução TRESA n. 7.430/2004, autorizando o desenvolvimento e a implantação de protótipo do processo digital na Justiça Eleitoral de Santa Catarina, a partir do uso de inteligência artificial, com vistas a dotá-la de instrumentos que permitam: a) o recebimento, de forma integralmente digital, das petições encaminhadas via Internet à Justiça Eleitoral; b) o processamento, mediante técnicas de inteligência artificial, com a conversão de dados textuais das peças processuais em conhecimento que possa ser armazenado, extraído e classificado de forma automatizada; c) a disponibilização, para acesso do público em geral, por intermédio de pesquisa na Internet ou por outros meios eletrônicos, de todas as informações processuais disponíveis, sem prejuízo do sistema atualmente padronizado pela Justiça Eleitoral e atendendo aos requisitos da arquitetura de segurança de rede previstos pelo Tribunal Superior Eleitoral; d) a integração de sistemas inteligentes de pesquisa de legislação e jurisprudência dotados de capacidade de análise baseada em inteligência artificial; e) o monitoramento digital dos processos, permitindo ao sistema o acompanhamento e o registro, de forma automática, de cada etapa de seu andamento, a emissão de notificações e de consultas.

Concluídos os estudos e buscando contribuir para o aperfeiçoamento da Justiça Eleitoral – já considerada uma Justiça que funciona –, apresentei ao Tribunal Superior Eleitoral, por meio do Ofício P/SAO n. 2.312, de 10 de dezembro de 2004, proposta de implantação do processo virtual, inovador, 100% sem papel, colocando este Tribunal à disposição para funcionar como tribunal-piloto do processo, o qual, propus, seja aplicado, gradativamente, em toda a Justiça Eleitoral brasileira.

O projeto que levei para exame da Corte Superior, por mim idealizado, foi desenvolvido pelo Instituto de Governo Eletrônico, Inteligência Jurídica e Sistemas (Ijuris), sociedade civil sem fins lucrativos – integrada por profissionais reconhecidos nas áreas de Direito, Engenharia de Produção, Informática Jurídica, Gestão de Sistemas de Informação e Ciência da Informação –, e tem como premissas: a) a necessidade de inserir, de forma efetiva, a tecnologia no processamento judicial dos feitos; b) a necessidade de dotar a Justiça Eleitoral catarinense de instrumento tecnológico hábil ao seu aperfeiçoamento; e c) os inegáveis benefícios advindos da implantação do processo digital, notadamente no que concerne à eficácia e à eficiência da prestação jurisdicional.

Para que se possa desenvolver o projeto, contudo, solicitei ao Tribunal Superior Eleitoral que viabilizasse, num primeiro momento, o cumprimento dos pré-requisitos nele apontados, de cunho eminentemente

técnico, inclusive no que concerne à anuência de sua implantação, quais sejam: a) acesso às bases dos sistemas da Justiça Eleitoral acessados pelo TRES; b) necessidade de que o sistema seja acessível tanto por usuários da Intranet quanto pelos da Internet; c) acesso à Internet/ Intranet em todos os pontos da Justiça Eleitoral do Estado; d) garantia de mecanismos para replicação de dados entre o servidor da aplicação que será instalado no TSE e o servidor do disponibilizado no TRES; e e) suporte à ferramenta HP Virtual Vault, que integra de maneira segura as redes do TSE e TRES, fornecido pela equipe técnica do TSE.

Atualmente, parte dos requisitos já foi atendida, tendo, inclusive, a Corte Superior designado o servidor Maurício Caldas Mello, Coordenador de Sistemas Administrativos daquele Tribunal, para trabalhar em conjunto com a equipe técnica desta Casa, com vistas à implementação da primeira etapa – informatização integral da Sala de Sessões –, já concluída, conforme antes relatado.

ELEIÇÃO ELETRÔNICA DO FUTURO

O fim da justificativa eleitoral e a diminuição em até 75% do número de pessoas trabalhando nas eleições são os principais benefícios de minha proposta de eleição eletrônica.

É sabido que a cada eleição o Tribunal Superior Eleitoral atualiza e/ou adapta o mínimo de tecnologia, com alto custo de manutenção. Além disso, convive-se com a morosidade do processo de apuração, que exige a retirada dos *flash cards* de cada urna eletrônica e o respectivo transporte para a Central de Apuração. Registre-se que a ocorrência de quedas do cristal líquido é freqüente e a reposição da peça soma alto custo. Um outro aspecto é a impossibilidade de substituição das urnas eletrônicas no dia do pleito eleitoral no caso de o estoque estar esgotado. O transporte das urnas eletrônicas demanda despesas com veículos, possíveis danos aos equipamentos e mão-de-obra qualificada, bem como a necessidade de as urnas serem armazenadas em locais geralmente alugados e a imprescindibilidade de permanente manutenção por pessoas especializadas.

A iniciativa denominada Eleição Eletrônica do Futuro prevê a substituição do atual título eleitoral por um cartão inteligente – *Smart Card* –, por meio do qual será possível fazer a votação.

Com a implantação do sistema, o eleitor poderá votar de qualquer cidade do País, já que haverá uma interligação dos dados no plano nacional. Por exemplo, um eleitor de Florianópolis que estiver em Curitiba poderá, daquela cidade, votar no seu candidato a prefeito e vereador. O mesmo ocorrerá com a votação para presidente, governador, senadores e deputados.

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

Assim, todos os eleitores teriam a possibilidade de votar, mesmo estando fora de sua cidade, o que eliminaria a justificativa eleitoral. Vale lembrar que, na última eleição para governador e deputados em Santa Catarina, cerca de 200 mil pessoas justificaram seu voto, ou seja, 5% dos eleitores catarinenses deixaram de exercer esse direito. Nas últimas eleições municipais, em 2004, o índice foi ainda maior: no primeiro turno, 5,2% (207.776 eleitores) e, no segundo turno de Florianópolis, 5,9% (16.224 eleitores).

Para comprovar a identidade do eleitor que estiver votando, será instalado no local de votação um aparelho de identificação biométrica que reconhecerá o eleitor por sua impressão digital.

O novo sistema permitirá a instalação de urnas eletrônicas em locais de grande movimentação de pessoas, denominados pólos de votação, como *shoppings*, escolas, rodoviárias e aeroportos. Dessa maneira, poderão ser eliminadas as Seções Eleitorais, que, atualmente, são os únicos locais onde o eleitor pode votar. Outra vantagem é poder escolher o local de votação. Para cuidar desses locais será necessário apenas um servidor, um técnico de informática para sanar eventual problema no computador, e não uma Mesa de votação composta por quatro pessoas (presidente de Mesa, secretário e dois mesários), como é atualmente. Ou seja, ocorrerá a total eliminação de membros da Mesa.

Numa eleição para prefeito e vereador, por exemplo, em qualquer lugar do país, os dados serão transmitidos primeiramente para a Junta Eleitoral do município, que repassará as informações para o Tribunal Regional Eleitoral, que as enviará para o Tribunal Superior Eleitoral.

Em conferência proferida no Fórum Internacional de Direito Eleitoral e Penal da Amazônia – em Macapá, no Estado do Amapá, entre os dias 10 e 14 de setembro de 2003 –, apresentei minha proposta de Eleição Eletrônica do Futuro, que, no final daquele ano, foi encaminhada ao Tribunal Superior Eleitoral, o qual, após análise, autorizou a continuidade dos estudos para verificar a viabilidade do sistema.

Em setembro de 2004, o sistema foi apresentado à imprensa catarinense. Em conferência proferida na Universidade SEAMA, em Macapá/AP, no último dia 3 de março, foi novamente apresentada a proposta, o que também veio a ocorrer durante o 29º Encontro de Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, em Macapá/AP, nos dias 4 e 5 de março transato.

Em todas as ocasiões, ressaltei que, com o avanço desse sistema, o eleitor poderá votar de sua própria residência ou do local de trabalho, o que acarretará a eliminação dos gastos com urnas eletrônicas, uma vez que a votação poderá ser feita por meio de qualquer computador.

O novo processo de votação terá as seguintes características: 1) o eleitor dirige-se ao local de votação de sua preferência e faz a identificação biométrica pela impressão digital; 2) na sequência, passa o título eletrônico de eleitor no aparelho identificador; 3) o eleitor vota normalmente por meio da tela da urna eletrônica, como é feito atualmente; 4) interligação de todo o sistema de votação; 5) substituição do título pelo *Smart Card*; 6) utilização de tecnologia de propagação de dados; 7) substituição das urnas por computadores; 8) utilização de comunicação via satélite; 9) redução dos gastos públicos; 10) diminuição de aproximadamente 75% do pessoal envolvido no processo; e 11) o eleitor poderá votar de onde estiver, por meio de linhas convencionais, celulares, Internet e outros, sem a necessidade de deslocamento.

INOVAÇÕES NA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS

Foi observada com o advento da Resolução n. 7.367, de 16 de março de 2004 (que dispôs sobre a reestruturação organizacional da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a transformação de Cargos em Comissão e de Funções Comissionadas); da Resolução n. 7.368, de 16 de março de 2004 (que aprovou o Regimento Interno da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina) e da Portaria P n. 257/2004, de 26 de abril de 2004 (que delegou ao Diretor-Geral e aos Secretários, na esfera de suas unidades, a atribuição para a prática, de ofício, de diversos atos) uma mudança substancial e visível na Secretaria de Recursos Humanos, com especial destaque para a desburocratização dos procedimentos administrativos, visando à maior eficiência – o que teve resultados imediatos na celeridade processual e na economia de tempo e papel, com a eliminação de assinaturas e carimbos.

Outro aspecto relevante foi a humanização das relações de trabalho na Secretaria; o que foi um grande avanço.

CONTRACHEQUE *ON-LINE*

De se destacar a implementação, no mês de maio de 2004, do contracheque *on-line*, realizada pela Secretaria de Recursos Humanos em parceria com a Secretaria de Informática, tornando possível aos servidores ativos da Secretaria do Tribunal, bem como àqueles que se encontram lotados nos Cartórios Eleitorais, o acesso para consulta e/ou impressão do demonstrativo da remuneração mensal, imediatamente

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

depois do fechamento da folha. Tal procedimento minimizou os custos materiais e operacionais, permitindo que o tempo despendido na impressão e entrega dos contracheques fosse redirecionado a outras atividades.

VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR

Foram deflagradas, ainda, seguindo a mudança de postura proposta por este Presidente, várias ações voltadas à valorização do servidor, à busca do equilíbrio entre trabalho e qualidade de vida, à humanização do ambiente de trabalho e ao favorecimento da integração entre os servidores. Dentre elas, merecem destaque confraternizações e eventos alusivos a datas comemorativas, realizados pela primeira vez no Tribunal, que contaram com participação expressiva dos servidores.

REVISÃO NOS PROCESSOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO

Com relação aos processos de aposentadoria ou pensão, além das constantes revisões e atualizações, mediante apostilamentos e portarias, foi determinado o levantamento de todos os atos concessórios e retificatórios de aposentadoria ou pensão encaminhados ao Tribunal de Contas da União – uma espécie de “auditoria branca” –, pendentes de apreciação por aquela Corte, procedendo-se à atualização das movimentações processuais, via Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (Sisac-TCU), com vistas ao acompanhamento constante dos atos sujeitos a apreciação e registro por aquele Tribunal.

IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO

Com a aprovação pelo Tribunal, na sessão administrativa de 12 de maio de 2004 (Ata n. 4), da Resolução n. 7.391, que instituiu a Política de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, as ações de capacitação no âmbito do TRESA passaram a ter como norte esse importante instrumento, cujo propósito é servir como referencial teórico à sua promoção e à sua orientação e estimular o crescimento constante dos servidores, por meio do desenvolvimento de habilidades técnicas, humanas e conceituais, conjugando objetivos individuais e organizacionais.

CRIAÇÃO DE CARGOS PARA AS ZONAS ELEITORAIS CONCURSO PÚBLICO

Com o advento da Lei n. 10.842/2004, que criou cargos efetivos destinados às Zonas Eleitorais, e da sua regulamentação pelo Tribunal Superior Eleitoral, foi designado Grupo de Estudos – que se reuniu por mais de vinte vezes –, visando à sua implementação, consoante se infere dos autos do Procedimento Administrativo SRH n. 866/2004.

Por meio da Resolução TRESA n. 7.435, de 2 de dezembro de 2004, foi autorizada a realização de Concurso de Remoção – regulamentado pela Portaria P n. 550/2004, de 6 de dezembro de 2004 –, possibilitando aos atuais servidores a opção pela lotação nas Zonas Eleitorais deste Estado. O período de inscrições foi de 7 a 13 de dezembro, tendo se habilitado três servidores para o cargo de Analista Judiciário e sete para o de Técnico Judiciário.

A mesma resolução autorizou a realização de Concurso Público – o maior já realizado na Justiça Eleitoral de Santa Catarina, cujas inscrições ocorrerão de 28 de março a 11 de abril e a prova em 15 de maio do corrente ano, o qual estará, com a coordenação da Comissão de Concurso, sob a responsabilidade da Fapeu, conforme convênio firmado, seguindo as diretrizes do edital por mim assinado – para o provimento dos cargos criados pela Lei n. 10.842, de 20 de fevereiro de 2004, e dos cargos vagos da Sede do TRESA, num total de 208 vagas (sendo 105 para o cargo de Analista Judiciário e 103 para o de Técnico Judiciário), bem como dos cargos que vierem a vagar durante seu prazo de validade, assim como para a criação de cadastro de reserva.

DECISÕES ADMINISTRATIVAS E REGULAMENTAÇÕES

Merecem realce, por fim, as inúmeras regulamentações – já relacionadas nos itens Portarias da Presidência e Resoluções Administrativas –, as diversas decisões administrativas que desburocratizaram os procedimentos internos e as que trouxeram benefícios e vantagens aos servidores, entre elas:

- 1 alteração de atos normativos que dispunham sobre a prestação de serviço extraordinário nos Cartórios Eleitorais e na Secretaria (Portarias P n. 396 e n. 397/2004);
- 2 fixação de normas e procedimentos sobre a consignação em folha de pagamento (Portaria P n. 417/2004);

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

- 3 substancial modificação da regulamentação de concessão de férias e do pagamento das vantagens dela decorrentes (Portaria P n. 500/2004);
- 4 correção do divisor relativo ao serviço extraordinário (Processos n. 258 e n. 259, Classe XIV, julgados na sessão administrativa de 7 de dezembro de 2004, conforme consta na Ata n. 24 – Acórdão n. 19.781);
- 5 autorização para a incidência de atualização monetária nos pagamentos feitos em atraso aos servidores; quitação da dívida decorrente da diferença da URV para os servidores ativos e inativos da Secretaria, os Membros da Corte e os Juízes Eleitorais (decisão por mim proferida em 6 de dezembro de 2004, nos autos do Procedimento Administrativo SRH n. 65/1998);
- 6 pagamento da URV (sem correção), Promotores, Chefes de Cartório e ex-Escrivães de todo o Estado;
- 7 autorização para a incidência de juros no pagamento da URV em atraso (decisão por mim proferida em 28 de dezembro de 2004 nos autos do Procedimento Administrativo SRH n. 881/2004);
- 8 concessão, a todos os servidores que tenham direito, dos quintos no período relativo a 1998 a 2001 (Processo n. 179, Classe XIV, julgado na sessão administrativa de 9 de março de 2005, conforme consta na Ata n. 35/2004 – Acórdão n. 19.882).

REFEIÇÕES E LANCHES NO PERÍODO ELEITORAL

Ainda tendo como foco a melhoria das condições de trabalho, registro que o Tribunal, pela primeira vez – utilizando os recursos previstos no orçamento –, disponibilizou jantares (uma inovação, pois antes serviam-se lanches comprados prontos), feitos na hora, por cozinha contratada para esse fim, no período de julho a dezembro de 2004, em refeitório montado no ático deste prédio.

Como opção, também durante esse período, foram oferecidos sanduíches feitos pelas próprias copeiras e salada de frutas.

Os beneficiários foram os Juízes da Corte, o Procurador Regional Eleitoral e os servidores que ficavam de plantão além do expediente normal e nos finais de semana.

Ainda, nos dois turnos da eleição, foi oferecido almoço e jantar no mencionado refeitório, bem como lanche da manhã e da tarde, o que facilitou muito os trabalhos, pois os servidores não precisaram ausentar-se do TRESA para fazer suas refeições.

Foram oferecidas 3.200 refeições (almoços e jantares); 2.000 saladas de frutas e 3.000 sanduíches.

OBTENÇÃO DE TERRENO EM SÃO JOSÉ

Dentre as importantes aquisições do ano de 2004, destaca-se a obtenção, mediante cessão não-onerosa, de área da União, de 7.047m², localizada na Beira-Mar de São José, destinada à instalação dos Cartórios Eleitorais de São José e da Central de Atendimento a Eleitores, Candidatos e Partidos Políticos e à edificação de depósito para armazenamento de todas as urnas eletrônicas sob a responsabilidade da Justiça Eleitoral catarinense, materiais de almoxarifado, documentos e, ainda, de um Centro de Treinamento.

Com a cessão dessa área ficará sanada, de forma definitiva, a carência deste Tribunal de um local próprio para atendimento daquela região, garantindo, também, ambiente com metragem favorável ao bom desenvolvimento de atividades pelos servidores cartorários, em especial no período eleitoral.

Releva anotar que já foram licitados os serviços de elaboração de projetos, arquitetônicos e complementares, para a construção de edificação com aproximadamente 3.000m², com área para circulação e estacionamento de veículos, bem como as de fiscalização da futura obra.

ARMAZENAMENTO DE URNAS ELETRÔNICAS

Considerando o quantitativo de urnas eletrônicas recebidas para as eleições de 2004, são de responsabilidade deste Tribunal 17.321 unidades, que permanecem armazenadas, atualmente de forma centralizada, no depósito da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), localizado às margens da BR-101, em Barreiros, São José.

Tais urnas são distribuídas para todo o Estado de Santa Catarina apenas no mês anterior à realização do pleito e, depois deste, retornam para o depósito central, acima mencionado, para, periodicamente, receberem manutenção.

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

Contudo, sendo o depósito de propriedade da Conab, a estrutura existente não foi projetada para o fim específico de armazenar urnas eletrônicas, mas, sim, gêneros alimentícios em geral.

Assim, mesmo pagando à Conab, pelo espaço locado, um montante anual de R\$ 180.929,40 (cento e oitenta mil, novecentos e vinte e nove reais e quarenta centavos), este Tribunal vem adotando procedimentos – que implicam mais despesas – para adaptar e aperfeiçoar o local.

Dessa forma, a cessão/doação, pela SPU/MF, da pretendida área possibilitará a construção de imóvel com infra-estrutura física adequada ao armazenamento e à manutenção das inúmeras urnas eletrônicas deste Tribunal, com condições de servidores e técnicos desenvolverem procedimentos de recebimento, limpeza, testes, conferência, conserto e preparo dos equipamentos, o que representará, além do fim da situação jurídica e física precária do atual depósito locado, expressiva economia para os cofres públicos, pois o montante gasto em, aproximadamente, dois anos de locação será suficiente para o término da construção pleiteada.

RECURSOS FINANCEIROS

Gerenciados pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças da Secretaria de Administração e Orçamento, os recursos orçamentários da conta do Orçamento Geral da União (1º.1.2004 a 31.12.2004), bem como suas suplementações e provisões constituíram o montante de R\$ 67.311.968,93 (sessenta e sete milhões, trezentos e onze mil, novecentos e sessenta e oito reais e noventa e três centavos). Por conta desses créditos foram empenhadas e efetuadas despesas no montante de R\$ 65.724.230,39 (sessenta e cinco milhões, setecentos e vinte e quatro mil, duzentos e trinta reais e trinta e nove centavos).

Foram também recebidas, durante o exercício de 2004, provisões no valor de R\$ 10.813.863,93 (dez milhões, oitocentos e treze mil, oitocentos e sessenta e três reais e noventa e três centavos) e foram concedidas provisões no valor de R\$ 355.700,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil e setecentos reais), sendo que R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais) foram concedidos ao TSE para o pagamento de serviços telefônicos contratados para este Tribunal, assim como R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) com vistas a permuta orçamentária.

Ficou inscrito em Restos a Pagar o montante de R\$ 3.853.687,11 (três milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, seiscentos e oitenta e

sete reais e onze centavos), sendo que R\$ 3.435.637,58 (três milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta e oito centavos) são valores não-processados e R\$ 418.049,53 (quatrocentos e dezoito mil e quarenta e nove reais e cinquenta e três centavos) processados, ou seja, apropriados.

Ressalta-se que todo o detalhamento técnico-contábil está no relatório da Coordenadoria de Orçamento e Finanças da Secretaria deste Tribunal, que integra o presente.

OBTENÇÃO DE CRÉDITOS ADICIONAIS E CORRESPONDENTES REALIZAÇÕES

PAGAMENTO DA URV

Este Tribunal solicitou e recebeu suplementação orçamentária destinada ao pagamento dos atrasados da URV, tendo sido R\$ 709.688,00 (setecentos e nove mil, seiscentos e oitenta e oito reais) na rubrica de pessoal ativo e R\$ 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais) na rubrica de pessoal inativo e pensionistas civis.

AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE

Houve, ainda, a permuta da importância de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), disponibilizada como orçamento de custeio, na ação Pleitos Eleitorais, para o orçamento de investimentos, visando à aquisição de material permanente.

LIBERAÇÃO DE PROVISÕES

Além das provisões liberadas para custear as atividades específicas das Eleições 2004, foram liberadas, também, provisões adicionais na ação de pleitos eleitorais, no montante de R\$ 1.763.152,00 (um milhão, setecentos e sessenta e três mil, cento e cinquenta e dois reais), sendo R\$ 328.852,00 (trezentos e vinte e oito mil, oitocentos e cinquenta e dois reais) para despesas de custeio e R\$ 1.434.300,00 (um milhão, quatrocentos e trinta e quatro mil e trezentos reais) para despesas de investimento, direcionado aquele montante à adequação do mobiliário dos Cartórios Eleitorais do Estado de Santa Catarina, bem como à aquisição de *softwares*, veículos automotores e equipamentos, com a finalidade de atender a Secretaria do TRESA e as Zonas Eleitorais.

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

Foram obtidos, ainda, recursos adicionais no valor de R\$ 328.852,00 (trezentos e vinte e oito mil, oitocentos e cinquenta e dois reais) na rubrica Outros Custeios.

Houve o acréscimo de R\$ 1.784.300,00 (um milhão, setecentos e oitenta e quatro mil e trezentos reais) no orçamento de investimentos da ação Pleitos Eleitorais, inicialmente dotado em R\$ 126.250,00 (cento e vinte e seis mil, duzentos e cinquenta reais).

A obtenção de créditos orçamentários adicionais – de expressiva monta – viabilizou a expansão dos recursos inicialmente destinados para a realização de investimentos, do montante de R\$ 126.250,00 (cento e vinte e seis mil, duzentos e cinquenta reais) para R\$ 1.434.300,00 (um milhão, quatrocentos e trinta e quatro mil e trezentos reais), permitido as seguintes aquisições:

ADEQUAÇÃO DO MOBILIÁRIO DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS

Na mesma ação – Pleitos Eleitorais – foram destinados R\$ 928.461,11 (novecentos e vinte e oito mil, quatrocentos e sessenta e um reais e onze centavos) para a adequação do mobiliário dos Cartórios Eleitorais de todo o Estado de Santa Catarina – a maior já realizada em toda a história do TRESA, atendendo às necessidades, há muito existentes, da Justiça Eleitoral de primeiro grau, dotando-os de melhores condições para o atendimento aos eleitores (de ambiente e de infra-estrutura) –, sendo que cada Zona Eleitoral (à exceção das de Florianópolis, São José e Criciúma, que já dispunham de mobiliário adequado) recebeu, pelo menos, dois postos de trabalho completos (1 mesa para servidor, 1 mesa para computador, 1 gaveteiro, 1 cadeira), um armário, um balcão e duas cadeiras para interlocutor.

RENOVAÇÃO DO PARQUE DE INFORMÁTICA E AQUISIÇÃO DE SOFTWARES

Também foi possível fazer a maior renovação do parque de informática já realizada neste Estado, tendo sido utilizados R\$ 218.732,45 (duzentos e e dezoito mil, setecentos e trinta e dois reais e quarenta e cinco centavos) na aquisição de 103 microcomputadores para a Sede do TRESA, o que permitirá a substituição dos computadores adquiridos pelo TSE em 2000, cuja performance está muito aquém do desejado; 30 impressoras *laser* para a Sede do TRESA, praticamente eliminando o uso de impressoras jato de tinta, de desempenho bastante inferior; 223 microcomputadores para as Zonas Eleitorais, equipando cada Cartório Eleitoral com, pelo menos, 3 computadores de alta performance; 112

impressoras laser para as Zonas Eleitorais, ficando cada Cartório com pelo menos 2 equipamentos.

Dentre os valores disponíveis na ação de Pleitos Eleitorais foram utilizados R\$ 196.315,00 (cento e noventa e seis mil, trezentos e quinze reais) na aquisição de *softwares* indispensáveis à agilização dos trabalhos.

A obtenção de recursos adicionais permitiu, assim, o maciço investimento efetuado na área de informática da Justiça Eleitoral catarinense, ampliando-se significativamente o parque de equipamentos de informática (estações de desenvolvimento, microcomputadores, *notebooks*, impressoras), bem como renovando e ampliando os *softwares* utilizados.

AR CONDICIONADO, FAC-SÍMILES E FOTOCOPIADORAS

Foram utilizados R\$ 44.141,00 (quarenta e quatro mil, cento e quarenta e um reais) em aparelhos de ar condicionado; R\$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais) em fac-símiles; R\$ 56.073,00 (cinquenta e seis mil e setenta e três reais) em fotocopiadoras digitais, com especial destaque para a fotocopiadora colorida, com as funções de *fax* e *scanner*, há muito solicitada pela Coordenadoria de Apoio Administrativo desta Secretaria – até então não adquirida em razão de seu elevado custo – para suprir as necessidades daquela unidade, em especial na confecção de formulários e manuais específicos para as Eleições, substituindo, em muitos casos, futuras contratações na área gráfica e permitindo, ainda, a transmissão simultânea de documentos para todas as Zonas Eleitorais do Estado.

AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

Com R\$ 205.640,00 (duzentos e cinco mil, seiscentos e quarenta reais) foi possível a ampliação da frota de veículos destinada aos trabalhos logísticos de realização dos pleitos, com a aquisição de veículo tipo *van*, destinado ao transporte de servidores, e de mais quatro veículos de porte médio.

VIAGENS À VENEZUELA – MISSÃO DA OEA

PRIMEIRA MISSÃO

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

Foram recebidos ofícios subscritos pelo Chefe Adjunto da Missão de Acompanhamento do Processo de Convocação de Referendos Revogatórios da Organização dos Estados Americanos na Venezuela, Marcelo Alvarez, encaminhados pelo Gabinete da Direção-Geral do Tribunal Superior Eleitoral ao Presidente e ao Vice-Presidente, dando conta da referida missão, originada de um pedido do governo venezuelano ao Secretário-Geral da OEA.

Por esse expediente, fomos, eu e o Vice-Presidente, Desembargador José Gaspar Rubik, convidados a participar da missão como observadores internacionais, representando o Brasil.

Aceito com muita honra, o convite por ambos, deslocamo-nos para aquele País, no período de 25 de maio a 1º de junho de 2004, para a Missão de Observação da OEA, dividindo-se as atividades desenvolvidas pela Missão em três fases, sinteticamente relatadas abaixo.

Durante a primeira, observou-se o processo de coleta de assinaturas para a revogatória dos cargos de eleição popular. Na segunda, acompanharam-se as autoridades eleitorais durante o processo de verificação e de validação das assinaturas recolhidas na primeira etapa. Na terceira, preparou-se a observação da etapa de revisão.

As funções da Missão de Observadores do Processo de Revisão foram, sucintamente: observar o processo de revisão, incluindo a campanha de difusão, a organização do ato de revisão por parte das autoridades eleitorais, sua imparcialidade e a transparência do processo em geral; receber e transmitir às autoridades eleitorais as queixas e inquietudes dos partidos políticos, das organizações não-governamentais e dos cidadãos em geral quanto ao desenvolvimento do procedimento; analisar e avaliar a informação recolhida durante a sua observação; acompanhar, nos dias de revisão, o processo, a contagem e a tabulação dos resultados nos centros habilitados para tal efeito; observar, nos dias posteriores ao ato de revisão, o processo de tabulação de resultados parciais no âmbito regional e nacional; e preparar uma informação final sobre o observado para o Chefe da Missão.

SEGUNDA MISSÃO

Finalmente, fomos novamente convidados a concluir nossa contribuição para a Missão de Observação Internacional, comparecendo ao Referendum, em Caracas, Venezuela, no período de 10 a 17 de agosto de 2004.

Ressalto a importância da participação de membros da Justiça Eleitoral catarinense – únicos magistrados brasileiros convidados – nesse evento, de grande repercussão internacional, o que demonstra o prestígio de que goza esta instituição, não apenas nacionalmente, mas perante o mundo, o que foi – com muito orgulho – por nós percebido durante a missão.

COLÉGIO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS

No decorrer da minha gestão, para deliberar acerca de aspectos atinentes ao processo eleitoral e a assuntos administrativos diversos de interesse da Justiça Eleitoral, realizaram-se o XXVII, o XXVIII e o XXIX Encontros do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, aos quais compareci – à exceção do primeiro, em Fortaleza, já que a data coincidiu com a minha posse na Presidência desta Corte – acompanhado do titular da Direção-Geral e de Assessores:

- em Fortaleza/CE, nos dias 25 e 26 de março de 2004, no Auditório do Ceasar Park Hotel, sob a Presidência Desembargador Fernando Luiz Ximenes Rocha, com a presença dos Ministros Luiz Carlos Lopes Madeira e Fernando Neves da Silva, do Tribunal Superior Eleitoral.
- em Florianópolis/SC, nos dias 6 e 7 de setembro, no Auditório do Jurerê Beach Village, sob a Presidência do Desembargador Fernando Luiz Ximenes Rocha, Presidente do TRE do Ceará, tendo a Mesa sido composta por mim e pelas seguintes autoridades: Ministros Sepúlveda Pertence e Francisco Peçanha Martins, respectivamente Presidente e Corregedor-Geral Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral; Ministro Carlos Eduardo Caputo Bastos, do Tribunal Superior Eleitoral; Doutor Fernando Neves, ex-Ministro do Tribunal Superior Eleitoral e relator das instruções das eleições 2004, Presidente do TRE de Santa Catarina, além dos Presidentes dos Tribunais Regionais de todos os Estados.
- em Macapá/AP, de 4 a 6 de março do ano em curso, ocasião em que apresentei aos presentes exposição sucinta do meu projeto Eleição do Futuro, bem como, na Universidade de Seuma, meu projeto de modernização do Poder Judiciário, incluindo o Processo Virtual.

ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL DE SANTA CATARINA E CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO ELEITORAL

HISTÓRICO

A trajetória do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, visando à implementação de Curso de Especialização em Direito Eleitoral vinculado à Escola Judiciária Eleitoral, com o escopo de aprimoramento jurídico de magistrados, promotores, servidores e estudiosos dessa área do Direito, foi longa, mas não me fez desistir.

Em setembro de 2003, ainda na titularidade da Corregedoria Regional Eleitoral, quando consultado pelo Tribunal Superior Eleitoral sobre a possibilidade de instalar a EJE neste Estado, disse que o faria, mas de maneira diferenciada e inovadora, ocasião em que manifestei minha idéia de fazê-lo mediante a criação e a implantação do primeiro curso de especialização em Direito Eleitoral do Brasil, área do Direito que, infelizmente, ainda não mereceu das Universidades e Faculdades o devido destaque, apesar da importância do seu estudo para a ainda incipiente democracia brasileira e para o fortalecimento das instituições. Vale dizer: eu sou o idealizador.

A partir de então foram feitos inúmeros contatos com Universidades e com a Escola Judiciária Eleitoral/TSE, por intermédio da Dra. Marília Pacheco, então Coordenadora daquela Escola, ao mesmo tempo que se consultaram os servidores deste Tribunal, magistrados, promotores e advogados que militam na seara do Direito Eleitoral, com o objetivo de se verificar o interesse pelo curso, tendo sido bem recebida a idéia sempre que apresentada.

No final do ano de 2003, a mencionada Coordenadora da EJE/TSE veio a este Estado com a finalidade de prestar sua colaboração – devido a sua experiência naquela instituição – nos trabalhos de criação e instalação da nossa Escola.

Em 5 de fevereiro de 2004 compareci, acompanhado de servidores do TRESP e da Dra. Marília Pacheco, à Universidade do Vale de Itajaí (Univali), ocasião em que, em audiência com o Magnífico Reitor Professor Doutor José Roberto Provesi e sua equipe, externei minha intenção de firmar convênio com aquela instituição de ensino, mediante parceria, para a implantação de cursos de especialização na área de Direito Eleitoral – buscando um diferencial em relação às Escolas Judiciárias do restante do País –, sendo iniciadas as tratativas com relação a futuro ensino a distância.

REGULAMENTAÇÃO

Já na Presidência, levei à Corte Eleitoral catarinense proposta de regulamentação da EJE/SC e, na sessão de 5 de maio de 2004, foi aprovada a Resolução TRESA n. 7.376/2004, que dispôs sobre a criação e a implantação da Escola Judiciária Eleitoral em Santa Catarina e aprovou sua organização e seu funcionamento, sendo, na mesma data, este Presidente eleito para Diretor da Escola.

Dessa data em diante, deu-se seqüência às tratativas entre aquela Universidade e este Tribunal, sendo realizadas diversas reuniões, inclusive nas dependências da Universidade.

INSTALAÇÃO DA EJE/SC E DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO E POSSE DO DIRETOR

A solenidade de instalação da Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina e do Curso de Especialização em Direito Eleitoral – primeiro do Brasil – ocorreu no dia 7 de setembro de 2004, no auditório do Jurerê Beach Village, em Florianópolis/SC, por ocasião do XXVIII Encontro do Colégio de Presidentes e do Colégio de Corregedores dos Tribunais Regionais Eleitorais, tendo sido a mesa composta por este Presidente e pelas seguintes autoridades: Ministros Sepúlveda Pertence e Francisco Peçanha Martins, respectivamente Presidente e Corregedor-Geral e Diretor da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral; Ministro Carlos Eduardo Caputo Bastos, do Tribunal Superior Eleitoral; Desembargadores Fernando Luiz Ximenes Rocha, Presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, Honildo Amaral de Mello Castro, Presidente do Colégio de Corregedores Eleitorais, e Gaspar Rubik, Corregedor Regional Eleitoral de Santa Catarina, além dos Presidentes dos demais Tribunais Regionais.

Instalada a Escola, tomei posse na sua Direção – eleito que fora pelo TRESA, em 5 de maio de 2004, para o cargo –, e os representantes da Univali apresentaram projeto, detalhando a estrutura do Curso de Especialização.

ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA DO CURSO E SELEÇÃO DE PROFESSORES

Dando prosseguimento à organização do Curso, na busca da excelência e da qualidade, conduzi diversas reuniões no TRE e na Univali, nas quais selecionei, juntamente com alguns colaboradores, seletos grupos de professores, todos por mim contatados e convidados por telefone.

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

Importa salientar, nesse ponto, que todos, sem exceção, demonstraram grande entusiasmo com a minha iniciativa e aceitaram prontamente o convite feito.

As servidoras Ilênia Schaefer Sell, Secretária de Recursos Humanos, e Ana Eloise de Carvalho Flôres, minha Assessora Jurídica, além de terem me auxiliado na seleção dos professores, ficaram encarregadas de elaborar a estrutura das disciplinas do curso para posterior discussão com a Univali.

Os professores que integram o corpo docente do Curso, todos de alto gabarito e juristas conceituadíssimos em Direito Constitucional e Eleitoral, são os seguintes: Olivar Coneglian, Clèmerson Merlin Clève, Alberto Rollo, Rui Stoco, Antonio Tito Costa, Américo Lacombe, Adriano Soares da Costa, Joel José Cândido, Fernando Neves, Pedro Roberto Decomain, Péricles Prade, José Eduardo Faria, Paulo Bonavides, Fábio Konder Comparato, Suzana de Camargo Gomes, Roberto Rosas, Antonio Carlos Mendes, Torquato Lorena Jardim, Pedro Henrique Távora Niess e Ives Gandra da Silva Martins.

O Curso ficou assim estruturado: Ciência Política e Teoria Geral do Estado (45 horas-aula), Partidos Políticos (15 horas-aula), Direito Eleitoral Positivo Brasileiro (30 horas-aula), Organização Eleitoral e o Sistema Eleitoral Brasileiro (30 horas-aula), Condições de Elegibilidade e Hipóteses de Inelegibilidade (30 horas-aula), Registro de Candidatos (15 horas-aula), Propaganda Eleitoral, Condutas Vedadas e Pesquisas e Testes Pré-eleitorais (45 horas-aula), Ações e Recursos na Órbita do Direito Eleitoral (60 horas-aula), A Jurisprudência no Direito Eleitoral Brasileiro (15 horas-aula), perfazendo o total de 360 horas-aula. Há, ainda, as disciplinas optativas, com carga horária de 120 horas-aula, são: Linguagem e Redação Jurídica (30 horas-aula), Metodologia da Pesquisa Jurídica (45 horas-aula) e Didática do Ensino Superior (45 horas-aula).

CONTRATAÇÃO

Mas não paramos por aí. Fizemos mais.

Ao verificarmos a existência de dotação orçamentária, constatamos a possibilidade de custear integralmente a especialização, para 32 servidores que demonstrassem interesse e preenchessem as condições exigidas.

Assim é que, após negociações de que participaram, além deste Presidente, o Diretor-Geral, Norberto Ungaretti Junior, e a Secretária de Administração desta Casa, Denise Sobierajski, foi assinado, em 6 de

outubro de 2004, o Contrato n. 117, cujo objeto é a realização do Curso de Pós-Graduação, em nível de especialização, em Direito Eleitoral, destinado aos servidores do quadro permanente da Justiça Eleitoral em Santa Catarina, magistrados e promotores eleitorais, com a duração de 15 meses de disciplinas, mais, no máximo, 6 meses para a conclusão do trabalho final, correspondente à carga horária de 360h/a (técnico/jurídicas), mais 120h/a (metodologia e capacitação para docência).

O valor mensal do contrato é de R\$ 14.035,09 (quatorze mil, trinta e cinco reais e nove centavos), referente às 32 (trinta e duas) vagas, totalizando, as 15 parcelas, o valor de R\$ 210.526,35 (duzentos e dez mil, quinhentos e vinte e seis reais, trinta e cinco centavos).

AULA INAUGURAL

A Aula Inaugural que marcou o início do Curso de Especialização em Direito Eleitoral, vinculado à EJE/SC – instalado em 7 de setembro de 2004 –, em solenidade por mim presidida, ocorreu no dia 8 de outubro de 2004, com as importantes presenças dos Ministros Sepúlveda Pertence e Francisco Peçanha Martins, respectivamente Presidente e Corregedor-Geral Eleitoral e Diretor da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral, no auditório da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), Campus de Itajaí, e foi brilhantemente ministrada pelo Professor Fábio Konder Comparato, sobre o tema “Princípio Democrático na Constituição Federal”, para cerca de quinhentos ouvintes.

Até o momento já foram concluídas três disciplinas: Ciência Política e Teoria Geral do Estado, Partidos Políticos e Direito Eleitoral Positivo Brasileiro, estando em andamento a disciplina Organização Eleitoral e o Sistema Eleitoral Brasileiro.

O Curso – que se iniciou em 8 de outubro de 2004 e encerra em dezembro deste ano – tem recebido os maiores elogios de todos os que militam no Direito Eleitoral neste País, demonstrando que valeu à pena a nossa persistência na busca da excelência como meta primordial.

REGISTROS, EM ATA, DE OUTROS ATOS E OCORRÊNCIAS

A 4 de fevereiro de 2004, registrou-se a presença, no Plenário da Sala de Sessões, do Juiz Federal Substituto da Vara de Execuções Fiscais da Subseção Judiciária de Florianópolis, Doutor Eduardo Didonet Teixeira.

Em 9 de fevereiro, saudou-se o Desembargador Gaspar Rubik por sua indicação, pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, para exercer

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

as funções de Juiz Efetivo deste Tribunal, e, da mesma forma, o Desembargador Orli de Ataíde Rodrigues, como Juiz Substituto.

Na sessão de 10 de fevereiro, comuniquei ao Pleno que a Doutora Ana Maria Guerrero Guimarães estivera no Gabinete da Presidência para informar que estava deixando as funções de Procuradora Regional Eleitoral.

Na mesma data, o Pleno aprovou voto de pesar pelo falecimento, na data, do Diretor-Geral do Tribunal Superior Eleitoral, Professor Alysson Darowish Mitraud.

Na sessão de 16 de fevereiro, saudei, com breves palavras, o Doutor Mauricio Gotardo Gerum, que pela primeira vez participava da sessão na condição de Procurador Regional Eleitoral Substituto.

Em 4 de maio, o Juiz Gaspar Rubik deu conhecimento à Corte das providências adotadas para o bom andamento dos trabalhos de encerramento do Cadastro Eleitoral, que se daria no dia seguinte.

Na sessão de 1º de junho, o Juiz Pedro Manoel Abreu proferiu saudação de boas-vindas ao Doutor Miguel Herminio Daux, que, na data, integrava o Pleno em substituição ao Juiz Rodrigo Roberto da Silva .

Na sessão de 15 de junho, o Juiz Oswaldo José Pedreira Horn agradeceu à Presidência a excelência das novas instalações dos gabinetes dos Juizes, no oitavo andar deste edifício, e cumprimentou a Administração pelo seu empenho em propiciar tal melhoria.

Na mesma data, o Juiz Sebastião Ogê Muniz comunicou à Corte que iria participar, nos dias 18 e 19 de junho, em Brasília, de evento sobre Direito Eleitoral, promovido pelo Conselho da Justiça Federal em parceria com a Escola Judiciária Eleitoral, destinado aos Juizes Federais que iriam atuar nas eleições.

Em 22 de junho, o Juiz Alexandre d'Ivanenko propôs o envio de mensagem de pesar à família do eminente Desembargador Genésio Nolli – cujo falecimento ocorrera no dia 20 –, ocasião em que o Juiz Oswaldo José Pedreira Horn fez um breve registro do trabalho valoroso, honesto e íntegro do Des. Nolli durante o período em que comandou a Corregedoria Regional Eleitoral, tendo presidido a Comissão Eleitoral das eleições de 2002.

Na sessão de 23 de junho, o Juiz Sebastião Ogê Muniz informou à Corte sobre a nomeação, como Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, do Doutor Otávio Roberto Pamplona, que já integrara esta Casa como Juiz Federal, e propôs – com o endosso do Ministério Público, manifestado pelo Doutor Carlos Antonio Fernandes de

Oliveira, e da Ordem dos Advogados do Brasil/SC, a pedido do Juiz Rodrigo Roberto da Silva, assim como a pronta aprovação do Pleno – lhes fossem enviados cumprimentos.

Em 27 de julho, consignou o Juiz Sebastião Ogê Muniz, em seu nome e no dos Juizes da Corte, palavras de agradecimento à Presidência pela importante decisão de propiciar que cada Juiz deste Tribunal tivesse seu próprio assessor, o que lhes tem dado maior tranquilidade, principalmente no período eleitoral em que o volume de serviço é maior.

Na mesma data, o Juiz Alexandre d'Ivanenko declarou que, sob a presidência do Juiz Carlos Prudêncio, os Juizes desta Corte estavam sendo extremamente prestigiados, sendo sua manifestação acompanhada por todos.

Na sessão de 9 de agosto, solicitei a anuência dos integrantes do Pleno, para, juntamente com o Juiz Gaspar Rubik, ausentar-me da Corte, assim como do País, a fim de, em atendimento ao convite formulado pelo "Consejo Nacional Electoral de la República Bolivariana de Venezuela", viajar àquele país, onde deveríamos participar – no período de 10 a 17 de agosto –, na condição de Observadores Eleitorais Internacionais, do primeiro Referendo Presidencial, que se realizou no dia 15 de agosto do ano transato, tendo o Tribunal, à unanimidade, aprovado a solicitação.

Em 14 de setembro, solicitou o Juiz Alexandre d'Ivanenko a consignação em ata, sem demérito aos demais Juizes do Estado de Santa Catarina, de seu reconhecimento ao Juiz da 100ª Zona Eleitoral, Doutor Samir Oséas Saad, em razão do atual volume de serviço sob sua responsabilidade, tendo os integrantes do Pleno aderido a essa manifestação.

A 15 de setembro, depois de comunicar ao Pleno o falecimento do Desembargador Ernani de Palma Ribeiro, ocorrido na data, o Juiz Gaspar Rubik propôs – o que foi aprovado à unanimidade, inclusive com a adesão do Ministério Público Eleitoral – fosse consignado em ata voto de profundo pesar, a ser devidamente transmitido à família enlutada.

Em 8 de novembro, tendo em vista a proclamação, pelo presidente da Junta da 12ª Zona Eleitoral, do candidato eleito prefeito, em segundo turno, nesta Capital, declarei que, a partir de 9.11.2004, a Secretaria do Tribunal não mais permaneceria aberta aos sábados, domingos e feriados.

Em 25 de novembro, apresentei a edição comemorativa aos dez anos de existência da RESENHA ELEITORAL – *Nova Série*.

A 22 de dezembro – já no período de recesso, em face dos julgamentos dos pedidos de cassação de registros e diplomas –, o Juiz Rodrigo Roberto da Silva saudou, em nome do Colegiado, o ilustre Juiz Oscar Juvêncio Borges Neto, Juiz substituto da categoria Jurista, em sua primeira participação em sessão plenária da Corte.

Na sessão do dia 23 de dezembro, por ocasião do julgamento do Processo n. 1.961 – Classe XI – Recurso nos autos da Representação n. 30/2004 da 12ª Zona Eleitoral da Capital, em que era recorrente a Coligação Florianópolis Sempre Mais (PP/PSL/PSC/PFL/PAN/PRTB) e recorridos Luiz Henrique da Silveira; Dário Elias Berger e a Coligação Avança Florianópolis (PSDB/PMN), após a realização de sustentação oral pelos Advogados João José Ramos Schaefer, Rogério Reis Olsen da Veiga, Giancarlo Castelan e Filipe Freitas Mello e pelo Procurador Regional Eleitoral, Dr. Carlos Antonio Fernandes de Oliveira, manifestei-me como segue: “Ficamos em silêncio até o presente momento, apesar dos desencontros nas informações, para continuarmos a manter a serenidade própria dos verdadeiros julgadores. Quando recebi o fax, estávamos em sessão, e, tão logo terminado o primeiro julgamento em andamento, convoquei os Juizes e o Procurador Regional Eleitoral para uma sessão administrativa. Verificamos que no despacho (já que não recebemos cópia da petição) inexistia recorrido. Por isso, nossa primeira intenção era ignorar aquele despacho, já que dirigido a uma diplomação, matéria de exclusiva competência originária do Juiz da 12ª Zona Eleitoral. Assim, cabia a Sua Excelência responder àquele egrégio TSE. Por último, resolvemos dar informações na legítima esperança de que o TSE pudesse reparar seu equívoco. Tal não aconteceu e tivemos que conviver com uma situação esdrúxula, ou seja, uma decisão do TSE, baseada em fato inexistente, visto que inexistiu anterior pedido de suspensão da data de diplomação e, conseqüentemente, inexistiu pedido de recurso a este TRE. Assim, em hipótese alguma cabia qualquer recurso diretamente ao TSE. Na forma como ocorreu, houve supressão de duas instâncias, a do Juiz da 12ª Zona e a deste TRE. Contudo, sensibilizamo-nos com a situação política do município de Florianópolis, quando as lideranças partidárias da Câmara de Vereadores pediram audiência com esta Presidência para que o Tribunal colocasse os processos em julgamento. Explicamos, na ocasião, que os processos estavam rigorosamente nos prazos, já que os relatores tinham oito dias para julgá-los. Expliquei que a liminar dirigida ao Juiz Eleitoral suspendeu tão-somente a diplomação e, em momento algum, poderia conceder prazo ao TRE para julgá-los, já que esta instituição obedece somente à Lei. Explicamos que a Lei proíbe julgamento em recesso e, assim, os prazos de oito dias recomeçariam somente em fevereiro. Particularmente, sou contra o recesso. Contudo, em respeito ao povo florianopolitano e ao tímido avanço da democracia brasileira, que ainda perseguimos, marcamos sessões extraordinárias para julgar estes e outros processos recém chegados ao TRE. Deixo claro que essa foi a primeira vez que esta Corte julgou processos de cassação antes da diplomação, e assim afirmamos com base nas pesquisas feitas pela Dra. Clycie Damo Bertoli. Lá vimos que os processos foram julgados até mesmo

dois anos após a diplomação. Quero acrescentar, por fim, que este Tribunal implementou o *Curso de Especialização em Direito Eleitoral* para dar, justamente, mais subsídios aos advogados e estudiosos, a fim de aplicarem corretamente a Lei Eleitoral.”

Na mesma sessão, após tomar conhecimento da Portaria n. 551, de 16 de dezembro de 2004, na qual o Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII do art. 116 do Regulamento Interno, e com base no disposto no inciso I do art. 62 da Lei n. 5.010/1966 e no parágrafo 1º do art. 66 da Lei Complementar n. 35/1979, “resolve comunicar que os prazos processuais ficarão suspensos a partir de 20 de dezembro de 2004, voltando a fluir em 1º de fevereiro de 2005”, a Corte suspendeu os trabalhos para apreciar o teor da referida portaria, tendo o Tribunal decidido, à unanimidade – após terem todos os advogados acima mencionados e mais o Dr. Joathan George Bleyer, representando o Cel. Cabral, desistido de qualquer alegação de nulidade quanto ao teor da citada portaria –, prosseguir na apreciação do referido processo e dos outros já incluídos em pauta para julgamento.

Na sessão de 29 de dezembro – última sessão do ano de 2004 –, registrei os meus agradecimentos aos Juízes da Corte, ao Procurador Regional Eleitoral, aos Juízes e Promotores Eleitorais e aos servidores, pela dedicação durante todo o ano de 2004, desejando-lhes Feliz Ano Novo.

Em 10 de fevereiro de 2005, compareceu à sessão uma delegação de Karlsdorf-Neuthard cidade do Sul da Alemanha, integrada pelos vereadores e empresários Uwe Zweigner e Bernhard Leicht, que veio a Santa Catarina para conhecer o nosso sistema eleitoral, conforme registrado na Ata n. 8.346.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS OFICIAIS

Compareci:

- em 1º de março de 2004, à sede da IOESC, para o início das festividades alusivas aos 70 anos de criação daquele órgão;
- em 18 de março de 2004, à audiência com o Governador do Estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, no Centro Administrativo do Governo do Estado;
- em 18 de março de 2004, à solenidade de posse da Doutora Águida Maria Lavorato Pereira, nova Presidente do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, na Sala de Sessões do TRT/SC;

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

- em 19 de abril de 2004, a reunião com o Ministro Francisco Peçanha Martins, Corregedor-Geral Eleitoral, no Tribunal Superior Eleitoral, em companhia do Desembargador Gaspar Rubik, Corregedor Regional Eleitoral;
- em 29 de abril de 2004, à posse do Deputado Estadual Luiz Eduardo Cherem como Secretário de Estado da Saúde e do Coronel Jari Luiz Dalbosco, como Chefe da Casa Militar, no Centro Administrativo do Governo do Estado;
- em 30 de abril de 2004, ao I Simpósio Catarinense de Direito Eleitoral, no Auditório da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina, em Florianópolis, quando proferi palestra;
- de 25 de maio a 1º de junho de 2004, na Venezuela, aos atos preparatórios do Referendo, integrando a Missão de Observação da OEA ;
- a 3 de junho de 2004, à posse dos Ministros Nelson Jobim e Ellen Gracie respectivamente nos cargos de Presidente e de Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal;
- em 8 de junho de 2004, à audiência com o Governador do Estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, no Centro Administrativo do Governo;
- a 16 de junho de 2004, ao lançamento da Revista *Eleições 2004 – Legislação Consolidada*, no Auditório da Procuradoria-Geral de Justiça;
- em 6 de junho de 2004, ao lançamento do livro *Modernização do Poder Judiciário*, de minha autoria, em co-autoria com os renomados juristas José Eduardo Faria e Lédio Rosa de Andrade, na Casa da Agrônômica, em Florianópolis;
- nos dias 8 e 9 de julho de 2004, ao I Seminário de Direito Eleitoral e à Instalação da Escola Judiciária Eleitoral da Bahia, em Salvador, no Pestana Bahia Hotel;
- a 31 de julho de 2004, ao XII Encontro de Juízes Eleitorais de Santa Catarina, na Sala de Múltiplo Uso deste Tribunal, em Florianópolis;
- em 2 de agosto de 2004, à audiência com o Doutor José Fernando X. Faraco, Presidente da FIESC, na FIESC, em Florianópolis;
- a 6 de agosto de 2004, à XIX Conferência Nacional dos Advogados, no auditório da OAB/SC, em Florianópolis;

- de 10 a 17 de agosto de 2004, ao Referendo, em Caracas, na Venezuela, integrando a Missão de Observação Internacional;
- nos dias 6 e 7 de setembro de 2004, ao XXVIII Encontro do Colégio de Presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil, no Hotel Jurerê Beach Village, nesta Capital;
- em 8 de outubro de 2004, à Aula Inaugural do Curso de Especialização em Direito Eleitoral, com o Ministro Sepúlveda Pertence, na Univali, em Itajaí;
- a 3 de dezembro de 2004, à palestra do Ministro Peçanha Martins, no Curso de Especialização em Direito Eleitoral, na Univali, no Campus de Biguaçu;
- em 4 de dezembro de 2004, à solenidade de Diplomação – Eleições Municipais 2004, com a presença do Ministro Peçanha Martins, em Treze Tílias/SC;
- em 5 de dezembro de 2004, à solenidade de Diplomação – Eleições Municipais 2004, com a presença do Ministro Peçanha Martins, em Joaçaba/SC;
- a 7 de dezembro de 2004, à solenidade de Diplomação – Eleições Municipais 2004, em Brusque/SC;
- em 10 de dezembro de 2004, à solenidade de Diplomação – Eleições Municipais 2004, em Guabiruba/SC;
- em 15 de dezembro de 2004, à solenidade de Diplomação – Eleições Municipais 2004, em Capivari de Baixo/SC;
- a 21 de fevereiro de 2005, à posse dos novos Dirigentes do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em Belém/PA;
- nos dias 4 e 5 de março de 2005, à Reunião do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, em Macapá/AP;
- em 6 de março de 2005, à posse dos novos dirigentes do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá.

AGRADECIMENTOS

Devo deixar registrados neste relatório os meus mais sinceros agradecimentos aos Juízes Efetivos e Substitutos deste Tribunal; aos Juízes Eleitorais de todo o Estado, e à Procuradoria Regional Eleitoral, extensivos aos Promotores Eleitorais, por todo o apoio que prestaram a

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

esta Presidência na sua missão de conduzir o pleito eleitoral de 2004 e de bem administrar este Tribunal.

Não menos importante foi a sempre pró-ativa colaboração dos competentes, gabaritados e incansáveis servidores, a quem agradeço, homenageio e saúdo na pessoa do Diretor-Geral, Norberto Ungaretti Júnior – que foi meu braço direito na condução, com firmeza e competência, dos trabalhos na Secretaria do Tribunal e nas Zonas Eleitorais –, bem como das equipes da Clycie, da Ilênia, da Denise e do Gonsalo, não apenas pela dedicação ao trabalho, pela competência, pela operosidade e pelo alto senso de responsabilidade, mas, principalmente, pela especial atenção com que me distinguiram, no dia-a-dia, nessa minha breve, mas marcante, passagem por esta Casa.

Na apuração, agradeço muito especialmente aos responsáveis pela totalização nas Zonas Eleitorais, pela transmissão e recepção dos dados no Tribunal, os quais, com sua alta capacidade, resolveram com tranquilidade as pendências decorrentes de problemas técnicos, o que permitiu a conclusão, com pleno êxito e absoluta transparência – já que fomos o primeiro Estado do Brasil a transmitir os dados íntegros ao Tribunal Superior Eleitoral e o primeiro município do Brasil, no segundo turno das eleições – dos trabalhos de totalização.

Fica, também, consignado o agradecimento aos cidadãos que atenderam ao chamado da Justiça Eleitoral seja como Mesários, Escrutinadores ou integrantes de Junta Apuradora de Contingência ou de Secretaria, assim como aos demais colaboradores diretos e indiretos em atividades de apoio, pois sem eles, que, lá na ponta, trabalharam em prol da democracia, o pleito certamente não aconteceria.

Igualmente imprescindível foi a atuação dos Gerentes Regionais – servidores rigorosamente selecionados entre os de todas as Secretarias desta Casa, treinados, e designados por esta Presidência –, que, em pólos estrategicamente distribuídos por todo o Estado, coordenados pela zelosa equipe da Secretaria de Informática e Eleições, deram plena cobertura técnica e operacional à eleição; bem como dos auxiliares de todos os níveis que deram, cada qual, o melhor de si em prol de um objetivo comum.

Foi essencial, também, a colaboração eficiente de entidades públicas e privadas que prestaram sua parcela de colaboração para a realização do pleito, as quais deixo de mencionar para evitar que minha memória me traia e eu, inconscientemente, omita alguma.

Destaco, ainda, a valiosa parceria da mídia – escrita, falada e televisionada –, que bem atuou no mister de informar e de despertar a cidadania, muito contribuindo para o exercício do voto livre e consciente.

Também os dirigentes partidários, os candidatos e os delegados aqui credenciados agiram com absoluto respeito à Justiça Eleitoral, demonstrando que a maturidade política do povo catarinense cresce a cada eleição.

Enfim, a todos aqueles a que me referi e àqueles que tenha deixado de citar, mas que estarão sempre na minha memória, transmito os mais veementes e sensibilizados agradecimentos pela contribuição que deram durante minha gestão à frente da Presidência desta respeitável Casa de Justiça.



*Tribunal Regional Eleitoral de Santa
Catarina*

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

EXERCÍCIO DE 2004

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Encerrado o ano de 2004, é com satisfação que apresento o Relatório das Atividades desenvolvidas pela Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina ao longo do período em foco, incluindo as ações mais expressivas da Secretaria Judiciária, de Administração e Orçamento, de Informática e Eleições e, de Recursos Humanos, Coordenadoria de Controle Interno e Assessorias da Direção-Geral, em realce aos princípios da transparência e da responsabilidade, norteadores dessas atividades.

É oportuno o registro de ter sido árduo o ano que passou, tanto em decorrência dos desdobramentos oriundos da preparação e execução das eleições municipais de outubro de 2004, como em razão de acontecimentos alheios a minha vontade. Mencione--se o advento da Lei n. 10.842, de 20.2.2004, que criou e transformou cargos e funções nos

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

Quadros de Pessoal dos Tribunais Regionais Eleitorais, destinados às Zonas Eleitorais, regulamentada no final do mês de junho do mesmo ano, às vésperas, portanto, do início do prazo para registro de candidaturas, propaganda eleitoral, etc. Não só os atos preparatórios atinentes à realização de Concurso Público para admissão de 208 (duzentos e oito) servidores – diga-se, o maior já realizado pela Justiça Eleitoral de Santa Catarina –, resultaram da publicação daquele diploma legal, mas, também, muitos outros precisaram ser implementados naquele ano, paralelamente ao pleito eleitoral e na ocasião do deslocamento temporário de vários servidores para as Zonas Eleitorais do interior, com a finalidade de acompanhar e gerenciar a realização do pleito.

Por certo não cabe esmiuçar todas as atividades desenvolvidas pela Secretaria, uma vez que as Unidades que a integram já o fizeram, consoante se pode apreender da leitura deste Relatório.

Permito-me, contudo, destacar alguns pontos relevantes:

- a reestruturação orgânica da Secretaria do Tribunal, com a publicação de novo Regimento Interno (Resolução n. 7.368, de 16 de março de 2004), ensejando a descentralização e delegação de competência às Unidades e, ainda, a adequação da estrutura anterior, que remontava àquela ditada pela Lei n. 8.868, de 14 de abril de 1994, com a existente de fato, a qual teve que se ajustar, no decorrer do tempo, às necessidades de serviço surgidas ao longo de dez anos. Refiro-me, apenas para ilustrar, à informatização de todo o processo eleitoral e ao advento das Leis n. 9.421, de 24 de dezembro de 1996, e n. 10.475, de 27 de junho de 2002;
- a transformação de funções comissionadas, em momento imediatamente anterior ao advento do novo Regimento Interno da Secretaria, aumentando-se a sua quantidade, sem adição de despesas, o que possibilitou difundir-las a um maior número de atividades desenvolvidas neste Tribunal (Resolução n. 7.367, de 16 de março de 2004, que dispôs sobre a reestruturação organizacional da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a transformação de Cargos em Comissão e de Funções Comissionadas);
- a disponibilização de um Assessor para cada Membro da Corte, resultante da transformação de funções comissionadas e da publicação do Regimento Interno da Secretaria;
- a obtenção de uma área de 7.047m² da União, por meio de cessão não-onerosa, localizada na Beira-Mar de São José, que será destinada à instalação dos Cartórios Eleitorais da 29^a e 84^a Zonas Eleitorais e da Central de Atendimento ao Eleitor daquele município, e à construção de imóvel para a

acomodação da central de armazenamento das urnas eletrônicas sob a responsabilidade da Justiça Eleitoral de Santa Catarina, do almoxarifado central, do arquivo do Tribunal e, ainda, de um centro de treinamento;

- a criação e a implantação da Escola Judiciária Eleitoral em Santa Catarina - EJE, pela Resolução n. 7.376, de 5 de maio de 2004, cuja idéia foi concebida pelo Desembargador Carlos Prudêncio, quando ainda se encontrava no comando da Corregedoria Regional Eleitoral de Santa Catarina, no ano de 2003. Pretendeu, Sua Excelência, inovar o contexto nacional ao unir à criação da EJE a implantação do primeiro Curso de Pós-Graduação, em nível de Especialização em Direito Eleitoral do Brasil, destinado ao aprimoramento jurídico dos servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, de Juízes e Promotores Eleitorais. O Professor Fábio Konder Comparato ministrou a aula inaugural, discorrendo sobre o tema "Princípio Democrático na Constituição Federal", no dia 8 de outubro de 2004, no auditório da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), Campus de Itajaí. Destaca-se o custeio total do Curso de Especialização em Direito Eleitoral para os 32 (trinta e dois) servidores deste Sodalício inscritos, ante a existência de dotação orçamentária; - a realização do XXVIII Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais e do VIII Colégio de Corregedores da Justiça Eleitoral, nos dias 6 e 7 de setembro, nesta Capital, oportunidade em que foi instalada a Escola Judiciária Eleitoral em Santa Catarina e dado posse ao seu idealizador, o Presidente deste Tribunal, Desembargador Carlos Prudêncio, no cargo de Diretor da EJE; - o Programa Mesário Voluntário, criado pela Resolução n. 7.405, de 29 de junho de 2004; e
- a implantação de nove Centrais de Transmissão de Dados, no segundo turno das eleições municipais, ante a revisão dos roteiros de coleta de disquetes e urnas, visando possibilitar que os procedimentos de contingência e transmissão de arquivos fossem feitos de forma descentralizadas, imprimindo maior rapidez na conclusão dos trabalhos de apuração. À inovadora concepção, de autoria do Desembargador Presidente, seguiu-se novo recorde catarinense: Florianópolis foi o primeiro município do País, entre aqueles que tiveram segundo turno, a totalizar todas as Seções Eleitorais e a transmitir os dados ao Tribunal Superior Eleitoral. Merecem ser evidenciadas, da mesma forma, as seguintes realizações:

Na área judiciária:

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

- a melhor acomodação dos Membros da Corte e servidores com a redistribuição dos espaços físicos do Gabinete dos Juízes, localizado no 8º andar do edifício-sede, derivado do fato de ter sido prevista, na nova estrutura orgânica produzida pelo Regimento Interno da Secretaria, a assessoria individual aos Juízes do Pleno; e
- o número de processos distribuídos no ano de 2004: 1.572 (mil, quinhentos e setenta e dois).

Na área de administração e orçamento:

- a regulamentação dos procedimentos para conservação e desfazimento de documentos e materiais eleitorais no âmbito dos Cartórios Eleitorais integrantes da Justiça Eleitoral do Estado de Santa Catarina, pela Resolução n. 7.419, de 28 de julho de 2004, após muitos anos de tramitação;
- a execução da reforma contratada para o prédio-sede, necessária ante a identificação de problemas de corrosão nas ferragens de alguns dos pilares da edificação;
- a implantação do sistema eletrônico de Pregão, com ênfase para as contratações por intermédio dessa modalidade de licitação, por mostrar-se eficaz na agilização dos procedimentos e na obtenção de preços mais vantajosos para a Administração, se comparado com as demais modalidades;
- a contratação de empresa para fornecimento de mobiliário para todos os Cartórios Eleitorais do Estado, propiciando melhores condições de atendimento ao público e de ambiente de infra-estrutura propício para o desenvolvimento das respectivas atividades;
- a implantação do sistema de Registro de Preços, ou seja, de procedimento especial de licitação, voltado a atender às contingências do orçamento, a determinados tipos de compras com dificuldade de planejamento e demandas imprevisíveis, colocando em pronunciada vantagem a economicidade e a eficiência em favor do erário;
- a aquisição de 4 (quatro) veículos, aumentando a frota de carros desta Casa, em virtude da grande demanda interna de serviços; e
- a contratação de serviços de condução de veículos oficiais e de copeiragem do tipo garçom.

Na área de recursos humanos:

- a aplicação do art. 62 da Lei n. 5.010, de 30 de maio de 1996, aos servidores dos Cartórios Eleitorais do Estado (recesso dos trabalhos no período de 20 de dezembro a 6 de janeiro);
- o treinamento dirigido aos servidores dos Cartórios Eleitorais, no período de 31 de maio a 18 de junho, nas dependências deste Tribunal, do qual participaram dois servidores de cada Zona Eleitoral (Chefe de Cartório e um Auxiliar Eleitoral), Gerentes Regionais e Gerentes Auxiliares;
- o treinamento, nos dias 19 e 20 de agosto, nas dependências do Ingleses Praia Hotel, do qual participaram os Chefes de Cartório e 58 (cinquenta e oito) servidores da sede do Tribunal. Ao final do evento, foi oferecido um Jantar de Confraternização aos participantes, no restaurante do hotel;
- a realização, no dia 31 de julho de 2004, do XII Encontro de Juízes Eleitorais, no qual foram abordados diversos temas relacionados com as Eleições de 2004, com o objetivo de informar aos Magistrados de primeiro grau a estrutura de apoio da Justiça Eleitoral, contando o evento com a participação de 99 (noventa e nove) Juízes Eleitorais;
- a instituição da política de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos do Tribunal, pela Resolução n. 7.391, de 12 de maio de 2004;
- a regulamentação da licença para capacitação, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, pela Resolução n. 7.438, de 16 de dezembro de 2004;
- a redução dos divisores para o cálculo do adicional devido pela prestação de serviço extraordinário, que passaram a ser de 200, 150 e 100 com relação aos servidores obrigados a respeitar a jornada de trabalho de, respectivamente, 40, 30 e 20 horas semanais;
- a alteração do número total de estagiários em cada Zona Eleitoral e na sede deste Tribunal, que não poderá exceder a 25% (antes era de 20%) do total de servidores ativos do Quadro de Pessoal da Secretaria, proporcionada pela alteração do Programa de Estágio para estudantes no âmbito da Justiça Eleitoral de Santa Catarina, pela Resolução n. 7.406, de 29 de junho de 2004;
- o pagamento de valores atrasados, atualizados monetariamente, a título de URV (percentual de 11,98%, resultante da conversão dos salários em março de 1994) aos Membros deste Tribunal e aos Juízes Eleitorais; apenas a atualização monetária aos servidores ativos, inativos e

pensionistas, haja vista já terem percebido o montante principal em outros exercícios; e o pagamento apenas do principal aos Promotores e Escrivães Eleitorais, Chefes de Cartórios e servidores requisitados, em razão da dotação orçamentária existente;

- a realização de Concurso de Remoção no mês de dezembro, por intermédio do qual os atuais servidores puderam optar pela lotação em uma das Zonas Eleitorais do Estado;
- a alteração da forma de pagamento das funções comissionadas e cargos em comissão, relativamente aos servidores designados para o exercício após a vigência da Lei n. 10.475, de 27 de junho de 2004 ou aqueles que, sob a égide da nova lei, foram designados para exercer função comissionada ou cargo em comissão de nível igual, inferior ou superior à anteriormente ocupada, pelo fato de não estarem contemplados pelo Pedido de Reexame apresentado por este Tribunal à Decisão n. 320, do Tribunal de Contas da União; e
- os preparativos iniciais para a formalização de convênio com a FAPEU – Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária, visando à realização de concurso público e, ainda, os primeiros passos para a elaboração do respectivo edital do concurso público, que ofertará o maior número de vagas da história da Justiça Eleitoral do Estado de Santa Catarina.

Na área de informática e eleições:

- o desenvolvimento de sistemas para a informatização da Sala de Sessões, integrados ao sistema de andamento processual eletrônico adotado pela Justiça Eleitoral, com a inclusão de recursos adicionais de consulta à legislação e jurisprudência, além da comunicação instantânea entre os Juízes e suas assessorias. De igual forma, a aquisição de avançados equipamentos de informática utilizados nessa informatização, adaptados às dimensões do mobiliário, com telas de cristal líquido de alta definição e sensíveis ao toque;
- o desenvolvimento do protótipo do sistema de Eleição Eletrônica do Futuro, durante o ano de 2004, apresentando pela primeira vez à sociedade tecnologias como a comprovação de identidade do eleitor mediante a sua impressão digital, o título de eleitor com identificação automática através de leitor de cartão e a apuração on-line. O protótipo foi demonstrado (incluindo votação simulada por eleitores e autoridades) nos dois turnos das Eleições Municipais, recebendo atenção da imprensa, local e nacional;

- a adoção, a partir do mês de maio, de um sistema de comunicação instantânea (PSI), possibilitando que os servidores se comuniquem uns com os outros através da rede local, permitindo a troca imediata de mensagens na forma de um diálogo escrito. O sistema é usado para comunicação entre as Unidades da Secretaria, e seu sucesso foi demonstrado a partir do momento em que a Secretária das Sessões do Pleno passou a munir-se de um computador portátil em suas atividades, permitindo assim a comunicação instantânea não apenas com seu gabinete e as assessorias envolvidas, mas, também, com todos os demais servidores da Secretaria do Tribunal;
- a implementação, no mês de maio, do contracheque on-line, realizado pela Secretaria de Recursos Humanos em parceria com a Secretaria de Informática, possibilitando o acesso para simples consulta e/ou impressão do contracheque, pelos servidores ativos da Secretaria e por aqueles que se encontram lotados nos Cartórios Eleitorais;
- a aquisição de uma grande variedade de *softwares* aplicativos para suprir a demanda há anos reprimida por questões orçamentárias, desde aqueles de uso geral, como dicionários eletrônicos, planilhas e editores de texto, até gerenciadores de bancos de dados (dos quais se tinha especial carência) e programas avançados de editoração gráfica, de acordo com as necessidades e perfis das Unidades e usuários;
- a criação da Seção de Planejamento e Acompanhamento das Eleições, na Coordenadoria de Eleições, com a reestruturação da Secretaria por meio da aprovação do novo Regimento Interno, possibilitando a concepção de um Escritório de Planejamento responsável pelo acompanhamento de todas as atividades relacionadas com as eleições;
- o aumento do parque de informática, com a aquisição, para o prédio-sede, de 103 (cento e três) microcomputadores, os quais permitirão a substituição dos computadores adquiridos pelo TSE em 2000, cuja performance está muito aquém do desejado, e de 30 (trinta) impressoras laser, o que praticamente elimina o uso de impressoras jato de tinta, de desempenho bastante inferior; e, para as Zonas Eleitorais, de 223 (duzentos e vinte e três) microcomputadores, equipando cada Cartório Eleitoral com pelo menos 3 (três) computadores de alta performance; e de 112 (cento e doze) impressoras laser;
- as negociações promovidas com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por cerca de dois meses, em razão das limitações orçamentárias, fazendo com que, em face da

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

redução de preços obtida, fosse possível ampliar a bem sucedida operação de recolhimento de disquetes contendo os resultados das seções e pastas com o material de mesários de quatro municípios - Florianópolis, Joinville, Blumenau e Criciúma -, para quarenta e dois municípios, atingindo 4.073 seções eleitorais, o que corresponde a 35% do total do Estado;

- a realização de consulta plebiscitária, em 4 de abril de 2004, visando à alteração do nome do Município de Piçarras para Balneário Piçarras, utilizando-se de sistema eletrônico de votação e de totalização dos votos; e
- a realização de 8 (oito) eleições não-oficiais (eleições da comunidade), envolvendo 17.975 (dezesete mil, novecentos e setenta e cinco) eleitores.

Refiro-me, outrossim, ao sistema oficial de Divulgação de Resultados de Eleição, adotado nacionalmente pela Justiça Eleitoral, que, em 2004, incluiu, pela primeira vez, o modelo de dados simplificado e a tecnologia XML, conforme definidos e adotados originalmente pelo TRESA e submetidos ao Tribunal Superior Eleitoral por intermédio do seu Grupo de Trabalho de Divulgação. Estes dois componentes são também a base do sistema DivSimples, criado no TRESA e adotado por diversos Tribunais Regionais Eleitorais para divulgar seus resultados.

E, por fim, cito o sistema de Totalização Oficial das Eleições Municipais 2004, que incluiu, pela primeira vez, suporte para sua integração com o sistema de Agregação de Seções Eleitorais, criado e mantido pelo TRESA e adotado por diversos outros Tribunais Regionais Eleitorais.

O conjunto dos trabalhos realizados no exercício transato, bem como os resultados deles advindos, atestam o empenho da Secretaria rumo ao permanente aprimoramento de sua atuação, refletindo todo o esforço e a persistência no cumprimento da missão institucional desta Corte, na busca constante do pleno atendimento às necessidades da sociedade catarinense e da valorização de nossos servidores.

Impende registrar, muito embora não tenham sido concluídos os trabalhos no exercício de 2004, mas o foram ainda durante a gestão do Desembargador Carlos Prudêncio:

- a celebração de convênio com a Caixa Econômica Federal - CEF e o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/A, para empréstimo de crédito pessoal a servidores ativos, inativos e pensionistas do Tribunal, mediante consignação em folha de pagamento;

- o reconhecimento da possibilidade de incorporação de quintos de função comissionada aos vencimentos, pelos servidores deste Tribunal, que ocuparam funções ou cargos em comissão no período de 8 de abril de 1998 a 4 de setembro de 2001, bem como do pagamento atualizado dos valores que deixaram de perceber, observada a prescrição quinquenal;
- a formalização de convênio com a FAPEU – Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária, visando à realização de concurso público e, a elaboração do edital do Concurso Público, cujas inscrições iniciar-se-ão no próximo dia 28 de março e as provas serão realizadas no dia 15 de maio;
- a implantação, a ativação e a inauguração do sistema de informatização da Sala de Sessões, integrado ao sistema de andamento processual eletrônico adotado pela Justiça Eleitoral; e.
- a eleição dos novos dirigentes do Tribunal, no dia 1º de março de 2005, utilizando-se oficialmente, pela primeira vez, a tecnologia do Projeto Eleição do Futuro. Foram eleitos, à unanimidade, o Desembargador Gaspar Rubik para o cargo de Presidente e o Desembargador Pedro Manoel Abreu para o cargo de Corregedor Regional Eleitoral e Vice-Presidente.

Não poderia encerrar sem expressar minhas homenagens e meu profundo reconhecimento pela confiança depositada em minha pessoa pelo Desembargador Carlos Prudêncio, eminente Presidente deste Sodalício, cujo inestimável e irrestrito apoio serviu de alicerce para o êxito dos trabalhos desenvolvidos pela Secretaria durante o ano transato.

Apresento penhorados agradecimentos aos Juízes do Tribunal, Desembargador José Gaspar Rubik, Doutor Osni Cardoso Filho, Doutor Henry Goy Petry Júnior, Doutor Oscar Juvêncio Borges, Doutor Oswaldo José Pedreira Horn, Doutor Sebastião Ogê Muniz, Doutor Hilton Cunha Junior, Doutor Alexandre d'Ivanenko e Doutor Rodrigo Roberto da Silva, ao Procurador Regional Eleitoral, Doutor Carlos Antonio Fernandes de Oliveira, e ao seu substituto, Doutor Maurício Gotardo Gerum.

De incontável valia foram, também, os préstimos recebidos dos Juízes e Promotores Eleitorais, Chefes de Cartório e servidores requisitados para prestar serviços a esta Justiça Especializada.

Julgando ter cumprido com o meu dever, cumpre-me destacar a dedicação, responsabilidade e criatividade dos servidores da Secretaria deste Tribunal, aos quais dirijo também meus agradecimentos, pelo incondicional apoio dado, além da participação decisiva de nossos

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

colaboradores e parceiros, essenciais para o êxito das tarefas empreendidas por esta Secretaria ao longo do último ano de trabalho.

À consideração superior.

Florianópolis, março de 2005.

NORBERTO UNGARETTI JUNIOR
Diretor-Geral

1 DIREÇÃO-GERAL

1.1 ASSESSORIAS DA DIREÇÃO-GERAL

As atribuições conferidas à unidade de assessoramento da Direção-Geral, desde longa data, eram distribuídas, de modo informal, por áreas distintas, a saber: de Licitações e Contratos e de Pessoal e Recursos Humanos. Essa separação era resultante, infere-se, da necessidade de os servidores designados, ao longo dos anos, para os cargos em comissão vinculados a essas unidades se especializarem em campos distintos do Direito Administrativo, com o intuito de melhor acomodar as matérias submetidas ao crivo da Assessoria da Direção-Geral.

Com o advento da Resolução TRESA n. 7.368/2004, de 16.3.2004, que aprovou o novo Regimento Interno da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral (RISTRESA), a situação restou expressamente prevista, conforme se depreende dos arts. 10 e 12 do mencionado ato normativo. À Direção-Geral couberam duas unidades de assessoramento, definidas como Assessoria da Direção-Geral: Recursos Humanos e Assessoria da Direção-Geral: Licitações e Contratos.

Ocorre que pouco discreparam das antigas as atribuições conferidas pelo novo RISTRESA a essas unidades. Nesse passo, cabe salientar que a manifestação que oferecer subsídios legais para os julgamentos ou sugerir as soluções jurídicas cabíveis nos procedimentos administrativos que aportarem nessas unidades técnicas por determinação da Presidência, da Direção-Geral ou da Secretaria de Administração, ou naqueles para os quais a legislação dispuser ser obrigatória a emissão de parecer pelo órgão jurídico da instituição, permanece como incumbência precípua das assessorias da Direção-Geral.

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

Cumprindo as atribuições definidas regimentalmente, as atividades das assessorias da Direção-Geral mostraram-se expressivas no presente exercício.

Buscou-se trazer a lume os entendimentos esposados pelos doutrinadores e pelos Tribunais pátrios a respeito da legislação incidente sobre as matérias inseridas nos documentos enviados para análise, conclusões que, embora não-vinculantes, serviram de supedâneo para a decisão tomada pela Secretária de Administração ou pelo Diretor-Geral, competentes que são para dar termo a determinados feitos que tramitam nesta Casa. E, de uma forma mais abrangente, a manifestação dessas unidades, acostada aos autos, pôde colaborar, igualmente, para o convencimento pessoal do Desembargador Presidente desta Corte Eleitoral, quando de decisão em procedimento administrativo de sua competência.

Registra-se que aos servidores da Unidade também foram delegadas atividades relacionadas a esferas diversas das acima citadas, atividades essas que foram realizadas – algumas ainda o estão sendo – paralelamente às atribuições normalmente executadas. Esses fatos implicaram o necessário aprofundamento em questões disciplinadas por legislação específica, tais como as relativas às eleições.

Ademais, os servidores das assessorias participaram de diversos cursos de aprimoramento, seminários e congressos, dentre os quais se destacam: Seminário “A Reforma da Previdência – Emenda Constitucional n. 41, de 19.12.2003”, Curso de Técnica Legislativa, Curso de Processo Administrativo Disciplinar, II Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública, Curso “A Reforma da Previdência do Servidor Público”, Curso “Legislação de Pessoal – Como se atualizar”, XVIII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo e V Congresso Paranaense de Direito Administrativo.

Insta sublinhar, de igual forma, a participação desses servidores, no exercício em comento, em diversos grupos de trabalho instituídos com a finalidade de regulamentar as seguintes matérias: serviço extraordinário no âmbito da Secretaria do Tribunal e dos Cartórios Eleitorais; sindicância investigatória referente às eleições ocorridas na Unimed – Florianópolis – no ano de 2003; revisão de aposentadorias e pensões de servidores inativos e pensionistas; programa de capacitação dos servidores; instituto da substituição de ocupante de função comissionada ou de cargo em comissão; estruturação e implementação da Central de Atendimento ao Eleitor – 148; estudos visando à aplicação da Lei n. 10.842/2004 e da Resolução TSE n. 21.832/2004 nesta circunscrição; Comissão Editorial da Resenha Eleitoral – Nova Série.

Por outro lado, em decorrência das demais modificações promovidas pelo RISTRESC, na estrutura organizacional da Secretaria desta Casa, no mês de maio transato as assessorias foram acomodadas

fisicamente em outro pavimento do edifício-sede deste Tribunal, proporcionando uma excelente integração entre os servidores, ante a inexistência, no novo setor, de parede divisória de ambientes.

Destacam-se a seguir, em breves linhas, as matérias que mereceram exame no exercício de 2004:

1.1.1 Assessoria da Direção-Geral: Licitações e Contratos (ASS-LIC)

Na esfera administrativa e financeira, no decorrer do período supramencionado, esta Assessoria – em obediência ao preconizado no parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 – apreciou o conteúdo de todas as minutas de editais de pregões, definindo, inclusive, a minuta-padrão de Pregão Eletrônico e de Registro de Preços, e de Tomadas de Preços, bem como as minutas de contratos, termos aditivos, convênios e termos de rescisão que tiveram andamento nesta Corte, pois, a fim de se evitar a tardia apuração de defeitos, esse dispositivo legal sabiamente determina a obrigatoriedade da prévia análise das minutas por órgão jurídico. Analisou, também, as Planilhas de Custo e Formação de Preço, exigidas nas contratações de serviços de vigilância, de limpeza e conservação, conforme o que dispõe a Resolução TSE 19.820/1997.

Esta unidade se incumbiu, também, de analisar as diversas situações de dispensa e inexigibilidade de licitação, respectivamente disciplinadas nos arts. 24 e 25 da Lei de Licitações, constituindo em hipóteses em que não se utiliza um processo licitatório formal, mas se adotam procedimentos diversos, permeados de formalidades outras, sempre em observância ao texto legal e aos princípios que norteiam a atuação administrativa, em especial àqueles constantes no ordenamento jurídico específico. Pretendeu-se sempre auxiliar a Administração na tarefa de realizar a melhor contratação possível, dando tratamento igualitário a todos os possíveis contratantes. Dentre as hipóteses de dispensa de licitação que tramitaram por esta unidade, cumpre destacar:

- dispensas por fato superveniente, fundamentadas nos incisos I e II do art. 24;
- dispensas por emergência, embasadas no inciso IV do art. 24, quando houve comprovação do setor responsável de que poderiam ocorrer prejuízos às atividades do Tribunal, em caso de falta do serviço, em especial em período pré-eleitoral;

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

- dispensas enquadradas no inciso V do art. 24, nos casos em que foi realizada licitação anterior, sendo que a ela não acudiram interessados e que de sua repetição adviriam prejuízos para a Administração;
- dispensas embasadas no inciso X do art. 24, visando à compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração.

No tocante aos processos supramencionados, foram analisadas tanto as hipóteses de dispensa quanto a aceitabilidade da documentação e das propostas apresentadas.

Por sua vez, foram estas as hipóteses mais freqüentemente analisadas de situações em que não se exigiram licitações:

- processos acerca de contratação de empresa, baseadas no art. 25, II, c/c art. 13, VI, da Lei n. 8.666/1993;
- processos quanto a aquisições e renovações de assinaturas dos diversos periódicos utilizados para atualização e aperfeiçoamento dos profissionais deste órgão, bem como para que os setores competentes pudessem acompanhar a edição da legislação e as publicações efetuadas pelo Tribunal – art. 25, *caput*, e inciso I;
- processos versando sobre aquisição de materiais fornecidos exclusivamente por empresa que comprova tal situação (art. 25, I).

Relativamente aos contratos já firmados entre este Tribunal e empresas particulares, mereceram estudos mais minuciosos por parte desta unidade técnica as situações que ocasionaram rescisões, prorrogações de prazo de vigência, reajustes, reequilíbrios econômico-financeiros, reduções e acréscimos de quantitativos de objetos e incidentes contratuais, como atraso na entrega dos bens e na execução dos serviços e o descumprimento de cláusulas contratuais, ensejando, na grande maioria das vezes, a sugestão de aplicação de penalidades contratual e legalmente previstas. Também foram matérias de estudo impugnação a edital, anulação de procedimento licitatório e revogação de parte do objeto da contratação.

Em diversas oportunidades, foi esta Assessoria consultada por outros setores, para que se pronunciasse a respeito de:

- retenção de tributos quando do pagamento de nota fiscal;
- fixação, para a Administração, de critérios de atualização financeira em caso de atraso no pagamento à contratada;

- alteração na forma de pagamento – antecipação e parcelamento;
- apresentação de notas fiscais para pagamento de serviços (extraordinários) prestados;
- documentação e propostas apresentadas por empresas a serem contratadas;
- aplicação de multas (quando do inadimplemento contratual);
- penalidades a serem aplicadas à empresa contratada para prestar serviços de ascensorista para elevadores do edifício-sede e serviço de limpeza e conservação no depósito de urnas, que descumpriu cláusulas contratuais;
- enquadramento de despesas relativas ao uso de linhas telefônicas fixas locais e celulares;
- locação de linhas telefônicas com inexigibilidade;
- sugestão de novo item no instrumento convocatório, relativo à participação de cooperativas nas licitações e contratações;
- sugestão de alteração em edital visando à contratação de serviços de telefonia fixa e na área de administração.

Além dos relatados, foram submetidos à análise jurídica processos referentes a:

- possibilidade de aceitar-se produto diverso do originalmente ofertado;
- possibilidade de antecipação do término do Contrato n. 35/2003;
- adequação do cronograma físico e financeiro relativo à reforma do edifício-sede deste Tribunal;
- providências a serem tomadas, no tocante à comunicação da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Santa Catarina, quanto à não-aceitação da prestação de contas relativa às despesas decorrentes da consulta plebiscitária nos Distritos de Marechal Bormann e Goio-En;
- alterações em minutas-padrão relativas a edital;
- retenção do ISS sobre os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT);

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

- adequação do pagamento de serviço extraordinário – previsão de valores diferenciados;
- retenção da garantia, após a execução do objeto contratado;
- alteração nos termos de acordo celebrado com a Unimed e análise das retenções que deverão ser efetuadas, a base de cálculo e os percentuais a serem aplicados àquela cooperativa;
- possibilidade de aceitar-se produto diverso do originalmente ofertado, inclusive quanto à marca cotada, e de prorrogar o prazo de entrega de produtos, sem penalidades contratuais;
- material inativo e inservível;
- desfazimento de bens;
- avaliação da alienação de bens por servidores do Quadro de Pessoal deste Tribunal;
- não-localização de empresa, quando da necessidade de reparos em móveis por ela fornecidos;
- confecção de minuta de resolução (Regulamentação do uso do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal para o pagamento de despesas concernentes à aquisição de materiais e a serviços enquadrados como suprimento de fundos no âmbito da Secretaria do TRESA);
- propostas de bancos e sociedades de previdência privada para fornecimento de crédito pessoal, concessão de empréstimos, seguro de vida, pecúlio, planos de benefícios assemelhados e/ou complementares aos da Previdência Social, mediante consignação em folha de pagamento aos servidores deste Tribunal;
- pesquisa quanto à legislação sobre a consignação em folha de pagamento;
- confecção da minuta da Portaria n. 417, de 18.8.2004 regulamentando as consignações em folha de pagamento;
- orientação acerca do critério a ser adotado por este TRESA para o julgamento das propostas das prestadoras de serviço de telefonia fixa;
- consulta acerca da possibilidade de formalização de instrumento jurídico simplificado para a realização das eleições informatizadas;

- consulta quanto ao termo inicial para a concessão de reajustes devidos às empresas contratadas;
- consulta formulada pela Comissão de Licitação quanto à forma de conciliação entre o disposto nos artigos da Lei n. 8.666/1993 e o determinado pela legislação reguladora da contratação no âmbito da Justiça Eleitoral;
- consulta formulada por Pregoeiro acerca do Registro de Comprovação de Aptidão (RCA);
- consulta sobre permuta de empresa contratada;
- consulta acerca de contrato relativo à cessão em regime de comodato;
- consulta acerca do pagamento de reembolso a Oficiais de Justiça em processos da Justiça Eleitoral e a elaboração da respectiva resolução acerca da matéria;
- consulta oriunda de Pregoeiro, relativamente aos alvarás de habilitação apresentados pelas empresas licitantes;
- consulta acerca da possibilidade de se adotar a sugestão das empresas terceirizadas de serem colocados à disposição do Tribunal mais funcionários que o previsto nos contratos já existentes, sem custos adicionais e as possíveis implicações pecuniárias e trabalhistas;
- consulta quanto à recusa da Imprensa Nacional em publicar extratos referentes à rescisão parcial de Contrato;
- consulta sobre a possibilidade de ressarcimento de CD Player furtado do veículo locado a este Tribunal;
- consulta acerca da documentação para habilitação em tomada de preços;
- consulta quanto à viabilidade de ressarcimento de despesas de utilização de veículos particulares para o transporte gratuito de eleitores;
- consulta acerca de pedido de ressarcimento de despesas relativas à utilização de instalações de colégio particular nos trabalhos referentes às eleições;
- consulta acerca de acidente envolvendo veículo a serviço da Justiça Eleitoral;

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

- consulta quanto aos danos ocorridos em urnas armazenadas no depósito da CONAB e nas dependências do depósito da Empresa de Transporte Reunidas;
- parecer acerca de divergência de entendimento entre a Coordenadoria de Controle Interno e a Pregoeira, em manifestações e argumentos respectivamente arrolados (ausência de indicação de marca na proposta – falha formal).

Destaca-se, por fim, a alimentação de banco de dados com legislação, jurisprudência, doutrina e decisões e acórdãos do Tribunal de Contas da União, acerca de assuntos pertinentes à área de licitação e contratos.

1.1.2 Assessoria da Direção-Geral: Recursos Humanos (ASS-RH)

No exercício de 2004, esta Assessoria emitiu pareceres em procedimentos administrativos oriundos da Secretaria de Recursos Humanos, autuados em face da apresentação de requerimentos formulados por servidores ativos – lotados na sede do Tribunal ou nos Cartórios Eleitorais –, inativos e/ou pensionistas; servidores requisitados e, ainda, por pessoas alheias ao Quadro de Pessoal, visando à concessão de direitos, vantagens e/ou benefícios que pretendiam ver deferidos pela Administração deste Tribunal.

Acresçam-se a esses os procedimentos originários de formulações de consultas, de pedidos de informações e de propostas de minutas de regulamentações internas.

Relacionam-se, a seguir, as matérias examinadas no período em comento, o que se faz por meio de tópicos, visando melhor sintetizá-las:

1.1.2.1 Servidores ativos do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal:

- prorrogação de licença para tratar de interesses particulares; prorrogação de licença com pedido alternativo de exoneração do cargo efetivo;
- comprovação de união estável;

- averbação de tempo de contribuição relativo ao lapso temporal laborado em órgãos públicos federais e em atividade privada, vinculada à Previdência Social;
- pedido de cômputo, como tempo de serviço federal, de lapso temporal laborado junto a entidade da administração pública indireta, com fulcro em decisão exarada pelo Tribunal de Contas da União, para efeito de anuênios e licença-prêmio por assiduidade e/ou licença para capacitação, observada a prescrição quinquenal;
- averbação de tempo de contribuição laborado em entidades integrantes da administração pública federal indireta – empresas públicas ou sociedades de economia mista federais – por servidores submetidos ao regime estatutário federal em qualquer período entre 12.12.1990 e 10.12.1997, para todos os efeitos legais;
- revisão de entendimento da Administração, concernente ao cômputo de período de serviço laborado no TRESA, averbado, tão-somente, para fins de aposentadoria e disponibilidade;
- PSSS: descontos referentes às contribuições para o PSSS dos servidores públicos – decisão do TSE que deu provimento ao recurso interposto pela União, para cassar a liminar deferida e negar a segurança concedida pelo TRESA, que suspendeu os referidos descontos – desdobramentos relativamente ao período não recolhido, em face das disposições do art. 4º da Emenda Constitucional n. 20/1998. Persistência de valores a serem pagos por servidor, a título da dívida oriunda do não-recolhimento, no período de novembro de 1994 a julho de 1998, da contribuição previdenciária;
- atualização de quintos decorrente de transformação de função comissionada em cargo em comissão – efeitos retroativos;
- inclusão de dependente no Programa de Assistência à Saúde do TRESA;
- adoção de divisor 200 para o cálculo da hora extraordinária;
- inclusão de dependente para fins de dedução de Imposto de Renda;
- designação de dependente para efeito de pensão estatutária;
- não-comparecimento de servidor a curso no qual se encontrava inscrito e cujas despesas correram por conta do Tribunal.

1.1.2.2 Servidores ativos do Quadro de Pessoal desta Secretaria, lotados em outro Tribunal Regional Eleitoral:

- afastamento para estudo ou missão no exterior;

1.1.2.3 Servidores ativos do Quadro de Pessoal desta Secretaria, lotados em Cartório Eleitoral:

- solicitação de realização de serviço extraordinário, e do seu pagamento.

1.1.2.4 Servidores inativos e pensionistas do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal:

- compensação entre os créditos decorrentes da URV e do recálculo do teto salarial e os débitos provenientes da aplicação da Emenda Constitucional n. 41/2003;
- recurso administrativo contra decisão administrativa da Secretaria de Recursos Humanos, que promoveu a aplicação do corte constitucional dos valores que ultrapassaram o limite fixado pela Emenda Constitucional n. 41/2003, nos proventos dos inativos;
- isenção do Imposto de Renda incidente sobre os proventos de aposentadoria;
- isenção do Imposto de Renda incidente sobre os vencimentos percebidos a título de pensão;
- pensão – reversão, em favor de beneficiário de pensão vitalícia, de quota-parte da pensão temporária de beneficiário falecido.

1.1.2.5 Servidores requisitados para os Cartórios Eleitorais:

- diárias;
- retribuição de função comissionada em período posterior ao da sua extinção (parcelamento da reposição ao erário);

- indicação de ocupante do cargo público de Agente em Atividades Administrativas (da Secretaria da Educação e Inovação do Estado de Santa Catarina) para exercer as funções de Chefe de Cartório;
- solicitações de prestação de serviço extraordinário, e de seu pagamento;
- solicitação de pagamento de gratificação eleitoral relativa a lapsos temporais em que o servidor requisitado teria sido designado para substituir Escrivão Judicial que acumulava as funções de Escrivão Eleitoral da Comarca.

1.1.2.6 Pareceres exarados em decorrência de consultas formuladas pela Secretaria de Recursos Humanos:

- alteração de área de atividade e especialidade de cargo efetivo de Técnico Judiciário, em conformidade com a Resolução TSE n. 20.572/2000;
- prorrogação do concurso público realizado por este Tribunal no ano de 2001 (contagem do prazo de validade);
- possibilidade de aumento do quantitativo de estagiários dos atuais 20% (vinte por cento) para 25% (vinte e cinco por cento) dos cargos de provimento efetivo;
- incidência de Imposto de Renda e de desconto previdenciário sobre o pagamento de férias e de licença-prêmio não usufruídas (indenização);
- pagamento cumulativo de VPNI e Função Comissionada – proventos de aposentadoria e pensão (decisões do TCU);
- contribuição previdenciária dos pensionistas e servidores inativos – base de cálculo para fins de incidência do desconto (Emenda Constitucional n. 41/2003);
- teto remuneratório – aplicação da Emenda Constitucional n. 41/2003 (inclusão na base de cálculo das vantagens pessoais incorporadas, adicional por tempo de serviço, serviço extraordinário pago aos servidores, bem como das gratificações de presença – JETON – pagas aos membros do Tribunal);
- abono de permanência – incidência de tributação de Imposto sobre a Renda e de contribuição previdenciária, bem como sobre a repercussão da referida rubrica no cálculo das parcelas remuneratórias previstas no art. 61, incisos II, IV a

VIII, da Lei n. 8.112/1990, e, ainda, da sua inclusão no cálculo do teto constitucional e para efeitos de consignação em folha de pagamento;

- pagamento de serviço extraordinário prestado por estagiários, ocupantes de cargo em comissão, contratados e admitidos em caráter temporário, na qualidade de auxiliares dos Cartórios Eleitorais;
- abono pecuniário – não-incidência de tributação do Imposto sobre a Renda e possibilidade de devolução dos valores retidos;
- procedimento a ser adotado quando da existência de débito em nome de ex-servidor, já falecido e sem pensionista habilitado, bem como da possibilidade de compensação do referido débito com crédito relativo a tal ex-servidor, havendo ou não pessoa autorizada a recebê-lo;
- PSSS – descontos referentes às contribuições para o PSSS no período de novembro de 1994 a julho de 1998, não recolhidas em face de liminar em mandado de segurança, que posteriormente foi cassada por decisão do TSE – pedido de remissão da dívida por genitores de servidor falecido;
- procedimento a ser adotado quanto à publicação da portaria de substituição de servidor titular de cargos em comissão – nível CJ –, em face da devolução, pelo *Diário Oficial da União*, daquelas que contemplavam períodos inferiores a 30 dias.

1.1.2.7 Pareceres emitidos em procedimentos administrativos que envolveram temas relacionados com as Zonas Eleitorais:

- sugestões para a regulamentação do Projeto de Lei n. 7.493/2002 – relativo à criação e transformação de cargos e funções nos Quadros de Pessoal dos Tribunais Regionais Eleitorais – apresentadas pela Comissão constituída para representar os Chefes de Cartório das Zonas Eleitorais do interior do Estado;
- permanência de Escrivão Eleitoral em determinada Zona Eleitoral, em face da inclusão do seu nome no cadastro instituído em razão do disposto no § 2º do art. 3º da Resolução TRES n. 7.337/2003;
- aplicação do art. 62 da Lei n. 5.010/1996, aos servidores dos Cartórios Eleitorais do Estado.

1.1.2.8 Pareceres exarados em procedimentos administrativos nos quais figuraram como interessadas instituições diversas ou pessoas alheias ao Quadro de Pessoal desta Secretaria:

- auxílio-alimentação: solicitação de reajuste (SINTRAJUSC);
- revisão da Resolução TRESA n. 7.337/2003 com o fito de excluir a figura dos Secretários de Varas (Associação dos Escrivães Judiciais);
- solicitação de pagamento aos atuais Chefes de Cartório das Zonas Eleitorais do interior do Estado da função comissionada, nível FC-1, estabelecida no inciso III do art. 1º da Lei n. 10.842/2004, a partir de 20.2.2004 (AFUZESC);
- solicitação de liberação de servidor para participar das reuniões da Comissão de Acompanhamento da Implantação da Lei n. 10.842/2004 junto ao TSE (FENAJUFE);
- revogação parcial de portaria que designou Juiz de Direito para o exercício de jurisdição eleitoral, haja vista o provimento de outra vara judicial na Comarca, em data posterior, e em observância ao rodízio bienal.

1.1.2.9 Outras matérias apresentadas para exame desta Assessoria:

- apresentação de proposta de alteração da regulamentação interna vigente: a) Resolução TRESA n. 7.324/2002 (acidente em serviço); b) Resolução TRESA n. 7.332/2003 (avaliação de desempenho durante o estágio probatório); c) Resolução TRESA n. 7.121/1999 (férias); d) Resolução TRESA n. 7.038/1997 (Programa de Estágio do Tribunal); e) Resolução TRESA n. 7.308/2002 (prestação de serviço extraordinário pelos servidores dos Cartórios Eleitorais do Interior); f) suspensão temporária dos efeitos da Portaria P n. 401/2003 (processo de seleção de estagiários); g) Resolução TRESA n. 7.242/2000 (substituição de servidores titulares de cargo em comissão ou de função comissionada); h) Portaria P n. 302/2002 (parâmetros para ressarcimento do Programa de Assistência à Saúde);
- apresentação de proposta de edição de regulamentação interna: a) procedimentos para a cobrança de valores decorrentes de ligações particulares efetuadas pelos servidores ocupantes de cargos efetivos, detentores de função comissionada ou cargo em comissão, sem vínculo com o

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

TRESC, servidores requisitados ou em exercício provisório na Secretaria TRESC e nos Cartórios da Capital, bem como os estagiários e técnicos contratados pelo Tribunal; b) concessão de auxílio-bolsa de estudos para cursos de graduação e de pós-graduação; c) licença para capacitação; d) concessão do auxílio-funeral a pessoa da família ou a terceiro que tenha pago o funeral de servidor do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, falecido na atividade ou aposentado; e) pagamento da gratificação natalina; f) concessão de licença para tratamento de saúde.

Menciona-se, outrossim, a continuidade na alimentação do banco de dados denominado Assessoria, que contém legislação, doutrina, jurisprudência e decisões e acordãos exarados pelo Tribunal de Contas da União, atinentes principalmente à área de recursos humanos.

Por fim, registra-se que a servidora titular da ASS-RH integrou, ainda, grupos de estudo objetivando apresentar: a) minuta de regulamentação de consulta plebiscitária, e respectivo calendário eleitoral, a ser realizado no Município de Piçarras e b) instruções para a realização de nova eleição para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito no Município de Mafra e fixação do respectivo Calendário Eleitoral.

1.2 COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO – (COCIN)

À Coordenadoria de Controle Interno, no cumprimento de seus objetivos fundamentais (CF – art. 74), coube: a comprovação da legalidade e a avaliação dos resultados da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial, visando à racionalização da execução da despesa, à eficiência, eficácia e efetividade dos atos de gestão, apoiando o controle externo no exercício de sua função institucional.

Obedecendo à legislação eleitoral em vigor, examinaram-se, também, as prestações de contas anuais referentes aos órgãos estaduais dos partidos políticos, além de prestações de contas de candidatos, remanescentes do pleito eleitoral de 2002, emitindo-se pareceres avaliando a regularidade das contas prestadas à Justiça Eleitoral.

O desenvolvimento das atribuições da Coordenadoria de Controle Interno, no período, pode ser descrito pela execução das atividades a seguir elencadas.

1.2.1 Atividades da Seção de Auditoria

Interpretação da legislação, em processos administrativos pertinentes à área de licitações e contratos administrativos, com a emissão de pareceres acerca da regularidade dos procedimentos concretizados pela Administração.

Elaboração de papéis de trabalho, aplicação de programas de auditoria na avaliação de procedimentos em processos licitatórios destinados a aquisições e contratações com terceiros, emitindo-se pareceres relacionados a convites, tomadas de preços e pregões (eletrônicos e presenciais).

Análise de contratos e outros procedimentos relativos a aquisições e administração do patrimônio, relacionados a ressarcimento de despesas, consultas, exame de contratos e incidentes de execução contratual, celebração de convênios, pagamento de diárias a servidores lotados nos Cartórios Eleitorais, pagamento de diligências de Oficiais de Justiça.

Interpretação das normas de Direito Financeiro e exame do enquadramento de dispensas e inexigibilidades de processos licitatórios.

Orientação permanente na elaboração de editais e dos contratos deles decorrentes, avaliando prorrogações contratuais e reavaliações estipuladas legalmente.

Interpretação da legislação em processos administrativos pertinentes à área de recursos humanos do Tribunal, com a emissão de pareceres, relacionados aos seguintes tópicos:

- averbação de tempo de contribuição e de tempo de serviço;
- alteração do divisor mensal para cálculo de serviço extraordinário;
- regulamentação do pagamento da gratificação natalina;
- reembolso a Oficiais de Justiça pelo cumprimento de mandados da Justiça Eleitoral;
- repercussões do Acórdão TCU n. 582/2003-P;
- celebração de contratos e convênios;
- consultas;
- concurso público;

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

- pedido, prestação e pagamento de serviço extraordinário;
- consignações em folha de pagamento;
- licença para tratar de assuntos particulares;
- pagamento de diárias;
- isenção de Imposto de Renda;
- procedimentos relativos ao Projeto de Lei n. 7.493/2002;
- reconhecimento de união estável;
- indicação, designação, afastamento, dispensa das funções eleitorais;
- revisão de proventos;
- retificação da composição de proventos;
- recursos administrativos;
- atualização de parcelas de quintos;
- não-incidência da contribuição previdenciária e de Imposto de Renda sobre as importâncias revestidas de caráter indenizatório;
- regulamentação da licença para capacitação;
- reajuste do auxílio alimentação;
- implementação do Plano de Cargos e Salários do Poder Judiciário – Lei n. 10.475, de 27.6.2002;
- procedimentos relativos a débitos de ex-servidores falecidos;
- proposta de resolução sobre concessão de auxílio bolsa de estudos;
- requerimento de pagamento aos atuais Chefes de Cartório do interior do Estado de função comissionada nível FC-1;
- estudos objetivando à revisão da Resolução TRESA n. 7.242/2000;
- alteração da Resolução TRESA n. 7.332/2003;
- alteração da Resolução TRESA n. 7.121/1999;

- inclusão de dependente para fins de Imposto de Renda e pensão;
- descontos relativos às contribuições do PSSS;
- alteração de áreas de atividades e especialidades;
- procedimentos relativos à concessão de licença para tratamento de saúde, a servidores do TRES.

Informatização da legislação, do entendimento jurisprudencial e da doutrina atinentes às áreas administrativa e financeira, propiciando consulta rápida e atualização permanente.

Análise e parecer nos processos de prestação de contas dos bilhetes-alimentação, utilizados pelas Zonas Eleitorais desta Circunscrição quando da realização do pleito eleitoral de 2004 e pleitos anteriores.

Análise nos processos de autorização para a realização de serviço extraordinário para servidores lotados nos Cartórios Eleitorais do interior do Estado.

Elaboração da Tomada de Contas Anual referente ao exercício de 2003.

Execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria – Exercício de 2004, nas seguintes áreas:

- Secretaria de Administração: procedimento pós-dispensa de licitação; procedimento pós-inexigibilidade de licitação; procedimento aquisição e contratações diretas; procedimentos de contratação – para verificação dos empenhos a liquidar passíveis de inscrição em restos a pagar; controle patrimonial; controle de estoque – armazenamento/distribuição; controle da execução dos contratos de fornecimento e de prestação de serviços.

Emissão de parecer no processo do inventário geral dos bens móveis.

Verificação da exatidão e suficiência dos dados relativos à admissão e desligamento de pessoal e à concessão de aposentadorias e pensões, submetendo os resultados à apreciação e julgamento do Tribunal de Contas da União, para fins de registro, de atos de admissão e desligamento de servidores.

Encaminhamento ao Tribunal de Contas da União das decisões deste Tribunal quanto à prestação de contas dos partidos políticos no

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

que se refere à aplicação dos recursos recebidos do Fundo Partidário, nos termos do art. 22 da Resolução n. 19.768, do egrégio Tribunal Superior Eleitoral, durante sua vigência.

Acompanhamento do atendimento de diligências propostas pelo Tribunal de Contas da União.

1.2.2 Atividades da Seção de Análise Contábil

Acompanhamento e fiscalização dos procedimentos contábeis executados pela Unidade Gestora 070020 – Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, de forma contínua e abrangente procedendo-se à/ ao:

- verificação dos relatórios mensais de almoxarifado e de movimentação de bens móveis;
- atualização do rol de responsáveis;
- anulação dos empenhos a liquidar em desacordo com a legislação vigente;
- desfazimento de bens permanentes;
- registro da conformidade contábil, realizada após o efetivo pagamento da despesa;
- verificação de inconsistências e irregularidades para posterior regularização;
- conciliação dos adiantamentos concedidos;
- verificação da compatibilidade entre o saldo da conta **Bens Dominiais** e o efetivo registro no Sistema de Administração Patrimonial (SPIU);
- verificação da compatibilidade entre a conta **Disponibilidades por Fonte de Recursos** e o total da movimentação orçamentário-financeira vinculada à execução do orçamento do exercício;
- verificação da correlação e igualdade das contas de compensações ativas e passivas;

- análise, conciliação, ajuste e correção monetária, quando legalmente previsto dos Demonstrativos Contábeis (Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário, Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Composição das Disponibilidades Financeiras), observando-se:
 - a existência de valores registrados com o título de “outros ingressos” do lado da Receita ou “outros dispêndios” do lado da Despesa, gerados automaticamente pelo sistema quando do registro contábil de contas financeiras, promovendo a sua regularização;
 - se os valores apresentados no Balanço Financeiro a título de receitas e despesas são idênticos aos constantes no Demonstrativo das Variações Patrimoniais;
 - a igualdade entre o ativo e o passivo do Balanço Patrimonial, inclusive as contas de compensação;
 - possíveis saldos invertidos, verificando sua origem e promovendo sua regularização;
 - contas contábeis com saldos irrisórios ou valores expressivos em “outros” e “outras”;
 - se a diferença entre o ativo e o passivo financeiro equivalem ao saldo da conta disponibilidade por fonte de recursos somado ao limite de restos a pagar recebido, deduzido do limite de restos a pagar concedido, excluindo-se as receitas pendentes e incluindo-se as despesas pendentes se existirem;
 - a igualdade entre as variações ativas e passivas.

Análise dos Suprimentos de Fundos concedidos, visando avaliar a regularidade de sua aplicação.

Análise da documentação comprobatória das despesas empenhadas e emissão de pareceres em procedimento de pagamento, visando o exercício do controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial.

Conferência mensal dos relatórios de movimentação dos bens móveis e do material armazenado em estoque com os registros contábeis efetuados no Sistema de Administração Financeira (SIAFI).

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

Validação diária dos registros contábeis efetuados pela Coordenadoria Orçamentária e Financeira no Sistema de Administração Financeira (SIAFI).

Realização da conformidade contábil mensal relativa aos atos de gestão praticados pelos ordenadores de despesa.

Análise de procedimentos licitatórios.

Em conformidade com a Resolução TSE n. 19.820, de 11 de março de 1997, análise das planilhas de custos referentes à contratação de empresas especializadas em serviços de telefonia, limpeza/ conservação e vigilância, com o intuito de verificar seu adimplemento e a correta aplicação da fórmula de reajuste, observando-se o montante "A" que corresponde ao valor em moeda corrente nacional do custo da remuneração da mão-de-obra utilizada na execução dos serviços, acrescida dos respectivos encargos sociais legais, obrigatórios e incidentes sobre os serviços contratados, bem como o montante "B", que é o valor, em moeda corrente nacional, correspondente aos demais itens componentes do custo direto inicial e demais insumos de aplicação direta no objeto do contrato, conforme a natureza dos serviços contratados.

Consultas realizadas a órgãos públicos, destinadas a esclarecer dúvidas fiscais, tributárias, financeiras e previdenciárias, em especial à Receita Federal, Fazenda Estadual e à Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Atualização monetária de contratos de fornecimento e prestação de serviço continuado.

Análise contábil dos processos de prestação de contas anual de partidos políticos.

Realização dos procedimentos de encerramento do exercício contábil relativamente ao exercício financeiro de 2004, em conformidade com as normas de encerramento inseridas no item 02.3.18 do Manual SIAFI (1/36).

Elaboração de papéis de trabalho para aplicação em programas de auditoria.

Interpretação de normas de caráter orçamentário, financeiro, patrimonial, fiscal e previdenciário.

Execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria – Exercício de 2004, nas seguintes áreas:

- controle físico e contábil da movimentação dos estoques, observando-se recepção, conferência, armazenamento, conservação, expedição e distribuição;
- auditoria do inventário físico observando-se a correlação entre a existência física dos bens patrimoniais e o registro dos termos de responsabilidade.

Análise e posterior anulação dos empenhos a liquidar em desacordo com a legislação vigente.

1.2.3 Atividades de exame de Prestações de Contas dos partidos políticos e candidatos

Elaboração de instruções para exame das prestações de contas anuais pela Justiça Eleitoral de Santa Catarina.

Emissão de pareceres com o objetivo de avaliar a regularidade das contas prestadas pelos órgãos estaduais dos partidos políticos ao Tribunal.

Orientação, concomitante às análises mencionadas, a partidos políticos e Cartórios Eleitorais, buscando dirimir dúvidas existentes e viabilizar a regularização das contas.

Encaminhamento de informações às Zonas Eleitorais do Estado acerca da distribuição de recursos do fundo partidário aos diretórios municipais dos partidos pelos respectivos órgãos estaduais, com vistas à instrução dos processos de prestação de contas anual dos entes partidários beneficiados.

Orientação às Zonas Eleitorais e partidos políticos, buscando dirimir dúvidas pertinentes à matéria.

Acompanhamento e circularização às Zonas Eleitorais das normas legais vigentes e do entendimento jurisprudencial firmado pelos Tribunais Eleitorais Superior e Regional.

Promoção de reunião com os representantes dos diretórios regionais partidários visando à divulgação de instruções gerais sobre os procedimentos de arrecadação, aplicação de recursos e prestações de contas de campanha, bem como à distribuição de CD-Rom.

Realização de treinamento sobre as normas relativas aos procedimentos de arrecadação, aplicação de recursos e prestações de

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

contas de campanha eleitoral dirigido aos técnicos multiplicadores indicados pelas Zonas Eleitorais.

Acompanhamento dos treinamentos realizados nas Zonas Eleitorais dirigidos aos técnicos analistas das prestações de contas de campanha eleitoral.

Realização de treinamento sobre os procedimentos de análise das prestações de contas de campanha, bem como sobre o Sistema Informatizado de Prestação de Contas (SPCE 2004), dirigido aos Chefes de Cartório e técnicos indicados.

Organização e produção de manual técnico sobre arrecadação, aplicação de recursos e prestação de contas de campanha eleitoral (em meio físico e via Internet – *homepage* do TRES) para disponibilizar a este Tribunal, aos Cartórios Eleitorais, aos Partidos Políticos, aos candidatos e à sociedade.

Organização e produção de manual técnico sobre procedimentos de auditoria em prestações de contas de campanha e sobre o sistema informatizado de prestações de contas (SPCE 2004) – em meio físico e via Internet *homepage* do TRES –, para disponibilizar a este Tribunal e aos Cartórios Eleitorais, com o objetivo de subsidiar o exame das prestações de contas de campanha.

Distribuição de CD-Rom com a orientação acerca dos procedimentos de arrecadação, aplicação de recursos e prestação de contas de campanha eleitoral aos Cartórios Eleitorais, Partidos Políticos e candidatos.

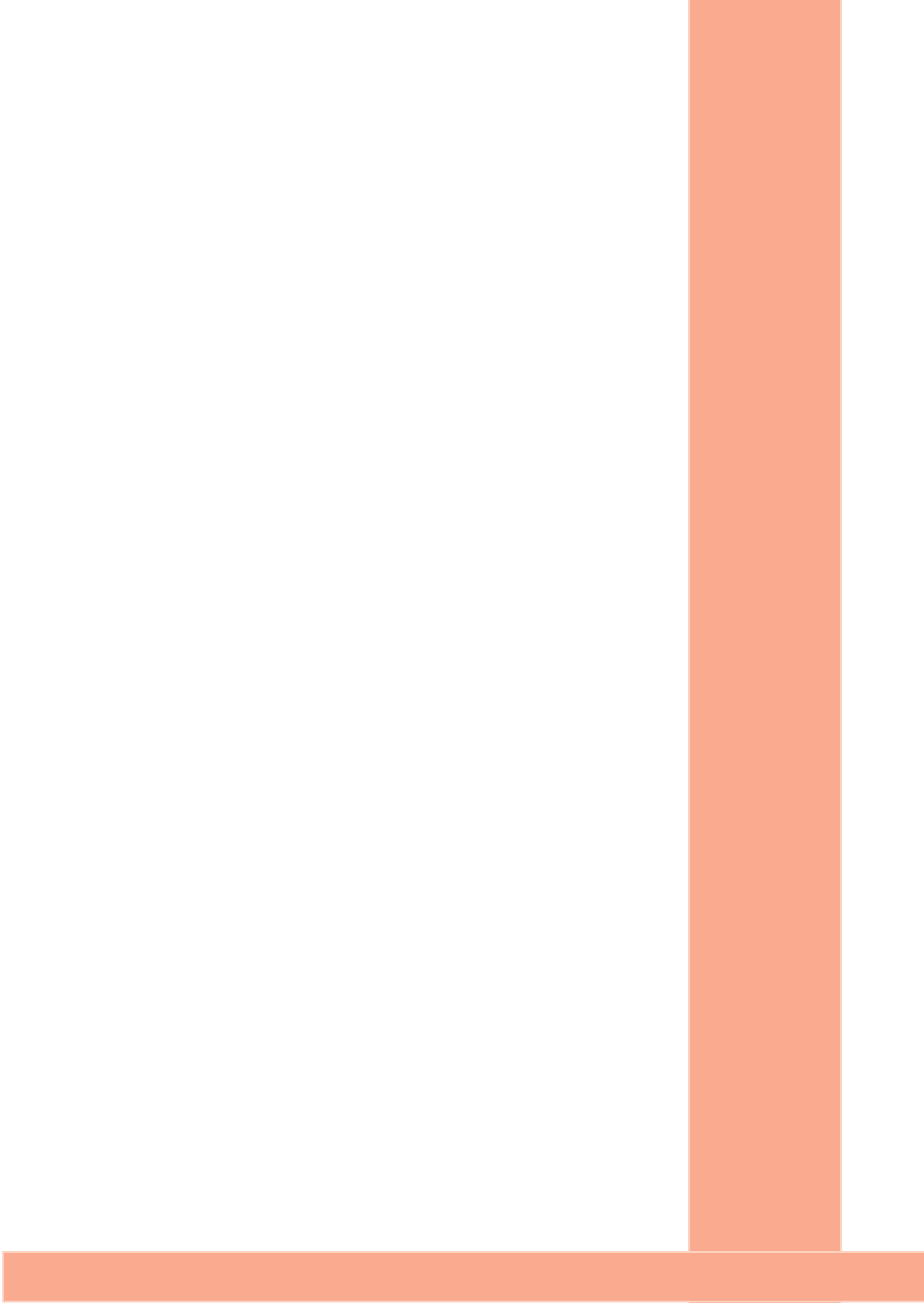
Informação aos Cartórios Eleitorais, partidos políticos e candidatos sobre a cartilha “Tatão Bom de Voto vai às Urnas”, com história ilustrativa e simplificada de como arrecadar recursos, realizar despesas e prestar contas em conformidade com a legislação vigente (disponível na *homepage* do TSE).

Suporte técnico via sistema *helpdesk* – telefone e correio eletrônico aos Cartórios Eleitorais, partidos políticos, candidatos e sociedade em geral, acerca dos procedimentos de arrecadação, aplicação de recursos e prestações de contas de campanha.

Orientação a partidos políticos e candidatos acerca das normas eleitorais pertinentes à arrecadação e a aplicação de recursos de campanha eleitoral referentes às eleições passadas, bem como à prestação de contas à Justiça Eleitoral, buscando dirimir dúvidas existentes e viabilizar a regularização das contas.

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Emissão de pareceres com o objetivo de avaliar a regularidade das contas de campanha eleitoral prestadas por candidatos e comitês financeiros à Justiça Eleitoral, relativas a pleitos eleitorais anteriores.



2 SECRETARIA JUDICIÁRIA

Compõem a Secretaria Judiciária as Seções de Assessoramento aos Juízes (SAJ), responsáveis pelo suporte, em matéria jurídico-eleitoral e constitucional-administrativa, aos integrantes do Colegiado; a Coordenadoria de Registro e Informações Processuais (CRIP), responsável pelas Seções de Controle Geral de Processos, de Atividades Cartorárias e de Partidos Políticos; e a Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação (CJD), que engloba as atividades das Seções de Biblioteca e de Legislação, Doutrina e Jurisprudência.

Dentre os principais eventos desta Secretaria, no ano de 2004 destacaram-se:

- **Reforma dos gabinetes dos Juízes do Pleno e da Secretaria Judiciária**

Em virtude do advento do novo regimento, pelo qual cada Juiz do Pleno passou a contar com uma assessoria exclusiva, foi executada reforma nos gabinetes visando ao aprimoramento da sua infraestrutura física com:

- criação da recepção para o gabinete da Secretaria e da Assessoria aos Juízes do Pleno;
- pintura, com troca da forração;
- reforma dos gabinetes dos Juízes;
- reestruturação do espaço físico da Assessoria aos Juízes.

- **Estruturação da Assistência de Revisão de Acórdãos e Resoluções**

Os serviços de revisão ortográfica e gramatical das decisões proferidas pelo Pleno, antes instituídos informalmente, foram normatizados com a vigência do novo regimento interno da Secretaria, passando a contar com servidores próprios, dada a imprescindibilidade de sua existência.

- **Núcleo de Apoio Judiciário-Administrativo (NAJA)**

Na busca da melhoria na qualidade dos serviços prestados, foi criado o Núcleo de Apoio Judiciário-Administrativo (NAJA), integrado por servidores lotados no gabinete da SJ.

O Núcleo de Apoio configura-se como uma central de serviços destinada a concentrar, num único espaço, a recepção e a distribuição de documentos/processos de interesse do gabinete da Secretaria Judiciária, das Seções de Assessoramento aos Juízes (SAJ) e do Setor de Revisão, bem como o atendimento ao público que se dirige a esses setores. Suas atribuições, identificadas e compiladas por meio de fluxogramas de trabalho, buscam atender às finalidades acima declinadas. Da mesma forma, o NAJA busca prestar total apoio ao trabalho desempenhado pelos Juízes deste Tribunal.

Ressalta-se que a implementação dessa iniciativa exigiu um redimensionamento do espaço físico localizado no 8º andar, lado direito, a fim de agrupar, em um único local, todos os servidores responsáveis pelo seu funcionamento.

- **Sistema de acompanhamento eletrônico das sessões plenárias**

Desde maio do corrente ano passou-se a fazer o acompanhamento eletrônico das sessões plenárias, com a utilização do *software* comunicador PSI, pelo qual a Secretária das sessões troca informações com o Setor de Apoio às Sessões Plenárias. Desta forma, novas rotinas de trabalho foram estabelecidas onde se destacam:

- elaboração on-line das atas das sessões de julgamento;
- comunicação on-line com a Secretária das sessões;
- acompanhamento das sessões pelo sistema de áudio no Núcleo de Apoio Judiciário-Administrativo.

- **Implantação do Apoio Judiciário**

Passou a funcionar, desde 1º de julho do corrente o **Apoio Judiciário**, sistema descentralizado de atendimento para auxiliar nas dúvidas e questionamentos referentes aos seguintes assuntos:

- processos – procedimentos cartorários;
- registro de candidaturas – sistemas de candidaturas e horário eleitoral;
- prestação de contas;
- legislação e jurisprudência.

O serviço, implementado com sucesso, visa atender, principalmente, o público dos Cartórios Eleitorais – Chefes, Juízes e Promotores – a quem já foi dada ampla publicidade, mas está, também, à disposição do público interno deste Tribunal.

O Apoio Judiciário registrou 2.137 chamados, sendo que todos foram respondidos num tempo médio de 30 minutos entre o registro da pendência e a solução proposta pelo especialista. Está composto por uma equipe de atendimento e outra de especialistas, alocados nas unidades administrativas em que estão lotados, o que ocasiona um baixo custo, pois é utilizada a infraestrutura do próprio setor.

- **Confecção e padronização dos diplomas dos eleitos e suplentes**

A exemplo do que ocorreu nas últimas duas eleições (2000 e 2002), esta Secretaria responsabilizou-se pelos trabalhos de confecção dos diplomas dos candidatos eleitos e suplentes com o fim precípuo de atender ao disposto na legislação eleitoral.

Na busca por melhor qualidade e redução de custos de produção, a SJ optou por solicitar a contratação de serviços gráficos e, para evitar a manipulação dos dados por terceiros, fez-se consignar no Edital de Licitação cláusula pela qual a empresa vencedora do certame receberia os impressos em meio magnético, no formato PDF.

Quanto às demais funções afetas às unidades administrativas desta Secretaria, expõe-se o que segue.

2.1 COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO (CJD)

Consoante atribuições definidas no Regimento Interno desta Corte, a Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação (CJD) é responsável pela Seção de Legislação, Doutrina e Jurisprudência e pela Seção de Biblioteca. Dessa forma, suas atividades estão relacionadas, principalmente, com a disseminação/atualização de informações e o gerenciamento de documentos.

Tratando-se de ano eleitoral, tais encargos se multiplicam, tendo em vista a necessidade de instrumentalização de todo o quadro da Justiça Eleitoral catarinense – sede e Cartórios – com a seleção de normas, doutrina e jurisprudência, permanentemente atualizadas e distribuídas em vários suportes.

Cumprindo assinalar, inicialmente, que todas as atividades mapeadas no Planejamento das Eleições 2004 que dizem respeito a esta Coordenadoria foram realizadas a contento, a saber: a) produzir e distribuir compêndios de legislação e manuais; b) disponibilizar materiais nas páginas eletrônicas do Tribunal; c) avaliar conteúdo jurídico de informações eleitorais tornadas públicas; d) prestar suporte em legislação e jurisprudência aos Juízes, servidores e Cartórios Eleitorais do Estado.

Como exemplo disso, registre-se o ótimo aproveitamento do material divulgado na *web* pela CJD, haja vista o elevado número de consultas por usuários internos e externos, proporcionando inúmeras facilidades a todos aqueles que lidam direta ou indiretamente com o Direito Eleitoral, além de municiar os Cartórios Eleitorais com as informações necessárias ao bom andamento dos trabalhos.

A seu turno, o **sistema de inteiro teor de Acórdãos e Resoluções** figurou como um dos serviços mais consultados pelos usuários das páginas eletrônicas desta Corte. Isso comprova a utilidade do projeto de digitalização desenvolvido pela CJD, o qual permite hoje que o inteiro teor dos julgamentos seja instantaneamente divulgado por meio da rede mundial de computadores. Tal ferramenta tem sido elogiada por diversos usuários, inclusive por servidores de outros órgãos, que freqüentemente contatam esta Coordenadoria para conhecer maiores detalhes do sistema.

Com o apoio da Seção de Banco de Dados da Secretaria de Informática e Eleições, neste semestre foi possível incorporar, de forma pioneira, o inteiro teor das decisões do Tribunal no formulário de consultas do SJUR, serviço esse que, além do TRES, somente o TSE e o TRE/DF possuem. Tal ferramenta permite que os usuários da Internet, ao

realizarem a pesquisa de jurisprudência, tenham acesso a um *link* para a visualização do inteiro teor das decisões selecionadas.

Ainda neste período foram efetuados pela Coordenadoria centenas de atendimentos, procurando dirimir as mais diversas dúvidas sobre matéria eleitoral. Ressalte-se a iniciativa da Secretaria Judiciária de implantar, com sucesso, um sistema de **Apoio Judiciário** – *Helpdesk*, treinando servidores para registrar os chamados dos Cartórios e do público em geral, sendo as perguntas encaminhadas a servidores especialistas (entre eles dois servidores da CJD), que, na seqüência, contatam os solicitantes para o deslinde das indagações.

Cabe destacar, também, a edição de Eleições 2004 – Legislação consolidada. Esse manual vem sendo produzido pela Secretaria Judiciária/CJD desde a eleição de 1998, com o objetivo de auxiliar integrantes e servidores da Justiça Eleitoral. Nele está consolidada toda a legislação aplicável ao próximo pleito, além de fluxogramas que mapeiam procedimentos e etapas relacionadas à eleição. Neste ano, em importante parceria com a Associação Catarinense do Ministério Público, o manual recebeu acabamento gráfico em forma de livro, diferentemente das edições anteriores, quando era encadernado como apostila. Sua tiragem de 1.000 exemplares foi distribuída aos Cartórios, Juízes e Promotores Eleitorais, bem como aos servidores, Juízes integrantes do Tribunal e membros desta Casa, advogados e partidos políticos.

Além dessa, a CJD coordenou os procedimentos relativos à elaboração e ao lançamento de diversas publicações do Tribunal, a saber:

- RESENHA ELEITORAL – Nova Série (v. 10, n. 2, e v. 11, n. 1);
- Ementário de Jurisprudência (v. 8);
- Código Eleitoral Anotado;
- JTRESC Eletrônico – repertório mensal de jurisprudência;
- Regimentos internos do TRESC;
- Competências e atribuições – Juízes, Promotores e Chefes de Cartório;
- Eleições 2004 – resumo prático.

2.1.1 Seção de Legislação, Doutrina e Jurisprudência

Compete à Seção de Legislação, Doutrina e Jurisprudência a difusão de informações aos membros integrantes e aos servidores desta Corte, Juízes, Promotores Eleitorais e Chefes de Cartório de todo o Estado, bem como a alimentação da base de jurisprudência do Tribunal (SJUR). Tal sistema visa à recuperação dos julgados, tendo sido acrescentados, após análise e indexação, 200 acórdãos e 35 resoluções, totalizando cerca de 10.000 registros atualmente disponíveis nas páginas eletrônicas do TRESA e do TSE, permitindo, assim, a divulgação on-line da jurisprudência catarinense em todo o Território Nacional.

Dessa forma, a Seção encarregou-se de disponibilizar aos interessados legislação, resoluções e instruções de caráter relevante, a fim de embasar as atividades eleitorais. Isso foi feito, principalmente, através da Intranet e da organização de pastas anuais de legislação, às quais são anexadas as normas referentes ao processo eleitoral, distribuídas aos integrantes do Pleno e aos servidores da área técnica.

Assim, foram acrescentados/atualizados na Intranet/Internet os seguintes documentos:

- Legislação:
 - Constituição Federal;
 - Constituição do Estado de Santa Catarina;
 - Código de Processo Civil;
 - Código de Processo Penal.
- Normas eleitorais:
 - Manual Eleições 2004 – Legislação consolidada;
 - Código Eleitoral: Lei n. 4.737/1965;
 - Constituição Federal: matéria eleitoral;
 - Lei das Eleições: Lei n. 9.504/1997;
 - Eleições 2004: resoluções e fluxogramas;
 - Competências e atribuições: Juiz e Promotor Eleitoral e Chefe de Cartório;
 - Resoluções Administrativas TRESA.

- Regimentos:
 - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
 - Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

Merece destaque a compilação dos julgados e da legislação pertinentes ao afastamento de candidatos para concorrerem ao pleito de 2004. O trabalho – que pode ser consultado nas páginas eletrônicas do Tribunal – consiste em uma tabela de consulta automática aos prazos de desincompatibilização, relacionando o cargo/função que o candidato ocupa ao que pretende concorrer, e é composto por mais de 300 páginas editoradas e indexadas por servidores da CJD.

Foram respondidas centenas de indagações provenientes dos Cartórios Eleitorais, prestando-se esclarecimentos com base na legislação, doutrina e jurisprudência. Além disso, a Seção prestou orientação a advogados, partidos e eleitores que compareceram nas dependências da Coordenadoria, paralelamente ao já mencionado atendimento pelo sistema de **Apoio Judiciário Helpdesk**. Complementando as opções, a Coordenadoria mantém um terminal de consultas destinado exclusivamente aos usuários externos, que possibilita a pesquisa jurisprudencial pelos próprios interessados.

No tocante aos dados gerais do **projeto de digitalização** de acórdãos e resoluções, ao qual foram incorporadas, também, as portarias e ordens de serviço da Presidência e da Direção-Geral (período de 1997 a 2003), até o momento foram digitalizados, revisados e disponibilizados:

- acórdãos: 15.900;
- resoluções: 7.427;
- portarias da Presidência: 2.999;
- portarias da Direção-Geral: 2.682;
- ordens de serviço: 27;
- Total de documentos digitalizados: 29.035.

Realizou-se, outrossim, o acompanhamento diário das decisões publicadas na Imprensa Oficial, bem como de todos os atos normativos e administrativos de interesse desta Corte, os quais são disponibilizados semanalmente na Intranet (*Diário da Justiça do Estado*).

2.1.1.1 Seção de Biblioteca

A Seção de Biblioteca centraliza a aquisição de livros e as assinaturas e renovações de CD-ROMs, periódicos e similares, por sua iniciativa ou em atendimento a solicitações formuladas pelos diversos setores do Tribunal, acompanhando o andamento dos respectivos procedimentos na Secretaria de Administração. Assim, no exercício, foram providenciadas as seguintes aquisições e renovações:

Livros: foram incorporados ao acervo 351 exemplares, correspondentes a 195 aquisições e a 156 doações. As aquisições foram efetuadas em duas etapas – um pedido foi encaminhado em maio e o outro em junho –, com base em lançamentos (pesquisa de mercado/catalogos de editoras) e em sugestões de servidores da Casa, visando à atualização do acervo, sobretudo na área do Direito.

Coube à Seção de Biblioteca providenciar a encadernação de diversos documentos, tais como atas, acórdãos, resoluções, boletins e periódicos visando à organização e preservação do acervo, bem como a elaboração de sumários de periódicos para consulta disponibilizados na Intranet.

Foi mantido em funcionamento o Clube do Livro, aberto a todos os servidores da Casa, enriquecido no exercício com aproximadamente 200 obras, entre livros, revistas, vídeos e DVDs. O clube dispõe, atualmente, cerca de 700 livros e 200 fitas de vídeo, de gêneros variados.

Sendo a Seção de Biblioteca responsável pelo gerenciamento do Arquivo do Tribunal, foram desenvolvidas atividades de empréstimo, atendimento a consultas, pesquisas, registro e acompanhamento das transferências de novos documentos pelas diversas unidades.

Foi dada continuidade à reorganização de todo o acervo, com a elaboração de listagens, substituição de caixas e confecção de novas etiquetas.

A fim de proteger e conservar os documentos de guarda permanente, foi adotada a utilização de “camisas” (capas individuais), em conformidade com os princípios da arquivologia, tendo sido acondicionados 707 documentos.

O Arquivo continuou recebendo solicitações provenientes dos Cartórios Eleitorais do Estado e dos próprios interessados para a localização de documentos alusivos a eleições de vereadores nas décadas de 60/70, destinados a comprovar o exercício de mandato para a percepção de vencimentos, o que resultou em volume extra de trabalho.

Registre-se, ainda, que, por iniciativa desta Coordenadoria, foi instituída comissão, integrada por servidora do Arquivo, a fim de proceder à identificação e ao descarte de documentos arquivados que já cumpriram as tabelas de temporalidade vigentes nesta Corte.

Finalmente, cabe à Seção de Biblioteca/Arquivo administrar o Museu da Justiça Eleitoral Catarinense – Centro de Memória Desembargador Adão Bernardes –, realizando o acompanhamento e a orientação dos visitantes, além da seleção de documentos de caráter histórico para futura incorporação ao acervo. Antes de findo este exercício, esta Seção encarregou-se da desmontagem da exposição e do acondicionamento dos documentos que integram o Museu, tendo em vista a reforma a ser realizada em suas instalações.

2.2 COORDENADORIA DE REGISTRO E INFORMAÇÕES PROCESSUAIS (CRIP)

Coube à Coordenadoria de Registro e Informações Processuais (CRIP), entre suas atividades regimentais, receber, distribuir, autuar e controlar a tramitação, a realização de diligências e as publicações referentes aos processos judiciais, além de receber, anotar e disponibilizar na Intranet/Internet os dados das comissões e dos diretórios estaduais e municipais dos partidos políticos constituídos neste Estado.

Os mapas dos processos julgados e em tramitação foram distribuídos mensalmente aos Juizes do Tribunal.

A Coordenadoria acompanhou os prazos processuais no *Diário da Justiça do Estado* e forneceu informações sobre os processos em tramitação neste TRES e no Tribunal Superior Eleitoral, por meio do Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP).

Para cada sessão do Tribunal, a pauta de julgamentos foi elaborada, distribuída e disponibilizada na página Intranet/Internet do TRES.

As atividades cartorárias relativas aos processos de competência dos Juizes Auxiliares prosseguiram neste ano quanto ao controle da tramitação dos que retornaram do TSE, ao encaminhamento das intimações aos condenados por propaganda irregular e, quando não pagas, dos documentos necessários à sua cobrança à Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN).

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

Também foram encaminhados à Procuradoria da Fazenda Nacional os documentos necessários à cobrança das multas aplicadas pelos Juízes Eleitorais e não-pagas.

Os órgãos de direção dos partidos políticos em Santa Catarina tiveram sua constituição e alterações anotadas no Sistema de Gerenciamento e Informações Partidárias (SGIP), disponível na página Intranet/Internet do TRESA.

Todas as decisões proferidas pelo Tribunal, de interesse dos Juízes Eleitorais, foram-lhes comunicadas, assim como também foram comunicadas aos interessados as resoluções expedidas, tanto decorrentes de consultas quanto administrativas.

Em virtude da reestruturação da Secretaria do Tribunal houve extinção de uma função e diminuição em duas já existentes, o que provocou a necessidade de reestruturação também nas atividades desenvolvidas e mudança no quadro funcional da Coordenadoria.

Com as modificações promovidas pela Lei n. 10.842/2004 no âmbito da Justiça Eleitoral, couberam aos Chefes de Cartório todas as funções anteriormente realizadas pelos Escrivães. Devido, ainda, às constantes alterações no quadro dos servidores que atuam no primeiro grau, houve necessidade de realizar treinamentos específicos sobre as principais atividades judiciárias desempenhadas pelas Zonas Eleitorais, quais sejam, registro de candidaturas e propaganda eleitoral.

Com o objetivo de uniformizar o trabalho de todos os Cartórios do Estado e tornar mais céleres os procedimentos, optou-se por abranger todo o processo eleitoral, tratando desde as práticas processuais em sentido amplo, até os sistemas informatizados que são necessários para o registro de candidaturas e a propaganda eleitoral.

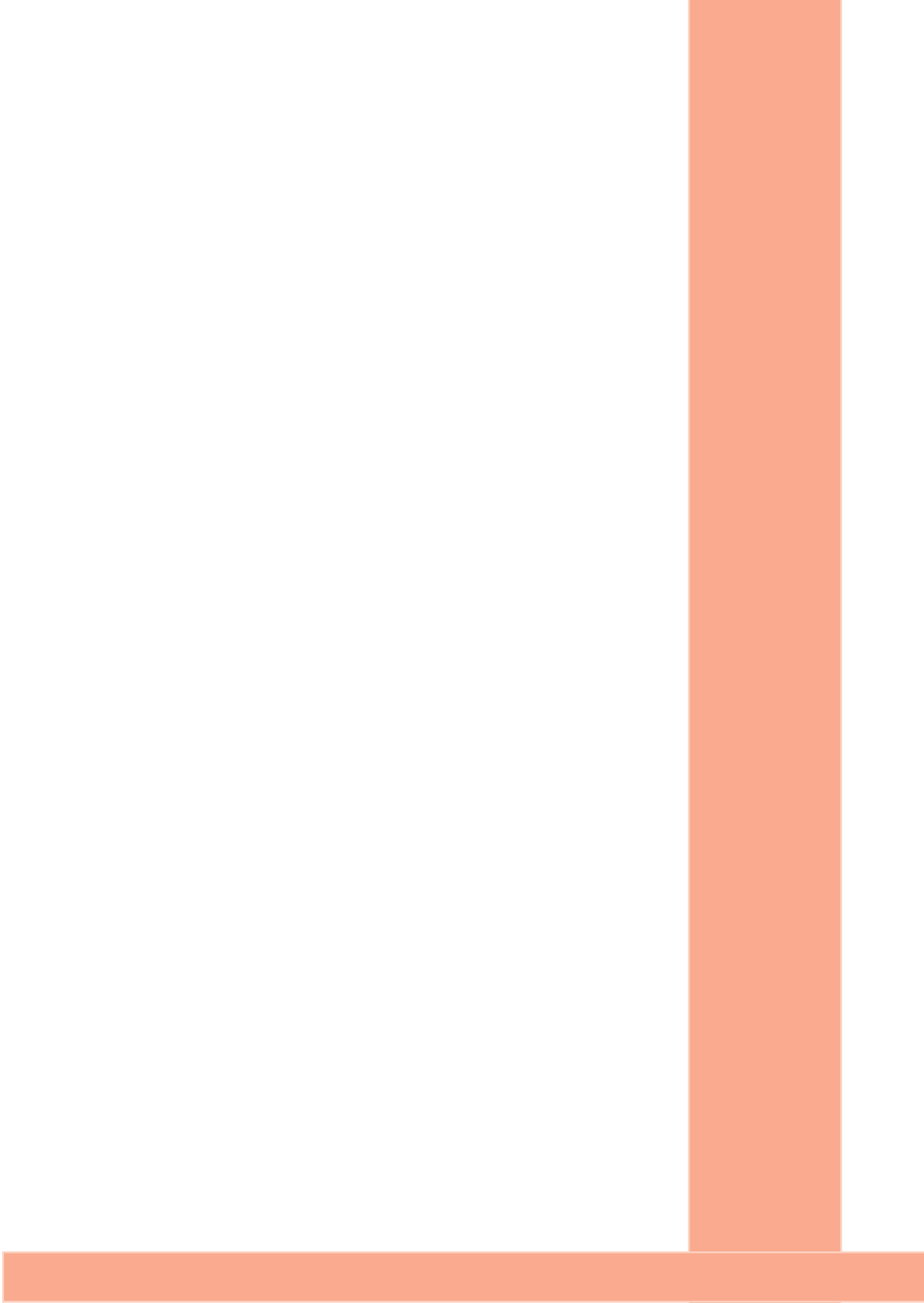
Os treinamentos aconteceram na sede do Tribunal, de 31.5.2004 a 18.6.2004 com a utilização da sala de treinamento do 3º andar e das salas de múltiplo uso do 9º andar, com um projetor multimídia com computador para cada sala e distribuição de manuais.

Todas as Zonas Eleitorais enviaram o Chefe de Cartório e um Auxiliar para participar dos treinamentos e a divisão das turmas foi realizada por pólos geográficos, o que permitiu maior integração entre as Zonas de localidades próximas, facilitando o auxílio mútuo com relação a dúvidas.

Cada instrutor foi responsável por um tema: práticas cartorárias, procedimento do registro de candidatura, sistemas de candidaturas (CAND), de horário eleitoral e *outdoor*, propaganda eleitoral e representação e reclamação, priorizando a unicidade de conteúdo

apresentado aos Cartórios Eleitorais e possibilitando, ainda, a identificação de possíveis necessidades de complementação com treinamentos posteriores, à exceção dos módulos de Sistemas de Registro de Candidaturas, de horário eleitoral e de *outdoor*, que contaram com dois instrutores em sala, em razão do grande volume de informações necessárias à apreensão do conteúdo. As avaliações positivas dos treinandos comprovaram a correção da opção de treinar pequenos grupos sobre os conteúdos próprios da matéria cartorária, necessidade observada há muito tempo, mas que pela primeira vez pôde ser posta em prática em sua plenitude.

Por último, destaque-se a implantação do apoio judiciário, com a participação dos servidores desta Coordenadoria, prestado aos Juizes, Promotores Eleitorais, servidores dos Cartórios Eleitorais, advogados, partidos políticos e entidades externas.



3 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

À Secretaria de Administração e Orçamento compete planejar, coordenar, orientar, dirigir e controlar as atividades referentes à aquisição, guarda e distribuição de materiais, a comunicações, aos serviços gerais e à organização orçamentária e financeira, elaborando os respectivos planos de trabalho.

Dentre as relevantes realizações que se verificaram no ano de 2004, destacam-se:

- a obtenção de área da União, de 7.047m², localizada na Beira-Mar de São José, mediante cessão não-onerosa, destinada à instalação dos Cartórios Eleitorais de São José e da Central de Atendimento a Eleitores, Candidatos e Partidos Políticos e à edificação da central de armazenamento de todas as urnas eletrônicas sob a responsabilidade da Justiça Eleitoral catarinense, materiais de almoxarifado, documentos e, ainda, de um Centro de Treinamento:

- **Instalação dos Cartórios Eleitorais de São José**

Os Cartórios Eleitorais localizados em São José, que abrangem também o município de São Pedro de Alcântara, atendem cerca de 125.000 (cento e vinte e cinco mil) eleitores e, ainda, candidatos, partidos políticos e cidadãos em geral.

Atualmente tais Cartórios estão instalados no Fórum daquela cidade, localizado na Rua Domingos Hermes Zanini, n. 380, em salas gratuitamente cedidas pela Justiça Estadual.

Contudo, não bastasse o pequeno/insuficiente espaço ocupado pela Justiça Eleitoral (70m²), a Diretoria do Fórum da Comarca de São José solicitou a devolução das mencionadas salas.

Assim, a cessão da área junto à Beira-Mar de São José sanará, de forma definitiva, a carência deste Tribunal de um local próprio para atendimento daquela região, garantindo, também, ambiente com metragem favorável ao bom desenvolvimento de atividades pelos servidores cartorários, em especial no período eleitoral.

- **Central de Atendimento ao Eleitor**

A Zona Eleitoral, menor unidade administrativa da Justiça Eleitoral, é o órgão responsável pelo atendimento aos cidadãos com domicílio eleitoral dentro da sua circunscrição. A abrangência geográfica da circunscrição pode corresponder à fração de um município ou conjunto de municípios. Ou seja, uma Zona Eleitoral pode abranger diversos municípios ou algum município conter diversas Zonas Eleitorais.

Este tipo de organização das Zonas Eleitorais freqüentemente traz transtornos aos cidadãos, especialmente nas grandes cidades ou nas regiões metropolitanas, como São José.

É comum as pessoas morarem em uma cidade (ou bairro) e trabalharem em outra região, muitas vezes distantes uma da outra. Nesses casos, surgem dificuldades para a realização de atividades relativas à Justiça Eleitoral, tais como inscrição eleitoral, transferência de domicílio, atualização cadastral, produção de certidões diversas, etc.

Por essa razão, alguns Tribunais Eleitorais, visando melhorar o atendimento, vêm criando estruturas organizacionais alternativas, que têm recebido a denominação genérica de "Centrais de Atendimento ao Eleitor". De um modo geral, as Centrais de Atendimento vêm sendo adaptadas às peculiaridades de cada Estado, sendo instaladas principalmente nas regiões metropolitanas.

A construção da Central de Atendimento permitirá a racionalização do uso da nova infra-estrutura dos Cartórios Eleitorais, facilitando o acesso à Justiça Eleitoral dos cidadãos de São José e da região, que terão serviços prestados de forma ágil e eficiente.

A cessão de área pela SPU, somados às despesas deste Tribunal com a edificação da Central em questão, incluindo as relativas à adequação do espaço físico e à infra-estrutura de informática, serão amplamente compensados com os benefícios previstos.

- **Armazenamento de urnas eletrônicas**

Considerando o quantitativo de urnas eletrônicas recebidas para as Eleições 2004, são de responsabilidade deste Tribunal 17.321 unidades, que permanecem armazenadas, atualmente de forma centralizada, no

imóvel da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), localizado às margens da BR-101, em Barreiros, São José.

Tais urnas são distribuídas para todo o Estado de Santa Catarina apenas no mês anterior à realização do pleito e, depois deste, retornam para a central de armazenamento, acima mencionado, para, periodicamente, receberem manutenção.

Contudo, sendo o imóvel de propriedade da CONAB, a estrutura existente não foi projetada para o fim específico de armazenar urnas eletrônicas, mas sim gêneros alimentícios em geral.

Assim, mesmo pagando à CONAB, pelo espaço locado, um montante anual de R\$ 180.929,40 (cento e oitenta mil, novecentos e vinte e nove reais e quarenta centavos), vem este Tribunal adotando procedimentos – que implicam mais despesas – para adaptar e aperfeiçoar o local.

Soma-se às despesas e às dificuldades mencionadas o fato de, anualmente, a cada solicitação de prorrogação da locação, encontrar-se este Tribunal sujeito ao desinteresse da administração da CONAB em dar continuidade à contratação.

Dessa forma, a cessão/doação, pela SPU/MF, da pretendida área possibilitará a construção de imóvel com infra-estrutura física adequada ao armazenamento e à manutenção das inúmeras urnas eletrônicas deste Tribunal, com condições de servidores e técnicos desenvolverem procedimentos de recebimento, limpeza, testes, conferência, conserto e preparo dos equipamentos, que representará, além do fim do situação jurídica e física precária do atual imóvel locado, expressiva economia para os cofres públicos, pois o montante gasto em, aproximadamente, 2 (dois) anos de locação, será suficiente para o término da construção pleiteada.

- **Construção do Almoxarifado Central**

O Setor de Almoxarifado deste Tribunal funciona em sala localizada no subsolo do prédio-sede da Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), na Rua São Francisco, n. 234, Centro.

Apesar do uso da sala em questão não importar ônus para este Tribunal, que tão-somente reembolsa aquela Corte de Contas das despesas mensais realizadas, consoante Termo de Adesão, a área disponível tem se mostrado, a cada ano que passa, insuficiente para o fim a que se destina.

Além do reduzido espaço, o local não possui área própria para carga e descarga de materiais, fato que dificulta tais atividades e, também, é propício à ocorrência de pequenos acidentes em manobras de veículos de transportadoras.

Ainda, por não ser local de propriedade deste Tribunal, o Termo firmado com o TCU, da mesma forma que o contrato de locação lavrado a CONAB, não garante a continuidade da utilização.

Dessa forma, a construção do Almojarifado, juntamente com a central de armazenamento de urnas eletrônicas, resultará em infraestrutura ampla, arejada, segura e de fácil acesso.

- **Construção do arquivo**

O arquivo deste Tribunal, responsável pela guarda de documentos referentes às eleições, procedimentos administrativos e processos licitatórios e judiciais, entre outros, funciona atualmente no primeiro andar do edifício-sede desta Corte.

Contudo, considerando o crescente aumento no volume de papéis arquivados, que exige ampliação da área disponível, e que o local onde estão instalados os arquivos deslizantes não foi construído para esse fim específico, a edificação de novo ambiente na área cedida, anexo ao depósito de urnas e ao almojarifado, sanará a deficiência de espaço e infraestrutura adequados.

- **Construção do centro de treinamento da Justiça Eleitoral**

O planejamento, a organização, a execução, o acompanhamento e a avaliação de eleições realizadas pela Justiça Eleitoral implicam o envolvimento de recursos humanos em grande número, entre eles, Desembargadores, Juízes, Promotores de Justiça, membros de Juntas Eleitorais, Chefes e Auxiliares de Cartórios Eleitorais, servidores efetivos, mesários, técnicos de urnas, estagiários, delegados de prédio, empregados de empresas contratadas, policiais militares, que necessitam receber treinamento e orientação para prestarem seus serviços durante o período eleitoral.

Diversas são, ainda, as reuniões realizadas com Partidos Políticos, candidatos e autoridades municipais, estaduais e federais referentes às Eleições, fatos que exigem a existência de local apropriado para o desenvolvimento de atividades de instrução, em especial para aulas práticas sobre sistemas eleitorais e urnas eletrônicas, o que se tornará possível com a cessão da área obtida.

- o revestimento externo do prédio com pastilhas, a climatização e reforma dos saguões, a impermeabilização e a substituição do piso do pátio externo, a contratação da recuperação estrutural do prédio – grave problema de engenharia detectado quando do revestimento externo do prédio –, bem como diversas obras de menor porte, todas adotadas com vistas a dotar a Justiça Eleitoral catarinense de estrutura adequada ao seu funcionamento;
- a contratação, no exercício de 2004, estando as obras em fase de conclusão, da adequação estrutural e mobiliária da sala de sessões deste Tribunal, a qual está sendo inteiramente reformulada para a implantação de modernos mecanismos de automação. O projeto, ora em implementação, permitirá a comunicação eletrônica simultânea entre os membros do Colegiado, assim como destes com sua Assessoria, bem como a consulta on-line de todo o aparato jurídico necessário ao julgamento de processos (legislação, doutrina e jurisprudência), otimizando a prestação jurisdicional;
- a obtenção de créditos orçamentários adicionais de expressiva monta, que viabilizaram a expansão dos recursos inicialmente destinados para a realização de investimentos, no montante de R\$ 126.250,00 (cento e vinte e seis mil, duzentos e cinquenta reais), para R\$ 1.434.300,00 (um milhão, quatrocentos e trinta e quatro mil e trezentos reais). Foram obtidos, ainda, recursos adicionais no montante de R\$ 328.852,00 (trezentos e vinte e oito mil, oitocentos e cinquenta e dois reais) na rubrica Outros Custeios. A obtenção desses recursos, frise-se, em montante muito significativo, viabilizou, entre outros:
 - a contratação de empresa para fornecimento de mobiliário para todas as Zonas Eleitorais do Estado – atendendo às necessidades, há muito existentes, da Justiça Eleitoral de primeiro grau –, dotando-as de melhores condições para o atendimento aos eleitores e de ambiente de infra-estrutura mais propício às próximas eleições;
 - o maciço investimento efetuado na área de informática da Justiça Eleitoral Catarinense, ampliando-se significativamente o parque de equipamentos de informática (estações de desenvolvimento, microcomputadores, *notebooks*, impressoras), bem como renovando e ampliando os *softwares* utilizados;

- a aquisição de fotocopiadora colorida, com as funções de *fax* e *scanner*, há muito solicitada pela Coordenadoria de Apoio Administrativo desta Secretaria – e até então não adquirida em razão de seu elevado custo– para suprir as necessidades daquela unidade, em especial na confecção de formulários e manuais específicos para as Eleições, substituindo, em muitos casos, futuras contratações na área gráfica e permitindo, ainda, a transmissão simultânea de documentos para todas as Zonas Eleitorais do Estado;
 - a ampliação da frota igualmente destinada aos trabalhos logísticos de execução dos pleitos, com a aquisição de veículo tipo van, destinado ao transporte de servidores e de mais quatro veículos de porte médio.
- na área de contratações administrativas, é importante destacar a adoção de duas medidas de significativo impacto para a modernização dos procedimentos de contratação:
 - a implantação do sistema eletrônico de Pregão, que, com o uso da Internet, ampliou a concorrência entre os participantes e modernizou ainda mais esse tipo de licitação (a Administração vem priorizando, em consonância com a legislação vigente, as contratações utilizando o Pregão como modalidade de licitação, por eficaz, na redução dos preços, se comparado com os demais procedimentos licitatórios, trazendo grande economia aos cofres públicos);
 - a execução dos primeiros procedimentos licitatórios na modalidade Registro de Preços, permitindo à administração manter registro de preços para contratações futuras e, com isso, reduzir significativamente o número de licitações a realizar.

3.1 COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - (COF)

À Coordenadoria de Orçamento e Finanças compete planejar, coordenar, orientar, dirigir e controlar as atividades desenvolvidas pelas Seções de Programação e Execução Orçamentária e Financeira, elaborando os respectivos planos de trabalho.

Aliadas à atividade rotineira desta Coordenadoria, efetuaram-se:

- formalização de 1.592 procedimentos de pagamento;
- registro dos dados relativos aos pagamentos e retenções no Subsistema de Contas a Pagar e Receber (CPR), tendo sido geradas 3.462 ordens bancárias, 1.342 DARFs (Documentos de Arrecadação Financeira) e 278 GPSs (Guias de Recolhimento da Previdência Social);
- registro no Sistema de Administração Financeira (SIAFI) dos contratos e termos aditivos celebrados pelo TRESA, de 302 pré-empenhos, 1.638 notas de empenho, 1.141 notas de lançamento, 133 notas de programação financeira, 107 listas de credores e 156 notas de dotação;
- registro de notas de empenho e documentos referentes a pagamentos e retenções tributárias no Sistema de Acompanhamento de Contratos (SIAC);
- realização da conformidade diária e documental;
- retenção do Imposto sobre Serviços (ISS) e registro dos dados relativos à Prefeitura Municipal de Florianópolis no Sistema Sefinnet;
- informações de disponibilidade orçamentária nos processos licitatórios e de aquisições diretas;
- elaboração de planilhas das despesas efetuadas mensalmente;
- remessa de selos postais às Zonas Eleitorais;
- conferência das multas eleitorais encaminhadas pela Caixa Econômica Federal (CEF);
- registro, no subsistema Sipes da despesa mensal com pessoal;
- registro, no Sistema Sidor da proposta orçamentária anual;
- retenção dos tributos previstos na Lei n. 9.430/1996;
- retenção da contribuição previdenciária contemplada pela Lei n. 8.212/1991;
- controle do saldo financeiro por fonte de recursos;

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

- acompanhamento da execução orçamentária dos respectivos programas de trabalho;
- classificação contábil das despesas;
- classificação dos gastos nos respectivos elementos de despesa de cada programa de trabalho;
- levantamento das necessidades financeiras para o registro mensal da sua programação;
- registro, controle e prestação de contas de convênios;
- cobrança de multas contratuais decorrentes de atraso na entrega de bens e serviços ou de inexecução parcial, relativas às contratações celebradas pela Secretaria de Administração e Orçamento.

3.1.1 Da Execução Orçamentária e Recursos Financeiros

Os recursos orçamentários da conta do Orçamento Geral da União (1º.1.2004 até 31.12.2004), suas suplementações e provisões constituíram o montante de R\$ 67.311.968,93 (sessenta e sete milhões, trezentos e onze mil, novecentos e sessenta e oito reais e noventa e três centavos). Por conta desses créditos foram empenhadas e efetuadas despesas no montante de R\$ 65.724.230,39 (sessenta e cinco milhões, setecentos e vinte e quatro mil, duzentos e trinta reais e trinta e nove centavos).

Foram recebidas, durante o exercício de 2004, provisões no valor de R\$ 10.813.863,93 (dez milhões, oitocentos e treze mil, oitocentos e sessenta e três reais e noventa e três centavos) e foram concedidas provisões no valor de R\$ 355.700,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil e setecentos reais), sendo que R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais) foram concedidos ao TSE para o pagamento de serviços telefônicos contratados para este Tribunal, assim como R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) com vistas a permuta orçamentária.

Ficou inscrito em Restos a Pagar o montante de R\$ 3.853.687,11 (três milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, seiscentos e oitenta e sete reais e onze centavos), sendo que R\$ 3.435.637,58 (três milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta e oito centavos) são valores não processados e R\$ 418.049,53 (quatrocentos e dezoito mil e quarenta e nove reais e cinquenta e três centavos) processados, ou seja, apropriados.

Os recursos financeiros colocados à disposição desta unidade para atender aos pagamentos das despesas programadas, foram

movimentados por meio da Conta Única do Tesouro Nacional, de acordo com a legislação vigente. As operações ocorridas foram as seguintes: ingressos = saldo do exercício anterior e sub-repasses recebidos; dispêndios = despesas realizadas e saldo existente na unidade gestora.

3.1.2 Da proposta orçamentária

Procedeu-se à elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2004, solicitando-se as importâncias para suprir as despesas a seguir arroladas:

- pessoal e encargos sociais (pagamento de vencimentos, vantagens fixas e gratificações em geral; despesas com concessão de melhorias funcionais; despesas com concessão de gratificações adicionais; despesas com preenchimento de cargos vagos em virtude de aposentadoria; encargos com inativos e pensionistas; substituições; despesas de exercícios anteriores, etc.);
- outras despesas correntes de capital, tais como:
 - diárias (atendimento de despesas com pagamento de diárias a servidores para deslocamento ao interior do Estado de Santa Catarina e do Território Nacional);
 - material de consumo (reposição de estoques para manutenção do TRESA e das Zonas Eleitorais do Estado, além de combustíveis/lubrificantes e suprimentos em geral);
 - passagens e despesas com locomoção (atendimento de despesas com deslocamento e participação de servidores em congressos e eventos relacionados com informática e dos Chefes de Cartório das Zonas Eleitorais do interior, para participação em treinamentos no TRESA);
 - outros serviços de terceiros (despesas contratuais de manutenção: contratos de limpeza e vigilância do prédio sede do TRESA e das Zonas Eleitorais da Capital; aluguel de máquinas fotocopadoras; serviços de energia elétrica, telefone, água e esgoto; aluguel de imóvel para acomodação de Zona Eleitoral; contrato com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para fornecimento de selos postais e prestação de serviços (Sedex); serviços de transporte de encomendas e cargas;

- manutenção dos equipamentos de informática; aquisição de *softwares* e demais serviços necessários à manutenção das atividades desenvolvidas por este Tribunal);
- benefícios (auxílio pré-escolar; auxílio refeição/alimentação; auxílio concessão vale-transporte; ressarcimento de despesas médicas e odontológicas);
 - despesas eventuais (assinaturas de periódicos e anuidades; serviços gráficos (cópia e encadernação de folhetos e revistas); despesas miúdas e de pronto pagamento; taxas municipais (IPTU); reparo e conservação de bens imóveis; serviços de divulgação de processamento de dados);
 - equipamentos e materiais permanentes (aquisição de mobiliário em geral; aquisição de periódicos, *modems*, microcomputadores, *winchesters*, impressoras, estabilizadores, veículos utilitários e aparelhos de ar condicionado);
 - obras e instalações.

3.1.3 Dos créditos adicionais

Este Tribunal solicitou e recebeu suplementação orçamentária destinada ao pagamento dos atrasados da URV, tendo sido R\$ 709.688,00 (setecentos e nove mil, seiscentos e oitenta e oito reais) na rubrica de pessoal ativo e R\$ 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais) na rubrica de pessoal inativo e pensionistas civis.

Além das provisões liberadas para custear as atividades específicas das Eleições/2004, foram liberadas, também, provisões adicionais na ação de pleitos eleitorais, no montante de R\$ 1.763.152,00 (um milhão, setecentos e sessenta e três mil, cento e cinquenta e dois reais), sendo R\$ 328.852,00 (trezentos e vinte e oito mil, oitocentos e cinquenta e dois reais) para despesas de custeio e R\$ 1.434.300,00 (um milhão, quatrocentos e trinta e quatro mil e trezentos reais) para despesas de investimento, direcionado aquele montante à adequação do mobiliário dos Cartórios Eleitorais do Estado de Santa Catarina, bem como à aquisição de *softwares*, veículos automotores e equipamentos, com a finalidade de atender a Secretaria do TRESA e as Zonas Eleitorais.

Houve, ainda, a permuta da importância de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), disponibilizada como orçamento de

custeio na ação pleitos eleitorais, para o orçamento de investimentos, visando à aquisição de material permanente.

Das informações acima, verificou-se o acréscimo de R\$ 1.784.300,00 (um milhão, setecentos e oitenta e quatro mil e trezentos reais) no orçamento de investimentos da ação pleitos eleitorais, inicialmente dotado em R\$ 126.250,00 (cento e vinte e seis mil, duzentos e cinquenta reais).

Dentre os valores disponíveis na ação de pleitos eleitorais foram utilizados R\$ 196.315,00 (cento e noventa e seis mil, trezentos e quinze reais) na aquisição de *softwares*, R\$ 928.461,11 (novecentos e vinte e oito mil, quatrocentos e sessenta e um reais e onze centavos) em mobiliário para as Zonas Eleitorais, R\$ 144.932,45 (cento e quarenta e quatro mil, novecentos e trinta e dois reais e quarenta e cinco centavos) em computadores, R\$ 44.141,00 (quarenta e quatro mil, cento e quarenta e um reais) em aparelhos de ar condicionado, R\$ 73.800,00 (setenta e três mil e oitocentos reais) em impressoras *laser*, R\$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais) em fac-símiles, R\$ 56.073,00 (cinquenta e seis mil e setenta e três reais) em fotocopiadoras digitais e R\$ 205.640,00 (duzentos e cinco mil, seiscentos e quarenta reais) na aquisição de três veículos automotivos.

3.1.4 Da implantação do Subsistema de Contas a Pagar e Receber (CPR) e do Sistema de Acompanhamento de Contratos (SIAC)

A Seção de Programação e Execução Financeira aderiu à utilização do subsistema de Contas a Pagar e Receber (CPR), criado pela Secretaria do Tesouro Nacional com o objetivo de proporcionar maior transparência e controle das contas públicas.

A Seção de Programação e Execução Orçamentária, bem como a Seção de Programação e Execução Financeira, passaram a utilizar o Sistema de Acompanhamento de Contratos (SIAC), desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral, com vistas a terem à disposição informações gerenciais e de controle relativas às contratações promovidas por esta Corte.

3.2 COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO - (CMP)

À Coordenadoria de Material e Patrimônio compete a contratação de serviços, aquisição, guarda, distribuição e controle dos bens

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

permanentes e de consumo utilizados pelo Tribunal e pelas Zonas Eleitorais.

No exercício de 2004 foram autuados, na CMP, 487 procedimentos, tendo sido instauradas 110 licitações – 104 na modalidade pregão, 5 na modalidade tomada de preços e 1 na modalidade convite.

Foram celebrados 162 contratos, 144 termos aditivos e 4 convênios.

Registre-se que, em 2004, deu-se início à utilização do Sistema Eletrônico Comprasnet, para a condução de pregões, assim como foram instauradas as primeiras licitações visando a registrar preços de materiais de uso frequente, o que conferirá maior agilidade às aquisições, redução de seus preços e um melhor gerenciamento dos estoques do Almoarifado.

Esta Coordenadoria promoveu a aquisição, entre outros produtos, de: equipamentos e suprimentos de informática, móveis para a sede do TRE e para as Zonas Eleitorais, material de expediente, *softwares*, suprimentos de informática, material de copa e higienização, aparelhos eletro-eletrônicos e de telecomunicações, livros e periódicos, equipamentos de áudio e vídeo, material médico e odontológico, cinco veículos, uma fotocopadora digital, venezianas de alumínio para as fachadas do edifício-sede, colocação de 600m² de piso vinílico e de placas e adesivos para comunicação visual do edifício-sede.

Contratou-se a execução de inúmeros serviços, entre os quais: confecção da *Resenha Eleitoral* e do *Ementário de Jurisprudência*, serviços de recepcionista, limpeza e conservação e vigilância para vários prédios ocupados pela Justiça Eleitoral, manutenção dos veículos de propriedade do TRESA, serviços de ascensorista para o prédio-sede, manutenção das máquinas reprográficas, manutenção de aparelhos condicionadores de ar, seguro para o prédio-sede e para as Zonas Eleitorais da Capital, seguro para urnas eletrônicas, copeiragem, condução de veículos, locação de veículos, serviços na área de jornalismo, manutenção do *software* ASI (controle de patrimônio e almoarifado), transporte terrestre de materiais, conservação e assistência técnica em elevadores, veiculação de publicações legais, treinamentos diversos, laudo técnico para avaliação de danos na estrutura do prédio-sede do TRESA e manutenção predial para o edifício-sede.

Tendo ocorrido a cessão a este Tribunal, pela União, de área de 7.047m², na Rodovia Litorânea – Aterro Hidráulico – São José/SC, foram licitados os serviços de elaboração de projetos arquitetônicos e complementares, para a construção de edificação com aproximadamente 3.000m² (três mil metros quadrados), área para circulação e estacionamento de veículos, bem como fiscalização da futura obra.

Foram adquiridos, também, todos os materiais, bem como contratados todos os serviços necessários à realização das Eleições/2004, dentre os quais mencionam-se: vales-refeição, impressos, material de expediente, suprimentos de informática, seguro para 340 estagiários, contratação de técnicos para manutenção das urnas eletrônicas, serviços da ECT para entrega das convocações eleitorais, distribuição e coleta de urnas eletrônicas e materiais para a votação, locação de linhas telefônicas fixas e de aparelhos telefônicos, locação de aparelhos celulares da votação paralela e contratação pesquisa de opinião pública.

Registre-se, ainda, a remessa de 1.528 volumes às Zonas Eleitorais, incluindo todo o material utilizado nas Eleições/2004 e o tombamento de 1.952 bens patrimoniais, bem como a promoção da conferência física dos bens patrimoniais de propriedade do TRES, lotados em todos os setores do Tribunal e Cartórios Eleitorais.

3.3 COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO - (CAA)

A Coordenadoria de Apoio Administrativo buscou atuar dentro dos espaços que o novo organograma a estruturou, dando desta forma suporte suficiente para que as demais unidades, Cartórios Eleitorais e público externo pudessem ter a logística e o conforto suficientes para a satisfação de suas necessidades.

Cabe ressaltar que a nova estrutura da unidade focou todos os flancos a serem atendidos, desde a mais simples à mais complexa solicitação, da unidade de atividade-meio à de atividade-fim, da simples operação técnica à complexa operação de engenharia. Tudo isso disponibilizado dentro da habilidade técnica e prática, da competência e do potencial dos profissionais que compõem cada um dos setores, e de forma harmônica e bem inter-relacionada entre si e com as demais unidades.

No devido tempo, acompanhando as transformações trazidas pelo organograma, foram realizadas diversas alterações na estrutura física do prédio sede. É importante dizer também, que algumas alterações não tiveram relação com a nova estrutura, mas se fizeram necessárias para a conservação deste.

Como citado anteriormente, a harmonia entre os setores da unidade fez-se importante para o bom andamento dos trabalhos, as Supervisões de Projetos Especiais e Manutenção Predial e de Equipamentos, subordinados à Seção de Administração do Edifício, durante o exercício de 2004 gerenciaram as obras de recuperação das fachadas externas, da recuperação da pavimentação da área externa destinada a estacionamento, bem como da climatização e modernização da iluminação

dos saguões dos elevadores. Cabe ressaltar a contratação de empresa especializada para efetuar a necessária e urgente recuperação das estruturas – já em andamento – da edificação que abriga a sede do TRESA, necessidade esta surgida e constatada durante as obras de reforma das fachadas. Ainda na área externa, visando fornecer a adequada estrutura para as eleições, foram instaladas, coberturas de toldo no piso do ático, facilitando, assim, os trabalhos de copa/cozinha e ampliando a área do refeitório, amplamente utilizado durante as eleições.

Quanto às alterações internas, muitas delas tiveram ligação direta com o novo organograma, fazendo, desta forma que a unidade tivesse ação direta para atender as devidas necessidades. Começando pela reforma dos gabinetes dos Juizes, com uma nova sala de reuniões, gabinetes com a infra-estrutura necessária, e adequado ambiente para seus assessores. Também a Procuradoria Regional Eleitoral passou por uma leve reforma visando conferir melhor espaço e conforto para os servidores daquele local. No piso térreo, menciona-se a alteração e modernização da sala de sessões, obra esta que visa propiciar um *layout* com o devido conforto, e praticidade, tendo como seu grande diferencial a instalação da Sessão Virtual, onde equipamentos de informática e projetores de multimídia darão uma nova performance a Justiça Eleitoral.

A Supervisão de Projetos Especiais, dentro de suas atribuições específicas, desenvolveu trabalhos e projetos objetivando modernizar e dar melhor conforto aos operadores da Justiça Eleitoral, tais como: elaboração de projeto para reforma do piso do ático, visando a ampliação definitiva do refeitório e, com a aplicação de pisos apropriados, facilitar a manutenção e limpeza daquela área; elaboração de projeto para nova comunicação visual do TRESA, tanto em sua área externa quanto em suas dependências internas, procurando com isso melhorar a identificação do edifício-sede no contexto urbano em que se encontra inserido, bem como facilitar a orientação e circulação do público interno e externo nas dependências da edificação; adequação do hall dos elevadores do décimo pavimento, criando um novo e adequado ambiente com recepção e espera, melhorando o atendimento e a triagem daqueles que se dirigem aos gabinetes da Presidência, Corregedoria e Direção-Geral. A referida Supervisão elaborou e encaminhou pedido para contratação de projeto arquitetônico para construção do novo prédio para Depósito de Urnas Eletrônicas e almoxarifado do TRESA, a ser construído no terreno cedido pelo Patrimônio da União localizado na Avenida Beira-Mar do Município de São José, o que permitirá que as urnas eletrônicas, bem como todo material de almoxarifado, sejam devidamente armazenados dentro das normas e técnicas adequadas e especificamente projetadas para esse fim, o que possibilitará a devolução à CONAB, das das centrais de armazenamento atualmente utilizados pelo TRESA. Muitos outros trabalhos fizeram parte do cotidiano desta Supervisão, trabalhos esses que se deparam em cada canto, setor, ambiente e trazem uma nova harmonia para todos que aqui freqüentam.

Reforçando as iniciativas acima mencionadas, a Supervisão de Manutenção Predial e de Móveis e Equipamentos destacou-se por dar, com diversas atividades, o amparo técnico necessário a todas as unidades, desde simples soluções (troca de lâmpadas, aperto de maçanetas, instalação de aparelhos telefônicos, etc.) até operações que puderam resultar em um grande diferencial de qualidade e segurança para os trabalhos rotineiros e para a eficiente realização das Eleições. Assim, destacamos inicialmente alguns trabalhos realizados para a melhoria permanente: instalação de sistema de áudio e vídeo para transmissão das sessões do Pleno; habilitação da faixa de ramais DDR; reestruturação das tomadas de piso e quadro de distribuição da sala de múltiplo uso (reestruturação essa que assegurou inclusive os tranqüilos trabalhos no período eleitoral); adequação e instalação do Cartório Eleitoral do Município de Gaspar; adaptação da Sala de Sessões no 9º andar; manutenções preventivas nos sistemas elétrico, hidráulico, telefônico, de monitoramento de vídeo de segurança, de extinção de incêndio, de equipamentos de elevadores e de climatização. Com relação aos trabalhos para as eleições, também foram realizados: preparação e adequação de ambientes da Sede para as Eleições 2004 (Laboratórios da SIE, suporte da SIE–QG, Serviço de Atendimento ao Eleitor – 148, Votação paralela, Central de Divulgação, Central de Armazenamento de Urnas Eletrônicas – CONAB), preparação e adequação estas que passaram por operações como instalações elétricas, telefonia, pintura, alteração de *layout*, climatização, e outros; levantamento e encaminhamento das necessidades de materiais elétricos para as Zonas Eleitorais para atendimento de aproximadamente 4.000 locais de votação; Gerenciamento das instalações de sistemas de telefonia para suporte às Eleições; Instalação de disjuntor para Grupo Gerador (equipamento que deu margem de segurança absoluta para que, se necessário fosse, se restabelecesse a condição normal de energia no prédio sede nos dias de eleições).

À Seção de Administração do Edifício cabe, além da responsabilidade das supervisões acima citadas, controlar diversas outras atribuições, que visam harmonizar e maximizar esforços entre várias áreas para um perfeito atendimento logístico ao público interno e externo, desde o controle e o acompanhamento de todos os seus subordinados até a elaboração de projetos para a aquisição de bens e serviços para o prédio sede e Cartórios Eleitorais, tais como:

- acompanhamento e fiscalização, em conjunto com o serviço de vigilância e com o apoio do sistema de monitoramento, de todos os acessos efetuados às dependências do prédio-sede do TRES, bem como a chegada e retirada de volumes, adotando, para tanto, todas as medidas de segurança necessárias;

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

- acompanhamento e fiscalização da execução de serviços contratados por este Tribunal, tais como: limpeza e conservação, vigilância, motoristas, copa, telefonia, ascensoristas e jardinagem;
- expedição e distribuição de correspondências – aproximadamente 18.360 foram expedidas;
- manutenção de veículos – a Seção, além de desempenhar com zelo, visando segurança e boa aparência da instituição e seus servidores, busca ainda oferecer um serviço de qualidade no atendimento às diversas unidades de forma eficaz, estudando os itinerários para os traslados, sejam eles locais ou no interior, em viagens aos diversos pontos para as eleições, bem como a perfeita manutenção preventiva e corretiva dos veículos. Faz também controle de consumo de combustíveis, óleo lubrificante, pneus, e outros suprimentos necessários para a manutenção da frota. Vale ainda ressaltar o auxílio técnico na elaboração dos projetos de aquisição de veículos da frota do TRES e no gerenciamento de locação de veículos para atender às necessidades.

A Seção de Protocolo, por solicitação dos diversos setores deste Tribunal, bem como do público externo teve um importante papel no recebimento e na tramitação de documentos, principalmente no período eleitoral, bem como no recebimento, tramitação e guarda de documentos internos deste Tribunal, onde, além da movimentação física dos referidos documentos, ainda passa pela delicada e técnica tarefa de registro no sistema SADP, possibilitando a qualquer usuário a pesquisa. Foram protocolados 15.891 documentos, dos quais 8.748 foram inseridos no SADP e 7.143 encaminhados apenas com anotação manual, em formulário próprio.

4 SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

Consoante as disposições regimentais da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, compete à Secretaria de Recursos Humanos “planejar, coordenar, orientar e dirigir as atividades referentes à administração de pessoal”, com a participação das Coordenadorias — de Pessoal e de Desenvolvimento de Recursos Humanos — e da Seção de Assistência à Saúde e Benefícios, bem como da Supervisão de Assistência Médico-Social.

Registre-se, a princípio, o sempre crescente número de procedimentos administrativos que tramitam na Casa, estando atualmente concentrados no Gabinete da Secretaria todos os trabalhos referentes à autuação e ao encaminhamento dos procedimentos administrativos da área, além de todas as comunicações dos atos processuais aos interessados e a realização de diligências necessárias ou requeridas tanto pela Presidência como pela Direção-Geral.

Convém destacar que nesta gestão foram atuados 879 procedimentos administrativos, dos quais 371 correspondem a indicação ou dispensa de servidores das Zonas Eleitorais, 61 a solicitações de treinamento e capacitação de servidores desta Secretaria, 311 a serviço extraordinário e 21 a requisição de servidores, havendo ainda 115 que dizem respeito a requerimentos de servidores com vistas a averbações, admissões, promoções e outros.

São, também, atribuições do Gabinete desta Secretaria a publicação semanal do *Boletim Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (BITRESC)*— que compila as informações enviadas por meio eletrônico pelas unidades administrativas do Tribunal que são de interesse do corpo interno da Casa —, bem como de suas edições extraordinárias, sempre que há determinação da Presidência ou da Direção-Geral.

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

Nesse passo, informa-se que foram publicadas, no exercício de 2004, 56 edições, que foram afixadas no Mural da Secretaria de Recursos Humanos – no saguão de entrada do Tribunal –; publicadas na Intranet, de modo a possibilitar o amplo acesso de todos os servidores desta Justiça Especializada, e entregue pessoalmente às unidades administrativas: Presidência, Corregedoria, Procuradoria, Direção-Geral, Secretarias, Assessorias e Coordenadoria de Controle Interno.

O referido *Boletim* encontra-se no terceiro ano de publicação, sendo matérias de publicação as resoluções administrativas do Tribunal, as portarias da Presidência, Vice-Presidência e Direção-Geral que tenham reflexo no corpo funcional da Casa, como as relativas a concessão de diárias, designação e dispensa de funções comissionadas, designações de comissões, grupos de trabalho, além de licenças, afastamentos, férias, averbações de tempo de serviço e extratos de decisões em procedimentos administrativos de cunho relevante.

Neste ano, destaca-se a criação do Serviço de Psicologia na Supervisão de Atendimento Médico-Odontológico, que tem proporcionado assistência e apoio psicológico aos servidores do Quadro e a seus dependentes, aos requisitados e em exercício provisório na Secretaria deste Tribunal e a seus dependentes, além de possibilitar o atendimento dos estagiários aqui lotados.

Acrescente-se, ainda, o desenvolvimento das atividades realizadas no âmbito da Secretaria, com o apoio das Coordenadorias, com vistas à preparação do Concurso de Remoção, realizado no ano de 2004, bem como do Concurso Público a ser realizado em 2005.

4.1 COORDENADORIA DE PESSOAL - (CP)

À Coordenadoria de Pessoal coube a execução de atribuições regimentais relacionadas aos assentamentos individuais de todos os servidores da Secretaria; informações de ordem legal, jurisprudencial e doutrinária, nos procedimentos administrativos da Secretaria de Recursos Humanos; processamento de folhas de pagamento, bem como o registro e controle dos colaboradores da Justiça Eleitoral lotados nos Cartórios Eleitorais.

As atividades desempenhadas durante o exercício de 2004 pelas Seções e pela Supervisão afetas à Coordenadoria são relacionadas a seguir.

4.1.1 Seção de Cadastro

Expedição das carteiras funcionais dos servidores efetivos e dos Juízes da Casa; elaboração, distribuição e conferência das fichas de frequência dos servidores do Quadro de Pessoal e dos Cartórios Eleitorais da Capital, bem como dos requisitados e dos lotados provisoriamente na Secretaria do Tribunal; envio dos ofícios de frequência dos requisitados e dos lotados provisoriamente aos respectivos órgãos de origem; fornecimento, à Seção de Pagamento, das informações com reflexos sobre os pagamentos de vencimentos, de vantagens e adicionais dos servidores do Quadro de Pessoal; instrução dos procedimentos administrativos referentes a pessoal; expedição de certidões, declarações e mapas de tempo de serviço; preenchimento do formulário Força de Trabalho e seu posterior envio ao Tribunal Superior Eleitoral; controle e processamento do cálculo do serviço extraordinário prestado pelos servidores em geral; fornecimento de informações solicitadas por outras unidades de lotação; prestação de informação à Coordenadoria de Controle Interno acerca do Rol de Responsáveis deste Tribunal; recolhimento e arquivamento da Declaração de Bens e Rendas de detentores de funções/cargos comissionados; recolhimento, arquivamento e envio, ao Tribunal de Contas da União, da Declaração de Bens e Rendas dos membros do Tribunal da Categoria Jurista; organização, manutenção e atualização dos dados cadastrais dos servidores do Quadro de Pessoal, dos requisitados e dos lotados provisoriamente na Secretaria do Tribunal, bem como dos inativos e dos pensionistas; organização, manutenção e atualização dos registros de funções e lotações dos servidores do Quadro de Pessoal, dos requisitados e dos lotados provisoriamente na Secretaria do Tribunal; elaboração de ofícios e portarias referentes aos atos específicos da Coordenadoria; organização, manutenção e atualização dos registros e assentamentos individuais dos servidores do Quadro de Pessoal; alimentação de dados no Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos (SGRH).

4.1.2 Seção de Legislação e Normas

A Seção de Legislação e Normas efetua permanente pesquisa, atualização e indexação a respeito da legislação pátria, da jurisprudência dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União, com especial enfoque da área de pessoal, de modo a auxiliar outras unidades da Secretaria e a orientar os servidores ativos, inativos e pensionistas do TRES, bem como a prestar informações nos requerimentos e procedimentos administrativos que tramitam na Secretaria de Recursos Humanos e a elaborar consultas sobre os temas controversos.

No decorrer do ano de 2004 foram feitas consultas atinentes à área de pessoal, consubstanciadas em procedimentos administrativos

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

autuados pela Secretaria de Recursos Humanos, e prestadas informações em seus procedimentos administrativos.

Foram redigidas, ainda, minutas de resoluções administrativas e de portarias.

Com relação aos processos de aposentadoria ou pensão, além das constantes revisões e atualizações, mediante apostilamentos e portarias, foi efetuado o levantamento de todos os atos concessórios e retificatórios de aposentadoria ou pensão encaminhados ao Tribunal de Contas da União, pendentes de apreciação por aquela Corte, procedendo-se à atualização das movimentações processuais, via Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (SISAC-TCU) com vistas ao acompanhamento constante dos atos sujeitos a apreciação e registro pelo Tribunal de Contas da União.

No que se refere às diligências recebidas nesta Corte, procedentes do Tribunal de Contas da União, afetas à área de pessoal, deu-se o devido encaminhamento às decisões da Presidência do TRESA, em conformidade com as determinações emanadas daquela Corte de Contas.

Com relação às demais atividades desenvolvidas nesta Seção, merece citação o acompanhamento das publicações no *Diário Oficial da União*, com especial enfoque na jurisprudência do Tribunal de Contas da União e nos processos do TRESA em tramitação perante aquela Corte.

No que se refere às decisões proferidas pela Presidência ou pela Direção-Geral em procedimentos administrativos com repercussão financeira sobre os vencimentos/proventos dos servidores ativos, inativos e ou pensionistas da Secretaria, foi efetuada a cientificação pessoal dos servidores interessados, bem como da Seção de Pagamento da Coordenadoria de Pessoal, para a adoção das providências pertinentes.

Destacam-se, ainda: proposta de alteração da Resolução TRESA n. 7.304/2002, que disciplinava o serviço extraordinário prestado pelos servidores da Secretaria do TRESA e dos Cartórios Eleitorais da Capital; cálculo do tempo total de contribuição dos servidores da Secretaria do TRESA, para fins de concessão de aposentadoria; atendimento individual aos servidores interessados, mediante agendamento de horário, visando ao esclarecimento das dúvidas relacionadas à decisão proferida pela Presidência nos autos do Procedimento Administrativo SRH n. 59/98, assim como às regras de aposentadoria vigentes e ao tempo de contribuição para a concessão do referido benefício, à luz da Emenda Constitucional n. 41/2003.

4.1.3 Seção de Pagamento

Elaboração das tabelas remuneratórias; emissão de relatório e esclarecimentos para cumprimento de auditoria da Coordenadoria de Controle Interno; elaboração e entrega das declarações referentes à Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) das respectivas folhas de pagamento; elaboração de previsões orçamentárias; manutenção dos sistemas de processamento de dados das folhas de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como dos Juízes integrantes do TRESP, Juízes, Promotores, Escrivães, Chefes de Cartório Eleitoral e requisitados dos Cartórios Eleitorais; execução e conferência de cálculos pertinentes às folhas de pagamentos; cálculo e pagamento de serviço extraordinário, substituição e férias; pagamento mensal da remuneração para todos os servidores ativos, inativos e pensionistas e gratificações dos Juízes integrantes do TRESP; pagamento mensal da gratificação aos Juízes, Promotores, Escrivães e Chefes de Cartório das Zonas Eleitorais do Estado; pagamento mensal aos estagiários da Secretaria, bem como do Interior a partir de junho; emissão de relatórios específicos; cálculo de atrasados; elaboração de ofícios diversos, certidões e declarações referentes aos pagamentos; informações nos procedimentos administrativos em cumprimento às diligências relativas a esta Seção.

Além das atividades descritas, pertinentes a esta Seção, foi implementado, no mês de maio, o contra-cheque on-line, com a colaboração da Secretaria de Informática, o que tornou possível aos servidores ativos da Secretaria, bem como àqueles que se encontram lotados nos Cartórios Eleitorais, o acesso para consulta e/ou impressão da remuneração mensal imediatamente depois do fechamento da folha. Tal procedimento minimizou os custos materiais e operacionais, permitindo que o tempo despendido na impressão e entrega dos contracheques fosse redirecionado a outras atividades.

4.1.4 Supervisão de Controle dos Cartórios Eleitorais

Finalização da base de Dados Cadastrais dos Servidores Cartorários; continuação do Projeto de Cadastramento On-line das Freqüências das Zonas (com o auxílio da servidora contratada Tânia Castro – Suporte/SI); implementação e manutenção do Sistema Incorp 2 (em parceria com a Secretaria de Informática); instrução de procedimentos administrativos relativos aos servidores dos Cartórios Eleitorais do interior do Estado; elaboração de certidões e declarações referentes aos dados cadastrais e aos períodos de atuação nas funções eleitorais dos Juízes, Promotores, Escrivães (até 19.2.2004), Chefes de Cartório e Auxiliares Eleitorais; confecção de portarias de dispensa,

designação ou substituição de Juízes, Chefes de Cartório e Escrivães Eleitorais; recebimento e conferência das frequências, enviadas mensalmente via correio eletrônico, do pessoal dos Cartórios Eleitorais [Juízes, Promotores, Chefes de Cartório, Escrivães (até 19.2.2004) e Auxiliares Eleitorais]; manutenção do relatório ao TSE, referente aos Juízes Eleitorais; envio de informações para a Força de Trabalho (relatório TSE); controle dos biênios dos Juízes do TRESA; cálculo do serviço extraordinário dos Auxiliares Eleitorais e dos Chefes de Cartório; relatórios para fins de atualização dos cálculos referentes ao pagamento da URV aos Juízes, Promotores, Chefes de Cartório e Escrivães Eleitorais; elaboração de Certidões de Tempo de Serviço solicitadas pelos servidores dos Cartórios Eleitorais; envio de informações à Seção de Pagamento para confecção da folha mensal dos serventuários dos Cartórios Eleitorais; recadastramento anual dos servidores aposentados e dos pensionistas, em conjunto com a Seção de Cadastro da Coordenadoria de Pessoal.

4.2 COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - (CDRH)

Durante a atual gestão, a Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos priorizou a capacitação dos servidores do Quadro, com foco na preparação das eleições municipais.

Foram realizados vários eventos abrangendo temas relacionados ao processo eleitoral, envolvendo a participação de servidores das diversas unidades da Casa e de outros Tribunais Eleitorais.

Com a aprovação pelo Pleno do Tribunal, na sessão do dia 12 de maio de 2004, da Resolução n. 7.391, que institui a Política de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, as ações de capacitação no âmbito do TRESA passaram a ter como norte esse instrumento, cujo propósito é servir como referencial teórico à promoção e à orientação das ações de capacitação e estimular o crescimento constante dos servidores, por meio do desenvolvimento de habilidades técnicas, humanas e conceituais, conjugando objetivos individuais e organizacionais.

A partir da aprovação do supracitado ato normativo e em atendimento ao disposto no seu art. 6º, X, a CDRH retomou os estudos voltados para a concessão, aos servidores do Quadro, de auxílio-bolsa de estudos para cursos de graduação e de pós-graduação. Atualmente, minuta de resolução regulamentando o assunto encontra-se na Direção-Geral para avaliação dos pareceres exarados pelas unidades técnicas.

As ações voltadas à qualidade de vida no trabalho tiveram continuidade, por meio do programa de ginástica laboral, com aulas

diárias de 15 minutos em sete unidades da Casa, com o objetivo principal de prevenir doenças osteomusculares, minimizando os impactos do sedentarismo, promovendo maior integração entre os servidores, a melhoria do bem estar e a diminuição do estresse.

Em complementação ao programa foi criada, na Intranet, uma página específica sobre qualidade de vida no trabalho, para divulgação de artigos abordando temas como Ansiedade, Depressão, Ergonomia, LER e DORT, entre outros.

Por iniciativa desta Coordenadoria, que elaborou projeto a respeito do assunto e o submeteu à Administração, foi implementada a campanha Mesário Voluntário, visando a recrutar e selecionar cidadãos para assumirem voluntariamente a função de Mesário, buscando não apenas favorecer um clima de satisfação na condução dos trabalhos eleitorais, mas também melhorar a qualidade dos serviços prestados. A campanha teve ampla aceitação por parte da população, e o número de inscrições superou as expectativas.

Foram implementadas, ainda, várias ações voltadas à valorização do servidor, à busca do equilíbrio entre trabalho e qualidade de vida, à humanização do ambiente de trabalho e ao favorecimento da integração entre os servidores. Entre elas, cabe destacar as semanas comemorativas do Dia das Mães e do dos Pais e a festa junina, realizadas pela primeira vez no Tribunal, as quais contaram com participação expressiva dos servidores.

Com a criação, pela Lei n. 10.842/2004, de cargos efetivos destinados às Zonas Eleitorais, foi autorizada pela Presidência da Casa a realização de Concurso de Remoção, possibilitando aos atuais servidores a opção pela lotação nas Zonas Eleitorais da Capital ou do interior do Estado.

O concurso, aberto pelo Edital de Concurso de Remoção n. 1/2004, de 6 de dezembro de 2004, contou com a inscrição de treze servidores.

Para o cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária, inscreveram-se quatro candidatos, tendo todos logrado classificação na Zona Eleitoral de primeira opção.

Para o cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa, inscreveram-se nove servidores, sendo que apenas dois não conseguiram lotação em uma das Zonas Eleitorais de opção.

Ainda com vistas ao provimento dos cargos efetivos criados pela Lei n. 10.842/2004 que não foram preenchidos pelo concurso de remoção, bem como o dos cargos vagos ou que vierem a vagar na Secretaria do

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

TRESC, foi autorizada pelo Tribunal, por meio da Resolução TRES n. 7.435, de 2 de dezembro de 2004, a realização de concurso público.

As ações de capacitação levadas a efeito neste exercício procuraram dar cumprimento ao Plano Anual de Capacitação – 2004, tendo sido priorizados os servidores com direito a movimentação funcional no decorrer do ano, em atendimento ao disposto na Resolução TRES n. 7.391/2004, que instituiu a Política de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, e na Resolução TSE n. 21.251, de 15 de outubro de 2002, que dispõe sobre o desenvolvimento, na carreira, dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo dos Tribunais Eleitorais.

A esses e aos demais servidores foram ofertados os treinamentos solicitados no Levantamento de Necessidades de Capacitação 2004, condicionada a participação dos servidores à disponibilidade orçamentária e à autorização da Direção-Geral.

Serão detalhadas, a seguir, as principais atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos no exercício de 2004, implementadas pela Seção de Planejamento e Treinamento e pela Seção de Recrutamento, Seleção e Avaliação Funcional.

4.2.1 Seção de Planejamento e Treinamento

Foram organizados, no período, os seguintes cursos/eventos internos (organizados pela CDRH, realizados ou não nas dependências do TRESC, ministrados por instrutores internos ou por terceiros contratados, destinados à habilitação, à atualização ou ao aperfeiçoamento dos servidores): A Redação Oficial: O Texto e o Contexto (28 participantes); A Reforma da Previdência (31 participantes); A Reforma da Previdência do Servidor Público (28 participantes); Administração Patrimonial e Almoxarifado no Serviço Público (10 participantes); Formação de Pregoeiros (9 participantes); Linguagem e Programação JAVA – Módulo 2 (13 participantes); Processo Administrativo Disciplinar (25 participantes); Técnica Legislativa (29 participantes); Práticas do SIAFI e Análise das Demonstrações Contábeis a Distância (12 participantes); Pregão Eletrônico (11 participantes).

Foram realizados também eventos internos voltados especificamente à preparação das Eleições 2004: Reunião do Grupo de Estudos Prestação de Contas de Campanha Eleitoral (11 participantes); Treinamento no Sistema de Prestação de Contas Informatizado, dirigido aos Diretórios Regionais dos Partidos Políticos (25 participantes); Treinamento nos Sistemas de Candidaturas, Horário Eleitoral e *Outdoor* – Turma 1, dirigido a servidores dos Tribunais do AC, ES, RJ, RS, SP e TO

(18 participantes); Treinamento nos Sistemas de Candidaturas, Horário Eleitoral e *Outdoor* – Turma 2, dirigido a servidores dos Tribunais de GO, MS, MT, PR, RS e SC (21 participantes); Treinamento dirigido aos servidores dos Cartórios Eleitorais e aos Gerentes Regionais – junho/2004 (240 participantes); Treinamento dirigido aos Chefes dos Cartórios Eleitorais e aos Gerentes Regionais – agosto/2004 (160 participantes); Treinamento nos Sistemas de Totalização – Turma 1, dirigido aos servidores dos Tribunais de MT, ES, DF, MG, RO, GO e RR (20 participantes); Treinamento nos Sistemas de Totalização – Turma 2, dirigido aos servidores dos Tribunais do PR, RS, SC, SP, MS e RJ (22 participantes); XII Encontro de Juizes Eleitorais (102 participantes); Treinamento dos Gerentes Regionais (54 participantes); Treinamento de Técnicos Analistas das Prestações de Contas de Campanha (207 participantes).

Além desses, foi providenciada a participação de servidores em cursos/eventos externos (organizados por pessoa física ou jurídica especialmente contratada para esse fim, destinados à habilitação, à atualização ou ao aperfeiçoamento dos servidores), a saber: 1º Seminário da Rádio Justiça: O radiojornalismo público e a Justiça (1 participante); 1º Simpósio Catarinense de Direito Eleitoral (19 participantes); 5º Fórum Internacional de *Software* Livre (3 participantes); Capacitação para o Setor Público (1 participante); Capacitação Técnica de Pregoeiro e Equipe de Apoio (2 participantes); Como se atualizar em Legislação de Pessoal (4 participantes); Curso no *software* Art Lantis Render (3 participantes); Curso no *software* Vector Works – Avançado (3 participantes); Curso no *software* Vector Works – Básico (1 participante); Curso Temático – Eleições 2004 (27 participantes); Elaboração de Projeto Básico – passo a passo (2 participantes); Entrevistas e Seleção por Competência (3 participantes); II Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública (2 participantes); Programa de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em *Software* Livre (1 participante); Seminário “Digitalização de Documentos: Uma Abordagem Arquivística” (1 participante); Seminário Especial: Planos de Saúde – Alternativas, instrumentos de controle e regulamentação (3 participantes); Seminário “Metodologias e Processo de Desenvolvimento de *Software*” (1 participante); Gestão Predial – Definições, Estratégia e Metodologias (1 participante); IV Fórum Nacional de Licitações e Contratos (2 participantes); 7ª Construsul – Feira da Indústria da Construção Civil (1 participante); Legislação de Pessoal – como se atualizar (1 participante); XI Encontro Catarinense de Arquivos (1 participante); XVIII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo (2 participantes); Planejamento, Controle e Otimização de Frotas (1 participante); Licitação para Obras e Serviços de Engenharia – Aspectos Jurídicos (3 participantes); Linguagem e Redação Jurídico-Judiciária (3 participantes); Sistema de Registro de Preços – Como implantar e manter (4 participantes); Constelações Empresariais Sistêmicas (1 participante); Semana de Administração Orçamentária e Financeira & Modalidade de Compras do Governo Federal (1 participante); XIV Congresso Brasileiro de Perícia e Auditoria Médica (2 participantes); V Congresso Paranaense

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

de Direito Administrativo (2 participantes); XXIII Painel de Biblioteconomia em Santa Catarina (2 participantes); III Simpósio do TRT da 12ª Região sobre Questões de Direito Constitucional do Trabalho (1 participante); Consolidação da Orçamentação para o *Referendum* (2 participantes); Sistema de Acompanhamento de Contratos – SIAC (4 participantes); Mestre de Cerimônias (1 participante); Diálogo Público – o TCU em conversa com o cidadão (15 participantes); Sistema PER/DCOMP – Versão atual do programa – Restituição, Ressarcimento e Compensação no âmbito da Secretaria da Receita Federal (1 participante); Treinamento no novo Sistema SISAC - TCU (3 participantes); CBTD 2004 – Congresso Brasileiro de Treinamento e Desenvolvimento (1 participante); Administração de Contratos – Visão Global (1 participante); Análise de Balancetes e Balanços (2 participantes).

Foi também viabilizada por esta Coordenadoria a participação de servidores da Secretaria nos seguintes cursos/eventos promovidos pelo TSE: 2º Encontro do Grupo de Logística (6 participantes); 3º Encontro das Coordenadorias de Comunicações da Justiça Eleitoral (3 participantes); 2ª Reunião do Grupo de Trabalho “Sistema de Divulgação de Resultados” (1 participante); Audiência no Tribunal Superior Eleitoral (2 participantes); Formação de Multiplicadores para Operação das Urnas Eletrônicas (2 participantes); Formação de multiplicadores para treinamento de Mesários – TRE/PR – turma 1 (3 participantes); Formação de Multiplicadores para treinamento de Mesários – TRE/PR – turma 2 (2 participantes); Formação de Multiplicadores para Treinamento de Mesários – TSE (1 participante); I Encontro das Unidades de Jurisprudência dos Tribunais Eleitorais (2 participantes); I Seminário de Direito Eleitoral do TRE/BA (5 participantes); II Ciclo de Estudos Preparatórios para as Eleições Municipais de 2004 (3 participantes); Instalação da Escola Judiciária Eleitoral – TRE/RN (2 participantes); IV Seminário de Direito Eleitoral do TRE/PA (1 participante); Reunião “Treinamento de Mesários” (2 participantes); Reunião com a Diretora de Programas Especiais da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) (1 participante); Reunião com a Equipe de Testes de Urna Eletrônica (2 participantes); Reunião com a Equipe de Testes dos Sistemas de Totalização (1 participante); Reunião com o Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral (3 participantes); Reunião de Diretores-Gerais da Justiça Eleitoral (2 participantes); Reunião do Grupo de Trabalho “Normatização” (1 participante); Reunião do Grupo de Trabalho “Prestação de Contas da Campanha Eleitoral” (GESPCC) – janeiro 2004 (1 participante); Reunião do Grupo de Trabalho “Prestação de Contas de Campanha Eleitoral” (GESPCC) – março 2004 (1 participante); Reunião do Grupo de Trabalho “Prestação de Contas de Campanha Eleitoral (GESPCC) – abril 2004 (1 participante); Reunião do Grupo de Trabalho “Proposta Orçamentária 2005” – TRE/PR (2 participantes); Reunião do Grupo de Trabalho “Sistema de Divulgação de Resultados” (1 participante); Reunião do Grupo de Trabalho “Sistemas de Candidaturas e de Propaganda Eleitoral” – TSE (1 participante); Reunião do Grupo de Trabalho “Sistemas de Candidaturas e de Propaganda Eleitoral” – TRE/SE (1 participante); Reunião do Grupo de

Trabalho "Sistemas de Totalização" (1 participante); Reunião do Grupo de Trabalho "Sistemas de Urna Eletrônica" (1 participante); Reunião dos Diretores-Gerais e Secretários de Informática da Justiça Eleitoral (3 participantes); Reunião dos Secretários de Orçamento e de Administração da Justiça Eleitoral (2 participantes); Reunião Ordinária do Comitê Técnico de Controle Interno (1 participante); Reunião para apresentação e discussão referente do protótipo de novo sistema de proposta orçamentária para a Justiça Eleitoral (1 servidor); Reunião para o levantamento de requisitos para desenvolvimento do Módulo I de Mesários – Sistema ELO (1 servidor); Reunião relativa à liberação de recursos orçamentários para as Eleições 2004 (1 participante); Reunião sobre contratação de técnicos para as Eleições 2004 (1 participante); Reunião sobre o Sistema CONVOC (1 participante); Reunião Técnica das Secretarias de Orçamento e Finanças e de Administração (2 participantes); Teste em Campo dos Sistemas Informatizados para as Eleições 2004 (1 participante); Treinamento do Sistema ELO – módulo convocação (1 participante); Treinamento no Sistema ASI – Módulos de Almoxarifado e de Patrimônio (2 participantes); Treinamento no Sistema Integrado de Proposta Orçamentária (SIPO) (2 participantes); Treinamento no Sistema de Proposta Orçamentária 2005 (2 participantes); Treinamento nos sistemas Montador de Dados (MODA), Gerador de Mídias (GM), Controle de Correspondência (SISGcc), Cadastro Nacional de Eleitores Off-line (CADOFF) e Aplicativos da Urna Eletrônica (3 participantes); Treinamento Sistema de Controle de Serviços – Contrato TSE 10/2003 – (CTIS) (1 participante); Treinamento sobre Sistemas de Gerenciamento e Acompanhamento de Urnas Eletrônicas (SIGUAE) 1ª Turma (2 participantes); Treinamento sobre normas e SPCE I – Módulo Candidato e Comitê (3 participantes); V Seminário de Licitações e Contratos da Justiça Eleitoral (5 participantes); VII Encontro do Colégio de Corregedores da Justiça Eleitoral do Brasil (6 participantes); Encontro de Administradores de Banco de Dados da Justiça Eleitoral (1 participante); Audiência com o Diretor-Geral do Supremo Tribunal Federal – STF (2 participantes); Equipe de Testes de Sistemas das Urnas Eletrônicas (2 participantes); Sistema de Divulgação de Resultados das Eleições 2004 (2 participantes); Reunião do Grupo de Estudos de Prestação de Contas de Campanha Eleitoral (GESPCC) (1 participante); Testes em campo – funcionamento da integração dos Sistemas Eleitorais (1 participante); Reunião de Administradores de Redes (1 participante); Homologação do Sistema de Divulgação de Resultados (1 participante); Auditoria e Votação Paralela (2 participantes); Reunião com o Diretor-Geral do TSE (2 participantes); Reunião dos Secretários de Informática da Justiça Eleitoral (1 participante); Reunião para discussão da Lei n. 10.842 e suas regulamentações (3 participantes); Suporte ao Sistema SPCE Fase II para as Zonas Eleitorais (1 participante); Disseminação dos Procedimentos de Exame das Contas de Campanha Eleitoral (2 participantes); Reunião com o Diretor-Geral do TSE (1 participante); Reunião para as áreas técnicas dos Tribunais Regionais Eleitorais da Região Sul (2 participantes); Gestão de Contratos – 1ª etapa (2 participantes); Reunião de Secretarias de Orçamento e Finanças e de Administração (2 participantes); Gestão de Contratos – 2ª etapa (2

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

participantes); Reunião com o Diretor-Geral do TSE (1 participante); Reunião de Avaliação Geral das Eleições 2004 (8 participantes); Gestão de Contratos – 3ª etapa (2 participantes); VI Encontro dos Dirigentes da Área Judiciária dos Tribunais Eleitorais (1 participante); Sistema de Prestação de Contas dos Partidos Políticos (SPCP) (2 participantes); GT Sistemas de Candidaturas e de Propaganda Eleitoral (1 participante).

4.2.2 Seção de Recrutamento, Seleção e Avaliação Funcional

4.2.2.1 Admissão e desligamentos de concursados

Durante esta gestão foram nomeados, em virtude de aprovação em concurso público realizado no ano de 2002, dois servidores para os cargos de Analista Judiciário, Área Judiciária e um servidor para o cargo de Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado – Biblioteconomia nas vagas surgidas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal.

Três servidores solicitaram vacância no cargo, por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, e, outros três servidores pediram exoneração.

Por meio da Resolução n. 7.377, de 22 de abril de 2004, o Tribunal resolveu não prorrogar a validade do concurso público realizado em 2002 para provimento de cargos efetivos vagos no Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, pelo que expirou no dia 24 de abril, para os cargos de Analista Judiciário – Área Judiciária e Área de Apoio Especializado – Biblioteconomia; e Técnico Judiciário – Área Administrativa, e no dia 14 de maio, para o cargo de Analista Judiciário – Área de Apoio Especializado – Taquigrafia.

Em 16 de junho de 2004 foi editada a Resolução n. 7.399, que dispõe sobre a transformação da Área de Atividade de Serviços Gerais e respectiva Especialidade Transporte – do cargo efetivo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina –, em área de Atividade Administrativa.

Dessa forma, ficarão automaticamente transformados em Área de Atividade Administrativa, na medida em que vagarem, os atuais cargos efetivos de Técnico Judiciário da Área de Atividade de Serviços Gerais, Especialidade Transporte.

4.2.2.2 Estágio probatório

Com base na Resolução n. 7.332/2003, que dispõe sobre a avaliação do desempenho durante o período de estágio probatório dos servidores do Quadro de Pessoal desta Casa, foram avaliados dezoito servidores.

4.2.2.3 Acompanhamento e avaliação funcional

A Presidência da Casa, com base na Resolução TSE n. 21.251/2002, que dispõe sobre o desenvolvimento, nas carreiras, dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo dos Tribunais Eleitorais, concedeu progressão funcional a treze servidores, todos com efeitos financeiros retroativos ao primeiro dia subsequente à data em que completaram o interstício.

4.2.2.4 Programa de estágio

Na atual gestão, os procedimentos de seleção de estagiários, regulamentados pela Portaria P n. 401/2003, foram suspensos até 31 de dezembro pela Portaria P n. 229, de 26 de março de 2004. Os processos seletivos para contratação de estudantes do curso superior de Administração e do curso técnico de Sistemas de Informação da CEFET, em andamento na data de assinatura da Portaria, foram concluídos.

O programa de estágio, instituído pela Resolução 7.038/1997, sofreu importantes alterações, determinadas pela Resolução n. 7.406, de 29 de junho de 2004, a qual estabeleceu novo quantitativo de estagiários para a Secretaria, ampliou a carga horária semanal dos estagiários de ensino médio profissionalizante e ensino superior para até 30 horas e instituiu o recesso de 10 dias a cada semestre para essas categorias, se o estágio tiver duração igual ou superior a um ano.

A Portaria P n. 295, de 24 de maio de 2004, alterada pela Portaria P n. 364, de 5 de julho de 2004, determinou a contratação de 343 estagiários para atuarem nas Zonas Eleitorais durante o período eleitoral.

Para viabilizar essa contratação, foram firmados 67 convênios com instituições de ensino do interior do Estado, 19 das quais de ensino superior e 48 de ensino médio.

4.2.2.5 Requisição de servidores

Foram requisitados, no exercício de 2004, dezessete servidores. Desses, um assumiu suas funções na Secretaria deste Tribunal e seis encontram-se lotados nas Zonas Eleitorais desta Circunscrição.

Procedeu-se, ainda, à solicitação de trinta e seis prorrogações de requisição de servidores que prestam serviços nesta Justiça Especializada, das quais, dezenove foram atendidas pelos respectivos Órgãos de origem.

4.2.3 SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E BENEFÍCIOS

4.2.3.1 Programa de Assistência à Saúde

No corrente ano foram desenvolvidas atividades de rotina, tais como: conferência de faturas/notas fiscais de prestação de serviços e dos relatórios analíticos de faturamento da Unimed; elaboração e conferência de planilhas de cálculo mensais de despesas médicas Unimed (modalidade indireta, forma dirigida do PAS) e particulares (forma livre escolha do Programa), com cotas de participação dos servidores e do Tribunal; inclusão e exclusão de usuários no Programa e na Unimed; controle do relatório analítico Unimed de cobrança das taxas de inclusão/exclusão e manutenção mensais; encaminhamento de dados do Programa para publicação no BITRESC.

Em janeiro foram efetuados os cálculos do segundo rateio previsto no § 3º do art. 25 da Resolução n. 7.318/2002, e no primeiro trimestre foram devolvidas aos participantes as parcelas do primeiro rateio previsto no art. 27 da citada Resolução, ocorrido no mês de dezembro de 2003.

Foram mantidas as negociações com a Unimed acerca da tabela de preços contratuais, culminando com a assinatura dos Termos Aditivos n. 12/2004 e n. 127/2004 ao Contrato n. 143/2002, bem como para acordo acerca de melhorias no modo de autorização de serviços, a ser consolidado em novo termo aditivo ao contrato.

4.2.3.2 Auxílio-Alimentação

Foi atualizado o cadastro de beneficiários e elaborada planilha de reajuste do benefício, com cálculos retroativos, de acordo com a Portaria TSE n. 233/2004. Foram efetuados os cálculos para pagamento do auxílio aos servidores requisitados em exercício na Secretaria do TRESA, bem como aos substitutos dos titulares detentores de função comissionada lotados nos Cartórios Eleitorais da Capital.

4.2.3.3 Auxílio-Transporte

Com relação ao Auxílio-Transporte foram elaboradas planilhas mensais de cálculo do benefício dos servidores do Quadro da Secretaria e desenvolvidas outras atividades inerentes ao controle do benefício.

4.2.3.4 Programa de Assistência Pré-Escolar

No tocante à Assistência Pré-Escolar, foi mantido atualizado o cadastro de beneficiários, foram fornecidas informações à Seção de Pagamento para fins de consignações em folha, foi elaborada planilha de reajuste do benefício, com cálculos retroativos, de acordo com a Portaria TSE n. 308/2004, e foram realizadas outras atividades relacionadas ao benefício.

4.2.4 SUPERVISÃO DE ATENDIMENTO MÉDICO-ODONTOLÓGICO

As atividades desenvolvidas no ano de 2004 pela Diretoria de Serviço de Assistência Médico-Social (DSAMS) até 11.3.2004, e, posteriormente, pela Supervisão de Atendimento Médico-Odontológico (SAMO), visaram às ações que promovessem a saúde plena, envolvendo o bem-estar biopsicossocial do corpo funcional deste Tribunal, e de seus dependentes. As ações administrativas objetivaram um melhor aproveitamento dos recursos humanos e financeiros destinados à assistência à saúde.

As modalidades de atendimentos estão se expandindo; a partir de julho a SAMO começou a contar com o Serviço de Psicologia.

Foram prestados, ao longo de todo o ano, atendimentos médicos, odontológicos e de enfermagem, de caráter eletivo e emergencial. Os profissionais da saúde e os responsáveis pelos serviços administrativos desta Supervisão disponibilizaram seus conhecimentos técnicos aos beneficiários que os procuraram, objetivando a resolução rápida e segura de seus problemas, num total de 6.031 (seis mil e trinta e um) procedimentos.

4.2.4.1 Atividades administrativa e assistencial

Foi efetuada a relação anual de materiais de consumo médico, odontológico e de enfermagem, bem como a aquisição desse material, para que o atendimento se fizesse da melhor forma possível.

Foram realizadas reuniões com os servidores da Supervisão para a adequação e uniformização das normas vigentes. Emitidos vários pareceres técnicos quando solicitados. Desenvolveram-se auditorias nas contas médicas e odontológicas, consubstanciadas em relatórios mensais.

Procedeu-se ao controle e à anotação de todos os procedimentos na modalidade indireta, forma livre escolha (despesas particulares), consoante preconiza a Resolução TRESC n. 7.318/2002, que aprovou o Programa de Assistência à Saúde.

Providenciou-se na Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina o alvará sanitário dos profissionais que atuam nesta Diretoria, bem como, na Delegacia Regional do Trabalho, a avaliação do grau de insalubridade das atividades desenvolvidas. Ainda, em observância às normas legais, por orientação da Delegacia Regional do Trabalho, solicitou-se a renovação dos contratos relativos ao monitoramento do grau de radiação emitido pelo aparelho de raio-X do consultório odontológico, bem como da empresa especializada para o recolhimento do lixo contaminado, de forma a adequar o procedimento às normas da Secretaria Estadual de Saúde.

Quando solicitado, houve a participação de servidor nas reuniões com a Unimed, objetivando discutir o aditamento proposto pela contratada, no intuito de corrigir distorções constatadas durante o segundo ano de vigência do atual contrato com aquela empresa.

Foi ainda efetivado o cadastramento do Ambulatório Médico da SAMO no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina, conforme determinação da Lei n. 6.839/1980 e da Resolução CFM n. 997/1980.

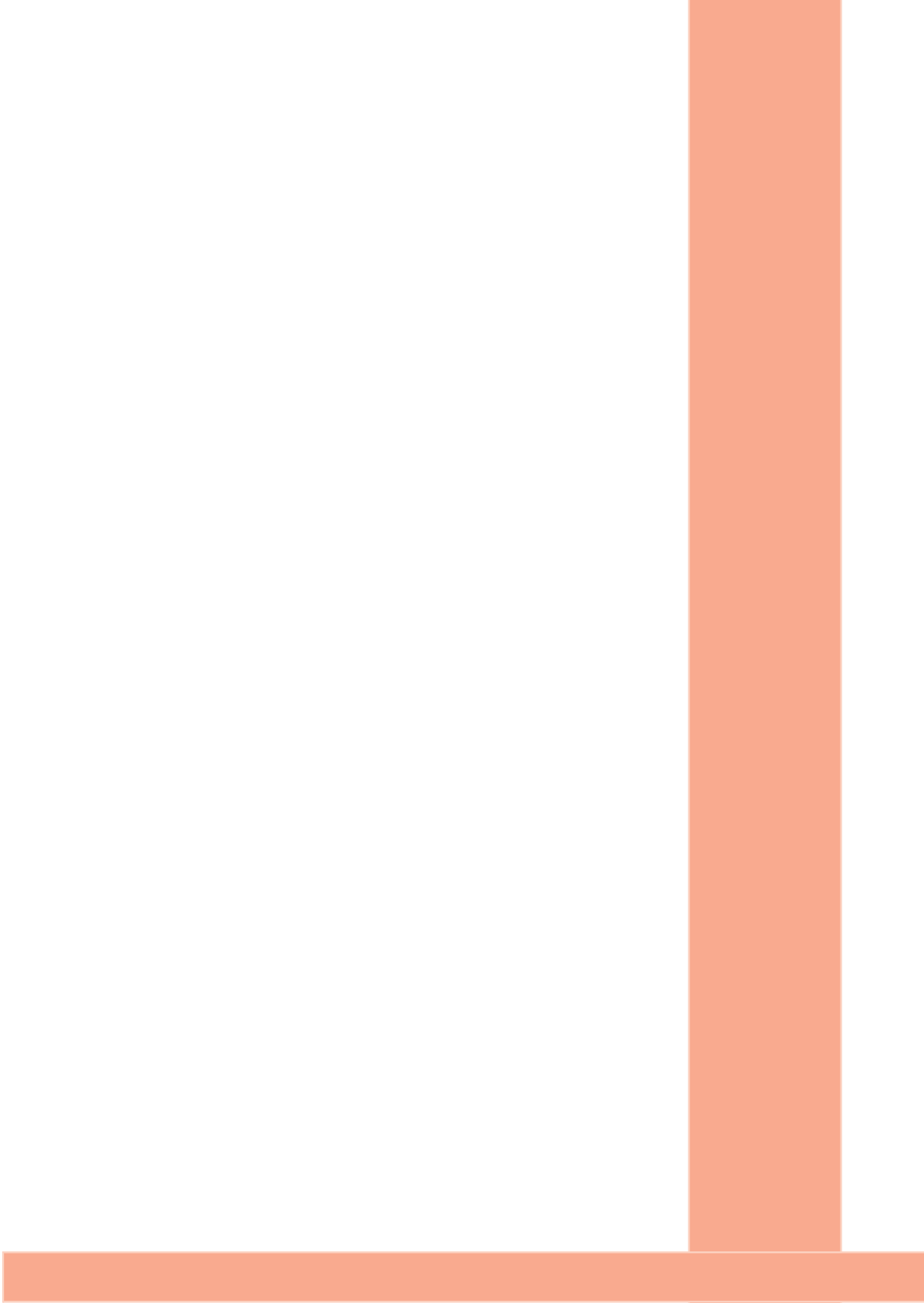
Foram efetuados os exames médicos periódicos nos servidores, dando-se especial atenção às queixas clínicas que porventura pudessem

estar relacionadas com as lesões por esforços repetitivos. Por ocasião dos referidos exames, efetuou-se a atualização vacinal. Durante os múltiplos atendimentos prestados aos servidores e aos seus dependentes, nas diversas áreas (médica, odontológica e de enfermagem), colocaram-se à sua disposição conhecimentos especializados nas áreas de cardiologia, neurologia e pediatria, bem como de endodontia (procedimentos básicos).

Até a presente data, foram distribuídos para oitenta servidores, conjuntos de dispositivos ergonômicos preventivos a patologias de LER/DORT, compostos de apoio para digitação e base para mouse.

No decorrer do exercício, foram realizadas, por profissionais da Unimed e desta Supervisão, palestras sobre os mais variados temas relacionados à saúde preventiva.

Ainda nesse período foram firmados os convênios com o TRT da 12ª Região/SC e a Justiça Federal de 1º grau em Santa Catarina, objetivando a realização de perícias odontológicas.



5 SECRETARIA DE INFORMÁTICA E ELEIÇÕES

Em 2004, a antiga Secretaria de Informática recebeu nova denominação, Secretaria de Informática e Eleições (SIE), refletindo a importância que as atividades eleitorais têm na missão da Secretaria. Na mesma ocasião, criaram-se no seu âmbito a Coordenadoria de Informática e a Seção de Planejamento e Acompanhamento das Eleições (esta vinculada à Coordenadoria de Eleições), medida que contribuiu para definir uma nova forma de operação da Secretaria e garantir maior sinergia com as ações das demais unidades do TRESC – não apenas no período eleitoral, mas em todas as atividades.

Em um ano marcado pela realização de eleições municipais, a Secretaria atuou em todas as frentes sob sua responsabilidade, não apenas de forma direta, como também apoiando e prestando suporte às atividades de responsabilidade de outras unidades, como a Central de Atendimento – 148, a divulgação de resultados e a campanha Mesário Voluntário. Além da realização da eleição em si (com inovações como a apuração estruturada em pólos, no segundo turno), a SIE teve ainda a oportunidade de lançar nova versão do pioneiro Sistema de Convocação de Mesários, incluindo técnicas de inteligência artificial na seleção dos mesários e de outros auxiliares, e de desenvolver o Sistema de Divulgação Simples, adotado por diversos outros TREs, o qual permitiu ao TRESC divulgar na Internet e oferecer à imprensa CDs com o resultado (incluindo o sempre tão aguardado Relatório de Votação por Seção) poucas horas após o encerramento da apuração.

As Zonas Eleitorais tiveram instalado o novo Sistema de Filiação Partidária, e as maiores tiveram multiplicada (em até 4 vezes) a sua velocidade de comunicação de dados com o TRESC. Os servidores da Secretaria da Casa passaram a contar com Sistemas de Contracheque Eletrônico e de Mensagens Instantâneas, entre outros, e mais de 10.000 imagens digitalizadas de documentos oficiais do Tribunal foram disponibilizadas na Internet por intermédio do Sistema ITAR. Mesmo em

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

se tratando de ano eleitoral, foram realizadas oito eleições da comunidade (não-oficiais) e uma consulta plebiscitária.

Para permitir a renovação e a atualização tecnológica da Secretaria do TRESA, foram adquiridos, entre outros itens, 82 computadores do tipo *desktop*, 11 estações de trabalho para desenvolvimento de sistemas, 12 impressoras *laser* e 4 *notebooks*.

Ainda, toda a SIE se envolveu no desenvolvimento do protótipo das Eleições Eletrônicas do Futuro, de autoria do Desembargador Carlos Prudêncio. Este projeto foi demonstrado à comunidade em diversas ocasiões, sempre atraindo a atenção dos eleitores e também da imprensa, com divulgação nacional.

Todas as atividades acima são detalhadas nos relatórios que seguem, agrupadas conforme os órgãos da SIE em que foram realizadas, juntamente com as demais atividades relevantes de cada um deles.

5.1 SEÇÃO DE CONTROLE DO CADASTRO ELEITORAL

Seção que gerencia o processamento dos dados do Cadastro Eleitoral do Estado, fazendo a ligação Zona Eleitoral – TRE – TSE nas questões técnicas relativas à alimentação do Sistema de Alistamento Eleitoral (SAE). Além disso, controla a qualidade dos trabalhos pelo levantamento das necessidades operacionais dos Cartórios Eleitorais, ministrando treinamentos, propondo ritos e sugerindo novas ferramentas para aprimoramento dos trabalhos.

Cabe, ainda, à Seção gerenciar os eventos sazonais ou excepcionais que envolvem o SAE, providenciando rotinas especiais, instruções para os Cartórios e controles específicos.

Em 2004 foram desenvolvidas as seguintes atividades:

5.1.1 Implantação da nova versão do Sistema Título *Online*

A partir de 1º de janeiro de 2004, passou a vigorar a Res. TSE 21.538, alterando os procedimentos referentes a operações RAE - revisão e transferência e FASE (inserção de novos códigos). A fim de dar cumprimento à nova determinação, o Sistema Título *Online* sofreu adaptações, resultando na atualização da versão do sistema utilizada pelos Cartórios Eleitorais do Estado, importando testes de validação do

sistema, cronograma e escala de atualização, instruções e suporte técnico operacional (juntamente com o Seção de Suporte em Informática).

5.1.2 Implantação do novo Sistema de Filiação Partidária

Em março de 2003 foi implantado um novo sistema para controle e administração do Cadastro Eleitoral. Esse sistema chamado ELO, substituiu a ferramenta SAECLIENT, implantada no final de 1997.

No começo de 2004 o TSE, após desvincular do histórico dos eleitores a filiação partidária registrada mediante comando de FASEs, criou o Sistema de Filiação Partidária. A nova ferramenta foi desenvolvida como uma opção do ELO.

A cada Zona do Estado foi enviado o novo sistema, juntamente com as instruções para sua instalação e uso. Todos os procedimentos foram orientados e monitorados pela Seção de Controle do Cadastro Eleitoral, juntamente com o Seção de Suporte em Informática.

Convém mencionar a grande quantidade de orientações expedidas por esta Seção na implantação da nova sistemática, tendo em vista que: a) em cada Cartório foi instalado o sistema ELO, para que o Sistema de Filiação Partidária pudesse ser usado; b) em cada Cartório foi instalado um sistema auxiliar (Módulo Digitação) para a produção das listas de filiação que fossem entregues em papel (e não no formato indicado pelo TSE, em meio magnético).

Na primeira quinzena de abril houve a recepção das novas listas de filiação partidária pelos Cartórios. Sendo o novo sistema centralizado nacionalmente, o acesso às bases de dados tornou-se extremamente crítico, exigindo da Seção a adoção de esquemas especiais e orientações específicas para contornar esse problema.

5.1.3 Fechamento do Cadastro

Em maio de 2004, o Cadastro de Eleitores foi fechado para novas inscrições, conforme determina o art. 91 da Lei n. 9504/1997. É notório neste período o grande fluxo de pessoas tendo em vista o encerramento do prazo para alistamentos e transferências, principalmente nos últimos dias, exigindo da Seção acompanhamento especial às Zonas Eleitorais. Tal acompanhamento abrange:

- planejamento especial da preparação e envio de formulários de títulos, adequado à demanda excepcional;

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

- tendo em vista as transferências e mesmo os alistamentos, realização ordinária dos procedimentos de movimentação e junção de Seções Eleitorais (DE-PARA);
- no dia do fechamento, esquema especial de plantão até o atendimento do último eleitor;
- tratamento do Banco de Erros em todo o Estado, em conjunto com os Cartórios, supervisionando-os e prestando-lhes suporte direto, assim como verificando, com o TSE, o processamento das novas inscrições até sua conclusão.

5.1.4 Eleições Municipais

Concluídos os trabalhos relativos ao fechamento do Cadastro, diminuíram consideravelmente as atividades pertinentes à Seção em si. A equipe passou a se envolver nas atividades preparatórias das Eleições (Gerências e Forças-Tarefa).

Não obstante, remanesceram, ainda:

- o processamento das segundas-vias de títulos, até dez dias antes das eleições (art. 52 do Código Eleitoral);
- recepção, conferência e envio às Zonas Eleitorais dos cadernos de votação, com a posterior supervisão do trabalho de conferência minuciosa realizada por cada Cartório (eleitor por eleitor);

Para as Eleições Municipais, a equipe do Cadastro desmembrou-se: três integrantes assumiram Gerências Regionais (dentre estes, um também foi designado para compor duas das forças-tarefa) e um permaneceu no TRE, representando a Seção e assumindo posto na Força-Tarefa Urna Eletrônica.

5.1.5 Reabertura do Cadastro

Encerrados os trabalhos de apuração, reabriu-se o Cadastro às novas inscrições.

Nesse período, alterações no Sistema ELO fizeram necessária a adaptação do aplicativo usado para atendimento ao eleitor em SC (Título *On-line*), o que modificou a rotina do envio de arquivos ao TSE e, conseqüentemente, exigiu da equipe trabalho especial em conjunto com o Setor de Desenvolvimento.

5.2 SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE DO PATRIMÔNIO DE INFORMÁTICA

A Seção de Administração e Controle do Patrimônio de Informática mantém atualizado o registro patrimonial dos equipamentos de informática, gerenciando seu armazenamento e sua distribuição, bem como propondo ampliações e atualizações do parque de informática do TRESA.

As atividades desenvolvidas pela Seção podem ser divididas nos temas abaixo:

5.2.1 Atividades específicas da Seção

Tendo como atribuição a administração e o controle do parque computacional do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, esta Seção efetua o diagnóstico do equipamento com problema e, se estiver coberto pela garantia, entra em contato com a empresa fornecedora para efetuar a troca ou o reparo; caso contrário tenta resolver o defeito, inclusive adquirindo peças. Durante o ano foram realizados 98 procedimentos de abertura de chamado para os equipamentos em garantia.

Quando os problemas nos equipamentos acontecem nas Zonas Eleitorais estes são recebidos na sede do Tribunal para verificação e adoção das medidas descritas no parágrafo anterior. Após os procedimentos específicos, foram enviados 377 equipamentos para as Zonas Eleitorais durante o ano.

Com o rápido avanço tecnológico na área de informática, é necessária constante pesquisa e acompanhamento de *sites* e revistas especializadas para atualização dos conhecimentos, buscando propor a aquisição de novas tecnologias e novos equipamentos para uso no ambiente da Justiça Eleitoral. Esta Seção propôs a aquisição de diversos equipamentos para serem utilizados no TRESA e nas Zonas Eleitorais.

Por outro lado, também é necessária a avaliação dos equipamentos que se encontram sem utilização, verificando sua obsolescência ou desgaste, avaliando inclusive o preço do mercado para o conserto, classificando-os, então, para possível processo de doação.

Também é de responsabilidade desta Seção a movimentação dos equipamentos e a montagem de laboratórios necessários aos testes de sistemas eleitorais, bem como a organização e controle do estoque de peças de reposição e de equipamentos.

5.2.2 Atividades conjuntas com a Seção de Suporte em Informática e com a Coordenadoria de Informática

Juntamente com a Seção de Suporte à Microinformática, são atendidos chamados efetuados por usuários na área de *hardware*, tanto provenientes das Zonas Eleitorais, quanto dos setores do Tribunal. Foram atendidos 993 chamados referentes a equipamento da sede do TRESA e 324 aos das Zonas Eleitorais. Esses chamados são subdivididos em áreas para facilitar o controle e o gerenciamento da mão-de-obra técnica que efetua o serviço. Somente na área de 'problemas com microcomputador' foram atendidos 340 chamados, ou seja, 34% do total.

Ainda, conjuntamente com a Seção de Suporte, são montados laboratórios para testes antes da remessa dos equipamentos para as Zonas Eleitorais ou para os diversos setores do TRESA.

Durante o ano, foi necessária a elaboração de projeto básico visando à adequação dos pontos de rede da sala de sessões, em virtude da reforma que ocorreu no local. Tal projeto foi desenvolvido em conjunto com a Seção de Redes de Comunicação de Dados.

5.2.3 Elaboração de pedidos de conserto e de aquisições de equipamentos e materiais

Para cada aquisição ou solicitação de conserto faz-se necessária pesquisa de mercado para verificação dos modelos disponíveis e da existência de peças, bem como a avaliação com relação ao custo, levando em consideração a utilização por parte do TRESA.

Em 2004 foi solicitado o conserto de diversos equipamentos que não estavam cobertos pela garantia, bem como a aquisição de novos equipamentos para uso no TRESA. Dentre esses, destacam-se pela inovação tecnológica os microcomputadores a serem utilizados na sala de sessões, que utilizarão tecnologia *touch-screen* nos monitores, microcomputadores portáteis com comunicação *wireless*, mouses *ópticos* e memórias com tecnologia DDR. Também pode ser destacada pela relevância a aquisição de 93 microcomputadores, 32 impressoras *laser*, 100 estabilizadores e 212 discos rígidos.

5.2.4 Outras atividades

Além das atividades anteriormente descritas, este setor esteve diretamente envolvido em tarefas de gerenciamento da instalação e de alteração da tecnologia de comunicação de dados, bem como na confecção

de pequenas redes de informática para microcomputadores nas Zonas Eleitorais, e na montagem e desmontagem de ambientes físicos do TRESA, relativos à parte de informática, utilizados nas eleições (ex.: Central de Atendimento – 148, Sala de Imprensa, Votação Paralela, QG do Suporte, etc.).

Houve a participação de cinco integrantes da equipe da Seção atuando como gerentes regionais e auxiliares junto às Zonas Eleitorais do Estado durante as eleições.

Visando manter o parque de informática em perfeito funcionamento, foi gerenciado pela Seção e efetuado pelos técnicos, viagem a todas as Zonas Eleitorais com o intuito de efetuar manutenção preventiva em todos os equipamentos existentes, tendo como objetivo a diminuição da quantidade de problemas. Isso traz benefícios para administração do Tribunal, pois diminui as quebras dos equipamentos, evitando que as Zonas Eleitorais percam produtividade e melhorando a qualidade do atendimento aos eleitores e do processo produtivo.

5.3 COORDENADORIA DE INFORMÁTICA - (CI)

A criação da Coordenadoria de Informática é, em si, um ato que não pode deixar de ser inserido na lista de atividades desempenhadas no TRESA no período abrangido por este relatório. Expressão clara da atenção que o Presidente deste Tribunal dedica aos avanços da tecnologia da informação, a existência de um órgão de direção dedicado exclusivamente aos sistemas informatizados permitiu imprimir impulso adicional ao destaque que Santa Catarina sempre garantiu para si no que tange à aplicação da tecnologia de ponta para o aumento do desempenho e da eficácia nas atividades eleitorais.

Mais do que isso, a existência de uma Coordenadoria de Informática permitiu dar atenção maior à automação de procedimentos administrativos internos do TRESA, sem deixar de atender às necessidades típicas do período eleitoral, mesmo considerando a exigüidade dos quadros técnicos disponíveis para realizar tarefas desse porte.

Tendo sempre em vista as recomendações recebidas da Presidência do Tribunal quando no momento da recente instituição da nova unidade que as reúne, a Coordenadoria de Informática e suas cinco seções técnicas de informática alcançaram uma dinâmica de trabalho coesa e harmoniosa para permitir o alcance das metas de automação, armazenamento de dados, disseminação de informações, gerenciamento de infra-estrutura e suporte técnico especializado. Dessa

forma, os esforços de cada um dos técnicos foram somados para realizar um grande rol de atividades e implantações ao longo de 2004.

5.3.1 Eleição eletrônica do futuro

O projeto Eleição Eletrônica do Futuro, de autoria do Des. Carlos Prudêncio, teve grande projeção ao longo de todo o ano de 2004. Esse projeto esteve em evidência durante todo o ano, obtendo espaço nos principais telejornais e órgãos de imprensa.



Imagens exibidas em matéria do Jornal da Globo sobre o projeto

A Coordenadoria de Informática desenvolveu um protótipo do sistema e realizou votações simuladas em diversas ocasiões. Tendo como diferenciais o uso de computadores comuns, a identificação biométrica do eleitor e a possibilidade de votar em qualquer município, o sistema atraiu a atenção da população em todas as demonstrações ocorridas no período eleitoral.

5.3.2 Sistemas administrativos

Uma das diretrizes recebidas no momento da criação da Coordenadoria de Informática do TRESA foi a de dar atenção especial ao desenvolvimento de soluções informatizadas para as suas necessidades administrativas internas, mesmo considerando a premência das atividades típicas do período eleitoral.

Nesse sentido, foram envidados esforços especiais para atender a uma importante parcela da demanda existente. Não se pretende esgotar a lista de iniciativas a respeito, mas merecem destaque algumas delas, como o desenvolvimento do Sistema de Controle de Estagiários e de

uma solução própria de disponibilização on-line de contracheques eletrônicos, atendendo a solicitação da Coordenadoria de Pessoal. De modo a facilitar a implantação e minimizar o impacto sobre as rotinas do setor solicitante, foi atendida a proposta original de desenvolver-se solução para gerar os contracheques on-line a partir do mesmo sistema informatizado que já gerava sua contrapartida em papel.

A nova versão do Sistema de Informações Corporativas, desenvolvida e implantada pela Seção de Desenvolvimento de Sistemas, agregou a possibilidade de incorporar e padronizar diversas bases de dados corporativos do TRESA, permitindo inclusive a integração com o Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos padronizado nacionalmente pelo TSE. Por determinação da Direção-Geral, desde abril todos os setores do Tribunal responsáveis por tabelas de dados registrados no Incorp2 passaram a ser obrigados a mantê-las atualizadas, de modo a agilizar as comunicações internas e a consulta de dados.

Os sistemas disponibilizados pela Seção de Desenvolvimento Internet/Intranet também avançaram a passos largos, e merecem destaque neste relatório o Sistema de Ouvidoria do TRESA, que cria um canal de comunicação direta por meio do qual todos os integrantes da Justiça Eleitoral, no âmbito catarinense, passaram a contar com um canal de comunicação via Intranet diretamente com a administração do TRESA. O sistema foi construído de forma a levar as mensagens com segurança, sem intermediários, diretamente à Caixa de Entrada da Assessoria Especial da Presidência.

Complementando a iniciativa acima, a Seção de Redes de Comunicação de Dados criou sistema de comunicação que permite o envio facilitado de mensagens de correio eletrônico ao conjunto de Juizes Eleitorais e ao conjunto de Promotores Eleitorais atuando em Santa Catarina. De maneira que ilustra a sinergia entre os diversos setores possibilitada pela informatização, as nominatas e os endereços eletrônicos necessários ao funcionamento desse sistema são atualizados automaticamente a cada vez que a Coordenadoria de Pessoal atualiza as bases de dados respectivas no já mencionado sistema Incorp2. Instalou-se, ainda, sistema de mensagens instantâneas permitindo diálogo imediato entre usuários da rede interna do TRESA. Desta forma, pela primeira vez, foi possibilitada, durante as sessões, a comunicação imediata entre o Secretário das Sessões do Pleno e as unidades que apóiam suas atividades.

De forma a maximizar o aproveitamento dos arquivos digitalizados pelo TRESA em sua iniciativa pioneira de converter para formato eletrônico as imagens de todos os seus acórdãos e resoluções, foi implantado pela Seção de Administração de Banco de Dados o sistema ITAR, que permite a consulta ao inteiro teor de acórdãos e resoluções. Desenvolvido pelo TSE, esse sistema sofreu manutenção evolutiva de forma a não apenas resolver inconsistências com outras bases de dados

corporativas, como ainda a permitir a inserção de aproximadamente 10.000 arquivos de imagem que o TRESA já havia digitalizado anteriormente à disponibilização do sistema, por intermédio de um método desenvolvido localmente baseado em *software* livre.

O Sistema Gerenciador de Informações Partidárias também recebeu manutenção evolutiva por parte do Setor de Administração de Sistemas e agora permite que as Zonas Eleitorais emitam, via Intranet, certidões com a composição de órgãos partidários.

Este relato não poderia estar completo sem menção dos desenvolvimentos da Seção de Suporte em Informática, que, embora sejam menos visíveis que todos os demais, não têm por isso a sua importância diminuída. Em 2004, o suporte especializado de informática do TRESA desenvolveu e implantou sistema que permite a disseminação de informações e roteiros de solução para os problemas mais frequentemente enfrentados por seus técnicos (tanto na Secretaria do TRESA quanto nas Zonas Eleitorais), e realizou uma série de atividades com a intenção de elevar ainda mais a segurança das estações de trabalho da Justiça Eleitoral em Santa Catarina no que tange à resistência contra vírus e invasões.

5.3.3 Eleições municipais 2004 – Sistemas eleitorais e infraestrutura

A realização das Eleições municipais 2004 pôde, mais uma vez, contar com a infraestrutura de informática do TRESA, que correspondeu às expectativas e garantiu a necessária segurança, flexibilidade e celeridade, tanto no primeiro turno em todo o Estado, quanto no segundo, organizado de maneira inédita em Centrais de Transmissão. A Coordenadoria de Informática em conjunto organizou-se na forma da tradicional Central de Suporte, cujo núcleo é a Seção de Suporte em Informática (que se expande para atender à demanda), mas que é reforçada por recursos não apenas da Coordenadoria, mas também da SIE e pelos demais integrantes das forças-tarefa criadas, por portaria da Direção-Geral, para atender às necessidades específicas geradas pelos diversos sistemas e processos eleitorais.

Nesse ano, a Central de Suporte pôde ser instalada no ambiente próprio da Seção de Suporte em Informática, cujo *layout* foi ampliado e adaptado para acolher a estrutura adicional que se agrega nesse período. Mais de trinta técnicos com formação na área tecnológica foram contratados especialmente para absorver as necessidades especiais de atendimento e suporte da ocasião, o que permitiu oferecer o nível de serviço necessário a uma logística que impressiona não apenas pelo porte, mas também pela complexidade.

Mas as eleições também ensejaram a necessidade de disponibilização de soluções para a variedade de situações, que a informatização pode tornar mais eficazes, mais ágeis e mais seguras. Exemplo dessa categoria é a versão 5 do Sistema de Convocação de Auxiliares da Justiça Eleitoral (Convoc), que, em sua origem, foi a primeira aplicação para o sistema Windows desenvolvida na Justiça Eleitoral, e que ainda hoje continua sendo o objeto de atenção da Seção de Desenvolvimento de Sistemas, que lança nova versão do sistema a cada eleição. O Convoc é, inclusive, adotado desde 1998 por diversos outros TREs como método oficial de convocação de Mesários, escrutinadores e auxiliares, e sua nova versão traz uma série de inovações, incluindo o aumento da quantidade das convocações automáticas (podendo realizar até trinta por segundo) e a utilização de ferramentas do domínio da inteligência artificial para selecionar para convocação os melhores candidatos para cada uma das vagas, a partir de um conjunto de métricas selecionadas pelo operador do sistema – permitindo assim a adaptação da convocação à realidade socioeconômica de cada Zona Eleitoral.

Na mesma esteira, a Seção de Desenvolvimento de Sistemas também preparou a versão 2004 do seu Sistema de Agregação de Seções, que permitiu identificar Seções Eleitorais de um mesmo local de votação com possibilidade de serem agregadas sem exceder o número máximo de 550 eleitores, otimizando assim todos os recursos (técnicos, suporte, espaço físico e as próprias urnas eletrônicas) da complexa logística envolvida na realização de uma eleição. A versão atual desse sistema possui recursos de integração ao sistema nacional de Preparação da Totalização e é indicada com entusiasmo aos demais TREs pelo próprio TSE.

A Seção de Desenvolvimento Internet/Intranet ativou sistemas on-line para apoio à campanha Mesário Voluntário, que permite aos interessados fazer sua inscrição via Internet e, posteriormente, disponibiliza às Zonas Eleitorais todas as informações coletadas, facilitando-lhes a atividade de convocação e fornecendo ao TRESA a possibilidade de aferição posterior dos resultados obtidos com a campanha. A mesma Seção também realizou um trabalho de criação de formulários e relatórios eletrônicos para facilitar a execução e o controle das atividades de preparação das eleições nas Zonas Eleitorais, e até mesmo agilizar a emissão das atas dos trabalhos das Juntas Eleitorais: pela primeira vez, foi disponibilizado às Juntas Eleitorais um sistema via Intranet com o objetivo de facilitar o preenchimento e a emissão das atas dos trabalhos, sendo apenas necessário preencher os campos com informações sumarizadas de cada pleito/município para o sistema gerar uma ata em conformidade com os padrões utilizados pela Justiça Eleitoral.

O processo eleitoral gera grande volume de dados que são de interesse de vários públicos. Com a intenção de atender a essa demanda com qualidade e de forma expedita, a Seção de Banco de Dados desenvolveu e implantou o Sistema de Consulta a Estatísticas Eleitorais,

disponibilizado via Internet, e também efetuou revisão das Estatísticas do Eleitorado (DataMart) para adaptá-las às recentes alterações de lógicas de processamento por parte do TSE, incluindo adaptações ao novo modelo de filiação partidária. Complementarmente, a mesma Seção desenvolveu serviço na Intranet para acompanhamento pelo TRESA e pelas Zonas Eleitorais dos dados replicados do Sistema de Prestação de Contas Eleitorais. A Seção realiza ainda consultas aos bancos de dados para geração de relatórios para uso interno do Tribunal e para usuários externos (partidos políticos, deputados, prefeituras, etc.), tais como: listagens de eleitores para execução de revisões e eleições na comunidade, listagens e estatísticas de filiados, listagens e estatística de transferências e alistamentos nos municípios e relatórios complementares aos sistemas.

A Seção de Desenvolvimento de Sistemas participou ativamente do Grupo de Trabalho do TSE que especificou o sistema de Divulgação de Resultados utilizado na eleição, cujo projeto se baseou na iniciativa pessoal de dois servidores do TRESA em 2002, os quais criaram para o segundo turno um sistema de divulgação simplificado (e funcional) como alternativa ao sistema oficial do TSE, que não alcançara seus objetivos no primeiro turno. Similarmente, ao perceber que o sistema de divulgação que estava sendo desenvolvido pela equipe técnica do TSE abandonara alguns dos requisitos propostos na especificação oficial e repetia algumas das características observadas em 2002, a Seção de Desenvolvimento de Sistemas do TRESA, mais uma vez, desenvolveu sistema próprio, adotando a mesma filosofia da eleição anterior, mas que, desta vez, já nasceu como uma iniciativa oficial. Como consequência e pela primeira vez na história, no segundo turno da Capital catarinense o resultado por Seção foi divulgado (na Internet e com entrega de CD-ROM aos interessados) no mesmo dia da apuração. Como ocorreu em 2002, outros TRESAs adotaram o sistema alternativo catarinense, pois verificaram em seus Estados as mesmas situações ocorridas em SC.

Outra necessidade típica do período eleitoral é a de conectividade: além de prestar o serviço de comunicação de dados a todas as sedes de Zonas Eleitorais, é preciso garantir a possibilidade de conexão para todos os locais de apuração. Nesse sentido, considerando a nova contratação realizada nacionalmente pelo TSE, a Seção de Rede de Comunicação de Dados e a de Suporte em Informática realizaram todo o procedimento de adaptação, roteirização e instalação das novas linhas da Brasil Telecom em todas as Zonas Eleitorais catarinenses. Incluído neste processo esteve um procedimento de migração realizado por ambas as Seções em menos de 6 horas, abrangendo todas as Zonas com acesso via linha telefônica discada.

Para completar, no período eleitoral são ministrados um sem-número de treinamentos de sistemas, e, em seguida, é necessário apoiar o uso de uma infinidade de *softwares* especializados. A Coordenadoria de Informática se envolve globalmente nesse processo, com destaque

para a Seção de Suporte em Informática, cujas tarefas começam antes do primeiro treinamento e se encerram só depois que o último usuário acabou a impressão do último relatório.

5.3.4 Outras atividades

Todas as Seções da Coordenadoria de Informática realizam atividades ordinárias que não serão aqui extensivamente mencionadas, mas que são de suma importância para o funcionamento do TRESA, pois correspondem à manutenção da infra-estrutura de informática. Tarefas como a administração de usuários, a instalação de novas versões, a manutenção dos equipamentos e dos sistemas de rede e bancos de dados, a administração das cópias de segurança e outras similares mereceriam um capítulo à parte, mas suas descrições técnicas pouco acrescentariam ao teor deste documento – basta que se saiba que elas existem e continuam acontecendo, dia após dia, independentemente de qualquer outra variável.

Entretanto, algumas atividades extraordinárias merecem menção e serão citadas de forma itemizada:

- foi ampliada a velocidade da comunicação de dados disponibilizada para as Zonas Eleitorais de alguns dos maiores municípios do Estado. As de Blumenau, Criciúma, Lages e São José tiveram sua velocidade duplicada, enquanto a de Joinville quadruplicou;
- adquiriu-se grande quantidade de *softwares* para atender à demanda existente por gerenciadores de bancos de dados, sistemas de processamento de imagens, dicionários eletrônicos e sistemas de projeto arquitetônico auxiliado por computador;
- adquiriram-se três estações-base para computação móvel sem fio, bem como os respectivos adaptadores para uso em oito *notebooks* e dois computadores de mesa do TRESA;
- adquiriu-se uma torre de gravação de CDs e um conjunto de equipamentos de armazenamento portátil tipo “Pen Drive”, tendo em vista a utilização nas atividades de suporte e também para facilitar o transporte de dados durante roteiros de manutenção e viagens de gerentes regionais;
- realizou-se um conjunto de testes com a tecnologia Skype para uso de comunicação por voz sobre a rede de dados (VoIP). Os testes demonstraram a impossibilidade de implantação do sistema nas Zonas Eleitorais devido a restrições da arquitetura SIS;

- a Seção de Desenvolvimento de Sistemas ofereceu treinamento e prestou suporte na tecnologia Java para os técnicos das demais Seções, aproveitando a presença em seus quadros do técnico Emerson Cargnin, excepcionalmente qualificado (e autor de artigos em revistas de circulação nacional) sobre o assunto;
- a Coordenadoria de Informática preparou laboratório para testes e adaptações, redigiu roteiros, guias e treinamentos sobre os diversos sistemas eleitorais oficiais sob sua responsabilidade;
- as Seções de Rede e Suporte em Informática intensificaram as atividades de prevenção contra vírus de computadores. Em ação pioneira, coube à equipe do TRESA a primazia em identificar (e comunicar aos administradores de redes envolvidos) os 26 computadores de outros TRESAs que foram atingidos por uma tentativa de infestação em massa de vírus no início do período de preparação eleitoral;
- a Seção de Desenvolvimento Internet/Intranet tem em andamento um processo de reorganização das informações que constam nos sites do TRESA. Para tanto, objetiva-se melhorar o processo de atualização, a facilidade de navegação e a localização das informações com base em normas internacionais de uso. E, ainda, aumentar a participação de colaboradores dos demais setores deste Tribunal com a pesquisa de tecnologias que ofereçam suporte à gestão de conteúdo;
- a Seção de Administração de Banco de Dados implantou e mantém o Sistema de Proposta Orçamentária (SIPO) e realiza as atividades de administração no Sistema Primavera, o qual é a base para o planejamento e acompanhamento da execução das Eleições Municipais 2004;
- a mesma Seção de Administração de Banco de Dados realizou a migração de grande parte dos sistemas corporativos e eleitorais para um novo equipamento servidor recentemente adquirido, e coordenou a instalação de servidores de bancos de dados em 91 Zonas Eleitorais de Santa Catarina como atividade preparatória para o registro de candidaturas;
- a Seção de Suporte em Informática, que presta suporte técnico especializado na área de informática ao TRESA, bem como a todos os Cartórios Eleitorais do Estado de Santa Catarina, registrou o atendimento a 6.450 chamados distribuídos entre sistemas corporativos, aplicativos, de Zonas Eleitorais e de *Hardware*;

- a Seção de Redes de Comunicação de Dados realizou atualização tecnológica no equipamento que realiza a segurança das conexões das Zonas Eleitorais via linha telefônica discada, instalou novos equipamentos servidores de impressão e ativou novas rotinas de administração de cópias de segurança dos dados armazenados nos equipamentos sob sua guarda;
- os projetos de Andamento Processual Eletrônico Inteligente e de Automação de Sessões do Pleno receberam especial atenção em todas as fases de análise ocorridas ao longo de 2004.

5.4 COORDENADORIA DE ELEIÇÕES - (CEL)

5.4.1 Estudos elaborados na Coordenadoria

- Número de vagas nas Câmaras Municipais (2000 x 2004)

Elaboração de estudo contendo banco de dados com tabelas da população e do eleitorado, nos períodos de 2000, 2002 e 2003.

Referido levantamento contempla análise comparativa do número de vagas às Câmaras Municipais conforme foram preenchidas nas Eleições Municipais 2000 com o número de vagas em relação à população 2002 e 2003, de acordo com a interpretação feita pelo Ministério Público de Santa Catarina, a Decisão do Supremo Tribunal Federal, relativa ao Recurso Extraordinário n. 197.917, Resolução TSE n. 21.702/2004 e Proposta de Emenda Constitucional n. 55-A/2001 (vagas nas Câmaras de Vereadores proporcionais à população do município). Esses relatórios foram produzidos por Zona Eleitoral e por município.

Outro documento elaborado foi o acompanhamento da redução no número de vagas por município, conforme informações que são encaminhadas ao TRESA, contendo a situação atual de cada município e o ato formal que ensejou a respectiva alteração (por ex.: acordo judicial, sentença de mérito, emenda à lei orgânica).

Considerando a rejeição, pelo Congresso Nacional, da Proposta de Emenda Constitucional n. 55-A/2001, prevaleceu a regulamentação dada pelo Tribunal Superior Eleitoral à Resolução TSE n. 21.702/2004, que culminou na edição da Resolução TSE n. 21.803/2004, a qual estabelece o quantitativo de vagas às Câmaras Municipais para todos os municípios do país.

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

- Quantitativos de técnicos de urnas e estagiários

Foram elaborados estudos, alterando-se a quantidade de técnicos de urna eletrônica e de estagiários necessários em cada Zona Eleitoral, levando-se em consideração, principalmente, a quantidade de Seções Eleitorais e de municípios que integram a Zona Eleitoral, obtendo-se o número final de 471 técnicos de urna eletrônica e 343 estagiários.

- Listas de candidatos

Proposta apresentada por esta Coordenadoria sobre as listas de candidatos para as Eleições Municipais 2004, defendendo a tese, em síntese, com base nas atividades práticas da votação informatizada, de que bastaria a elaboração de apenas um documento (lista de candidatos) e não de três, como previsto pelo Sistema de Candidaturas (CAND): (lista para cabina, índice numérico e índice onomástico).

Tal proposta foi aprovada pelo Tribunal Superior Eleitoral, por meio da Resolução TSE n. 21.607/2004.

- Quantitativo de Mesas Receptoras de justificativas (MRJ)

Foram realizados estudos tomando por base a quantidade de justificativas recebidas nas Eleições 2002, a fim de verificar o correto dimensionamento do número de Mesas Receptoras de justificativas, bem como da quantidade de urnas em cada uma delas, obtendo-se o número final de 121 MRJ e 220 urnas (1º turno) e 351 MRJ e 444 urnas (2º turno).

5.4.2 Criação da Seção de Planejamento e Acompanhamento das Eleições

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina aprovou, por meio da Resolução TRESA n. 7.368/2004, o Regimento Interno da Secretaria, incluindo, entre as alterações em relação ao regimento anterior, a criação da Seção de Planejamento e Acompanhamento das Eleições, na Coordenadoria de Eleições.

Tal inovação possibilitou a estruturação de um Escritório de Planejamento, até então inexistente, responsável pelo acompanhamento de todas as atividades relativas às eleições.

Essa tarefa passou por um trabalho inicial de revisão das atividades anteriormente levantadas, tendo sofrido atualizações semanais, subsidiadas por informações prestadas pelas diversas unidades da Secretaria deste Tribunal, até a conclusão de todas as atividades.

5.4.3 Gerências Regionais – Eleições municipais 2004

Elaboração da logística de distribuição e alocação das dezoito macrorregiões que integram as Gerências Regionais, com sede em Zonas Eleitorais-Pólos, tendo como modelo a estratégia utilizada para as eleições de 2002.

Nesse estudo foram atualizados os dados estatísticos (eleitores, Seções e locais de votação), bem como os recursos humanos especializados (supervisores e técnicos de urnas, além dos estagiários).

Ainda, considerando a transferência da sede da 91ª Zona Eleitoral para o Município de Itapema, a 80ª Zona Eleitoral foi realocada na Gerência Regional de Joinville, a fim de não sobrecarregar a Gerência Regional de Itajaí.

5.4.4 Teste de *flash-cards*

Como medida preventiva, foi solicitado à Coordenadoria de Informática que desenvolvesse um aplicativo para ser utilizado nas próprias urnas eletrônicas, permitindo que todos os *flash-cards* fossem testados (16.843 unidades). Tal procedimento foi supervisionado pela Coordenadoria de Eleições, tendo sido determinante para minimizar os problemas com as referidas mídias durante o processo eleitoral.

5.4.5 Logística de urnas eletrônicas

Considerando a necessidade de padronizar e organizar as várias etapas do processo eleitoral, a Coordenadoria de Eleições produziu os formulários de controle de geração de mídias, configuração de urnas, recibos de transferência de responsabilidade pelas urnas eletrônicas entre Justiça Eleitoral, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Delegados de Prédios e Mesários, bem como etiquetas para disquetes, *flash-cards*, embalagens das urnas, pastas de mesários, entre outras.

Ainda, foram idealizados, em conjunto com as Zonas Eleitorais e os Correios, os roteiros de distribuição de urnas eletrônicas para os locais de votação, bem como sua coleta para os locais de apuração, disponibilizando-se os diversos documentos correlatos para impressão nos Cartórios Eleitorais.

Registra-se a ampliação da bem sucedida operação de coleta de disquetes e do material dos mesários, realizada nos Municípios de

Relatório de Atividades da Direção-Geral - 2004

Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Blumenau, Bocaina do Sul, Bombinhas, Correia Pinto, Corupá, Criciúma, Florianópolis, Forquilha, Garuva, Governador Celso Ramos, Itajaí, Itapema, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, Navegantes, Nova Veneza, Otacílio Costa, Paineira, Palhoça, Palmeira, Porto Belo, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São José, São José do Cerrito, São Pedro de Alcântara, Siderópolis e Treviso.

Finalmente, merece destaque a experiência efetuada no Município de Florianópolis, no 2º Turno das Eleições municipais 2004, relativa à implantação de nove Centrais de Transmissão de Dados, em que foram revistos os roteiros de coleta de disquetes e urnas, a fim de que os procedimentos de contingência e transmissão de arquivos fossem realizados de forma descentralizada, o que agilizou consideravelmente a conclusão dos trabalhos de apuração.

- Quantificação e definição dos modelos das urnas eletrônicas por Gerência Regional/Zona Eleitoral.

Considerando a quantidade de urnas eletrônicas disponíveis, decidiu-se pela utilização de apenas um modelo de urna eletrônica por Gerência Regional, o que facilitou as atividades de treinamento dos técnicos responsáveis pela sua manutenção, os quais foram capacitados na respectiva sede. A única exceção a essa regra ocorreu nas Gerências Regionais que utilizaram urnas modelo 1998, uma vez que essas não comportam o dispositivo de áudio para eleitores deficientes visuais. Nesses casos, foram remetidas urnas modelo 2000 ou 2004, pela sua semelhança com as modelo 1998, em razão de serem produzidas pelo mesmo fabricante.

Dessa forma, foram encaminhadas 15.109 urnas eletrônicas para as Zonas Eleitorais, para atender um número de 11.714 Seções Eleitorais e 220 urnas destinadas ao recebimento de justificativas eleitorais, assegurando-se um percentual médio de 21% de urnas de contingência.

5.4.6 Materiais para as Eleições municipais 2004

Realizou-se o levantamento dos documentos, formulários e materiais necessários ao desempenho das atividades durante o processo eleitoral, destacadamente aquelas relacionadas aos Cartórios Eleitorais. Esses dados serviram de subsídio à instrução dos procedimentos licitatórios de aquisição dos referidos materiais.

Para tanto, elaborou-se relatório contendo, entre outras informações, a descrição dos documentos, formulários e materiais, a justificativa, a unidade de medida, a base de cálculo específica e o respectivo quantitativo final.

No total, para as Eleições municipais 2004, foram levantados 167 materiais – entre impressos, materiais de expediente e de informática –, necessários à realização do 1º e do 2º turno.

5.4.7 Serviços para as Eleições municipais 2004

Foi procedido ao levantamento dos serviços necessários à realização das Eleições municipais 2004 (1º e 2º turnos), dentre os quais destacam-se:

- distribuição e coleta de urnas eletrônicas, disquetes e pastas de mesários;
- fornecimento de vales-refeição aos mesários escrutinadores e demais auxiliares da Justiça Eleitoral;
- locação de linhas telefônicas fixas para os locais de apuração, centrais e postos de suporte;
- locação de aparelhos telefônicos celulares habilitados.

5.4.8 Atualização do mapa das Zonas Eleitorais

Com a colaboração da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, por intermédio de sua Diretoria de Geografia, Cartografia e Estatística, a Coordenadoria de Eleições promoveu a atualização/adequação do mapa das Zonas Eleitorais do Estado, bem como da malha viária, com o apoio do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado, com vistas à confecção da carta Composição das Zonas Eleitorais – 2004, utilizada como uma ferramenta de consulta e instrução. Referido documento contempla, ainda, um quadro de distâncias entre todas as Zonas, o que auxilia sobremaneira os trabalhos de logística.

5.4.9 Compilação dos dados relativos aos locais necessários às eleições, no âmbito das Zonas Eleitorais

Foi realizada a compilação dos dados e a elaboração dos respectivos relatórios referentes aos locais que funcionaram em 2004, necessários à organização das eleições, informados pelas Zonas Eleitorais, destacando-se os relatórios referentes a:

- locais de apuração;
- centrais e postos de suporte;

- locais de armazenamento de urnas eletrônicas; e
- locais de funcionamento das Mesas Receptoras de Justificativas.

5.4.10 Relatório dos eleitores portadores de necessidades especiais

Foi elaborado relatório dos eleitores – constantes no Cadastro Eleitoral (FASE 396) – portadores de necessidades especiais, separados por tipo de deficiência, dando-se destaque aos eleitores com deficiência visual, para mapear as respectivas Seções e configurar as urnas eletrônicas com *software* especial equipado com áudio.

O referido relatório foi complementado ainda com informações dos Cartórios Eleitorais dando conta da existência de outros eleitores com deficiência visual, cuja ocorrência não foi registrada no Cadastro Eleitoral, o que permitiu que fossem ampliadas as facilidades.

5.4.11 Avaliação dos sistemas das Eleições municipais 2004

Em conjunto com a Coordenadoria de Registro e Informações Processuais (CRIP) da Secretaria Judiciária, a partir da disponibilização pelo TSE, foram iniciadas as avaliações e os testes dos sistemas de Registro de Candidaturas (CAND), horário eleitoral e *outdoor* e, em conjunto com as seções técnicas da Coordenadoria de Informática, os sistemas de Preparação e Gerenciamento TRE/Zona Eleitoral, com o objetivo de verificar todas as rotinas.

5.4.12 Acompanhamento da Totalização das Eleições Municipais 2004 (1º e 2º turnos)

Procedeu-se ao acompanhamento, na Central Totalizadora – QG, das transmissões, recepções e totalizações dos boletins de urna encaminhados pelas Zonas Eleitorais, bem como das gerações de pendências e rejeições.

5.4.13 Gerentes Operacionais

Foram realizados a seleção, a convocação e o treinamento de 97 Gerentes Operacionais, os quais foram alocados nas 91 Zonas Eleitorais

totalizadoras, tendo como funções preponderantes a coordenação e a supervisão das atividades de montagem do local de apuração, prestação de informações técnicas aos partidos políticos, atendimento da Central de Suporte aos Mesários, adequação e funcionamento da Central de Contingências e a totalização das Eleições Municipais 2004.

5.4.14 Manutenção do Cadastro de Locais de Votação do Estado

Esse cadastro soma hoje 4.097 locais de votação, com 13.602 Seções Eleitorais nos 293 municípios.

Trata-se de um cadastro com atualizações semanais, que comportam: inclusão, exclusão e alteração de dados cadastrais, além de remanejamento de Seções, entre locais de votação, Municípios e Zonas Eleitorais. Tais procedimentos, solicitados pelos Juízes Eleitorais, são finalizados por meio de processamento informatizado na Seção de Controle do Cadastro Eleitoral, após registro e minuciosa conferência nesta Coordenadoria, tendo sido realizadas mais de trezentas movimentações.

Ainda, foi realizado o trabalho de agregação de Seções Eleitorais, limitado a 550 eleitores por Seção, com o intuito de reduzir o quantitativo de recursos humanos e de equipamentos envolvidos no processo eleitoral, obtendo-se uma diminuição de 1.888 Seções Eleitorais no Estado.

Como produto dessa manutenção são gerados diversos relatórios estatísticos que são usados em muitas outras atividades da Secretaria do Tribunal.

5.4.15 Realização de plebiscito

Em conformidade com o art. 14, inciso I, da Constituição Federal, regulamentado pela Lei n. 9.709, de 18.11.1998, e em atenção ao Decreto n. 12/2003 da Câmara Municipal de Piçarras, de 15.4.2003, que autorizou a realização de consulta plebiscitária, a Coordenadoria de Eleições deu cumprimento à Resolução TRES n. 7.365, de 2.3.2004 (Processo n. 199, Classe XIV, ano de 2003), de acordo com o que segue:

4.4.2004 – Consulta plebiscitária visando à alteração do nome do Município de **Piçarras** para Balneário Piçarras, a qual envolveu 8.821 eleitores e contou com o comparecimento de 4.830 eleitores, tendo sido obtido o resultado final de 2.526 votos pelo SIM, o que corresponde a 53,02% dos votos válidos.

5.4.16 Eleições da comunidade (não-oficiais)

A realização de eleições não-oficiais, também denominadas eleições da comunidade, regulamentadas pela Resolução TRESA n. 7.010/1996 e pela Resolução TSE n. 19.877/1997, proporciona às entidades organizadas, que prestem serviços à comunidade, a cessão, assistida pela Justiça Eleitoral, de urnas eletrônicas e programas para utilização em eleições que visem à constituição de suas estruturas administrativas.

Ainda, para melhor instruir o pedido, esta Coordenadoria disponibilizou aos interessados o procedimento a ser adotado (www.tre-sc.gov.br/Eleicoes/urna_eletronica/eventos_da_comunidade), detalhando-o, desde o contato prévio com a Comissão Eleitoral da entidade, protocolização do pedido ao TRESA, recepção dos arquivos de eleitores e candidatos/chapas concorrentes, preparação dos dados e alimentação do sistema de configuração, geração de mídias, configuração das urnas eletrônicas, contatos com os Cartórios Eleitorais envolvidos, até a preparação e utilização do banco totalizador.

No ano de 2004 foram realizados oito eventos dessa natureza, envolvendo 17.975 eleitores, os quais estão discriminados a seguir:

28.3.2004 – Consulta prévia interna do Partido dos Trabalhadores (PT) de **Florianópolis**, visando à escolha do candidato do partido à Prefeitura da Capital no pleito municipal de 2004 e dos delegados no encontro municipal do PT. A eleição e a totalização foram realizadas no CEFET (Escola Técnica Federal SC), no Município de Florianópolis/SC, contando com o comparecimento de 597 eleitores de um total de 1.111 filiados ao PT de Florianópolis.

16.4.2004 – Eleição para escolha dos membros do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo do Instituto da Seguridade Social dos Correios e Telégrafos (ECT) – **Postalis**, ocorrida em 25 municípios do Estado, com o envolvimento de 28 Zonas Eleitorais. A eleição contou com 3.268 associados aptos, havendo um comparecimento de 2.487 eleitores e totalização ocorreu na sala 204 da Gerência de Recursos Humanos dos Correios, localizada na Praça XV de Novembro, 242, no Município de Florianópolis/SC.

26.4.2004 – Eleição para a escolha da diretoria do **Grêmio Estudantil** da Escola de Educação Básica **Francisco de Araújo Brusque**, gestão 2004/2006, realizada nas dependências da Escola na Rua Pedro Gracher, 43, Bairro São Luiz, no Município de Brusque/SC, contando com 695 estudantes aptos e comparecimento de 566 eleitores.

15.5.2004 – Eleição para a escolha da **próxima sede do** Encontro Nacional dos Estudantes de Relações Internacionais (ENERI),

ocorrida durante o IX ENERI, evento desenvolvido simultaneamente à I Conferência Mundial de Relações Internacionais. A eleição e a totalização foram realizadas no Centro de Convenções (Centrosul), no Município de Florianópolis/SC. O evento contou com 1.600 estudantes aptos e comparecimento de 875 eleitores.

1º.6.2004 – Eleição para a escolha dos membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (**CIPA**) da Cooperativa de Trabalho Médico (**Unimed**) de **Florianópolis**, gestão 2004/2005, realizada nas dependências da sede da Unimed, situada na Rua Dom Jaime Câmara, 94, e na loja de vendas da entidade cooperativa, estabelecida na Av. Osmar Cunha, 508, ambas no Município de Florianópolis/SC, contando com 288 funcionários aptos e comparecimento de 215 eleitores.

17.6.2004 – Eleição para a escolha da diretoria do **Grêmio Estudantil Kirana Lacerda**, do Colégio Cenecista João Elias Moreira, gestão 2004/2006, realizada nas dependências do Colégio na Rua Coronel Francisco Gomes, 1290, Bairro Anita Garibaldi, no Município de Joinville/SC. O evento contou com o comparecimento 1.234 eleitores de um total 1.435 estudantes aptos.

8.7.2004 – Eleição para a escolha dos membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (**CIPA**) da **JOTUR** – Auto Ônibus e Turismo Josefense Ltda., gestão 2004/2005, realizada no Auditório Germano Spricigo, na sede da empresa, situada na Av. Elza Luchi, 50, no Município de Palhoça/SC, tendo comparecido 316 eleitores de um total de 452 empregados aptos.

28.10.2004 – Eleição para escolha do **Reitor** da Universidade da Região de Joinville (**Univille**), gestão 2005/2008, realizada nos *campi* da Universidade nos municípios de São Bento do Sul e Joinville. Compareceram ao evento 5.044 eleitores de um total de 9.126 eleitores aptos, sendo 8.422 alunos, 261 funcionários e 443 docentes. A totalização se fez por média ponderada dos votos nos 3 segmentos de eleitores e ocorreu no ginásio-escola do *campus* da Universidade, no Município de Joinville/SC.

5.4.17 Sistema de histórico de eleições – *HistElei*

A partir de 1998, a atualização do *HistElei* está automatizada (transferência direta a partir do sistema de totalização). Entretanto, para as eleições anteriores é necessário levantar os dados históricos de eleições e, após a sua digitação e conferência, inseri-los no referido aplicativo para posterior publicação na Intranet e Internet. O sistema encontra-se com os dados das eleições de 1982 a 2002 atualizados, constituindo ferramenta de enorme utilidade pública, comprovada pelo quantitativo de consultas à Internet/Intranet. Registra-se que os

resultados do último pleito estão disponíveis na página principal do TRESCE na Internet e serão incorporados ao HistElei futuramente.

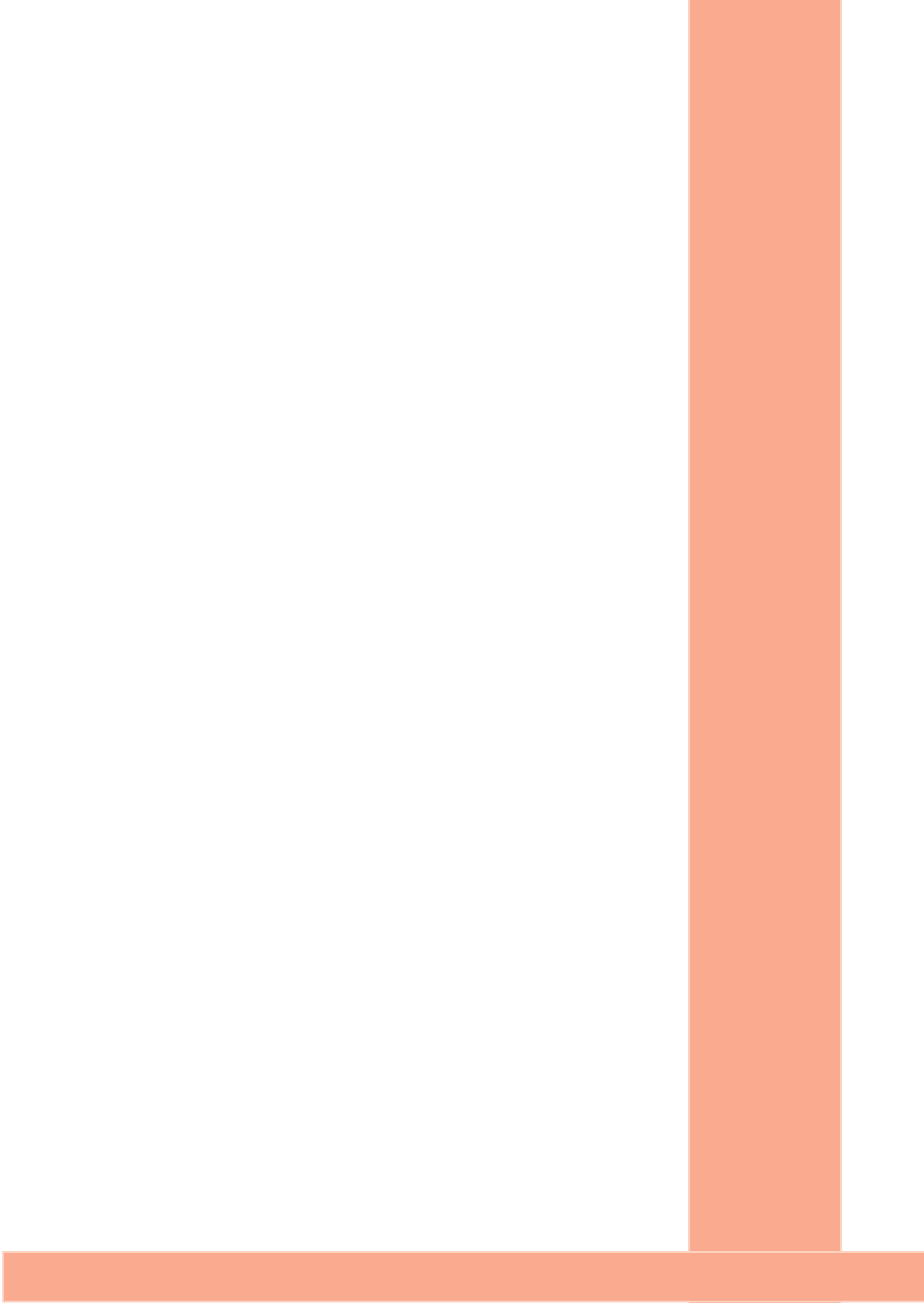
5.4.18 Certidões

A Coordenadoria de Eleições, em atendimento a solicitações da parte interessada ou de órgãos judiciais, com o objetivo de atestar situações de regularidade eleitoral, de aptidão ao exercício de mandato eletivo emitiu aproximadamente 84 certidões de quitação eleitoral/processual.

5.4.19 Pedidos estatísticos

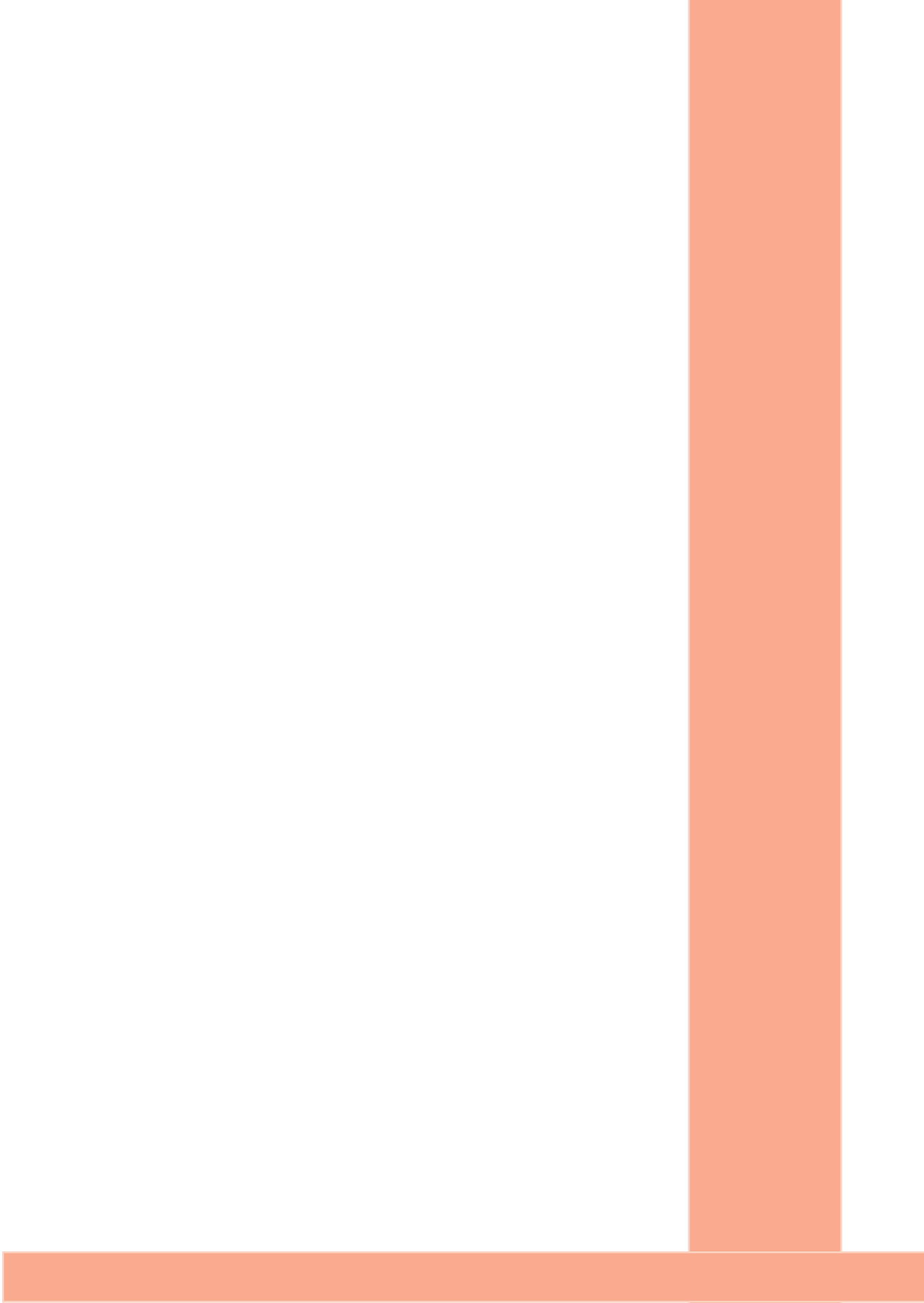
Esta atividade se propôs a atender às diversas solicitações de dados estatísticos eleitorais, tais como resultados de eleições, quantitativos de eleitores e seções por Município/Zona, bem como dados estatísticos específicos, para fins acadêmicos, planejamento partidário, instrução processual, entre outros.





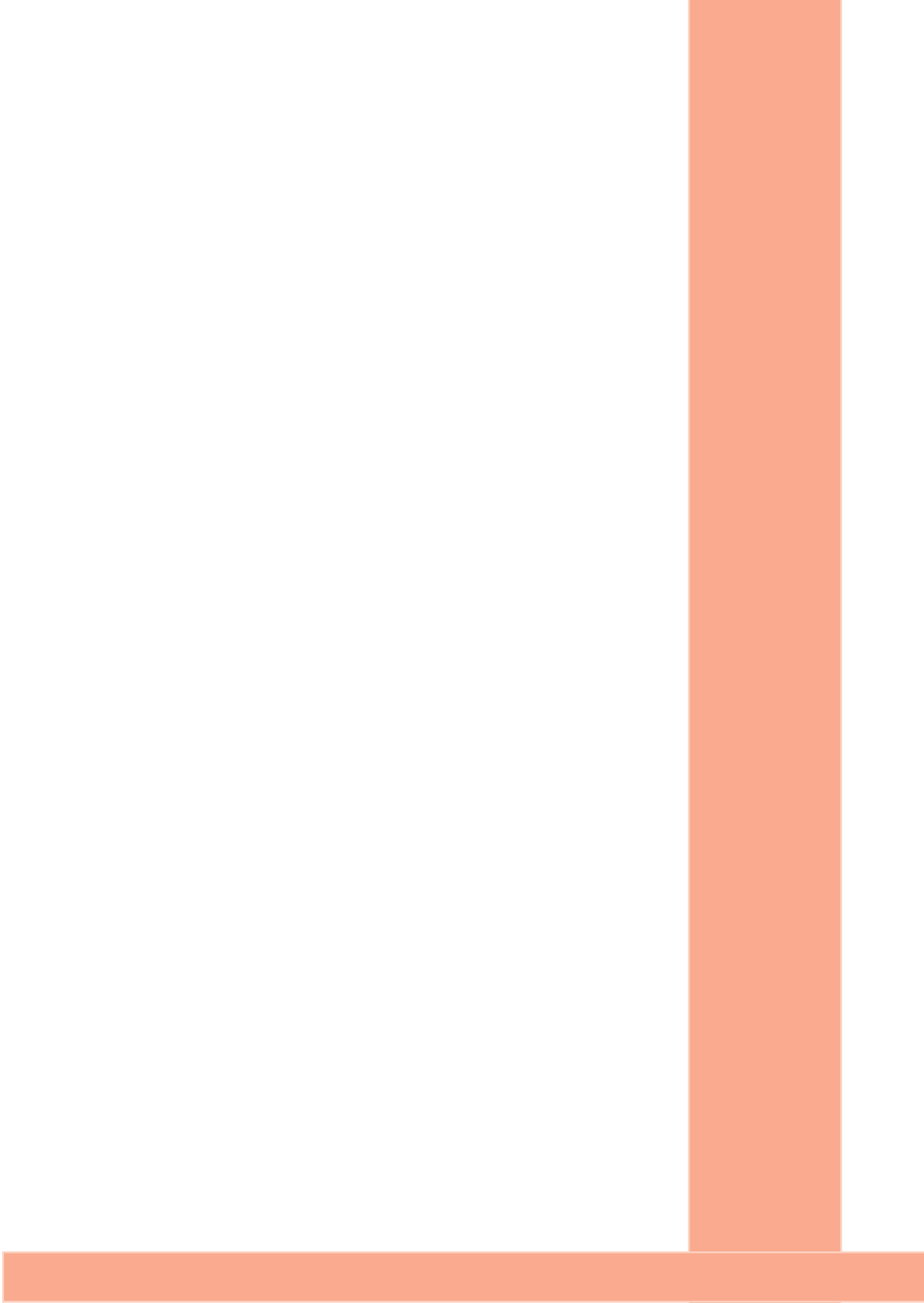


Primeira demonstração da votação eletrônica do futuro para a imprensa, em setembro de 2004



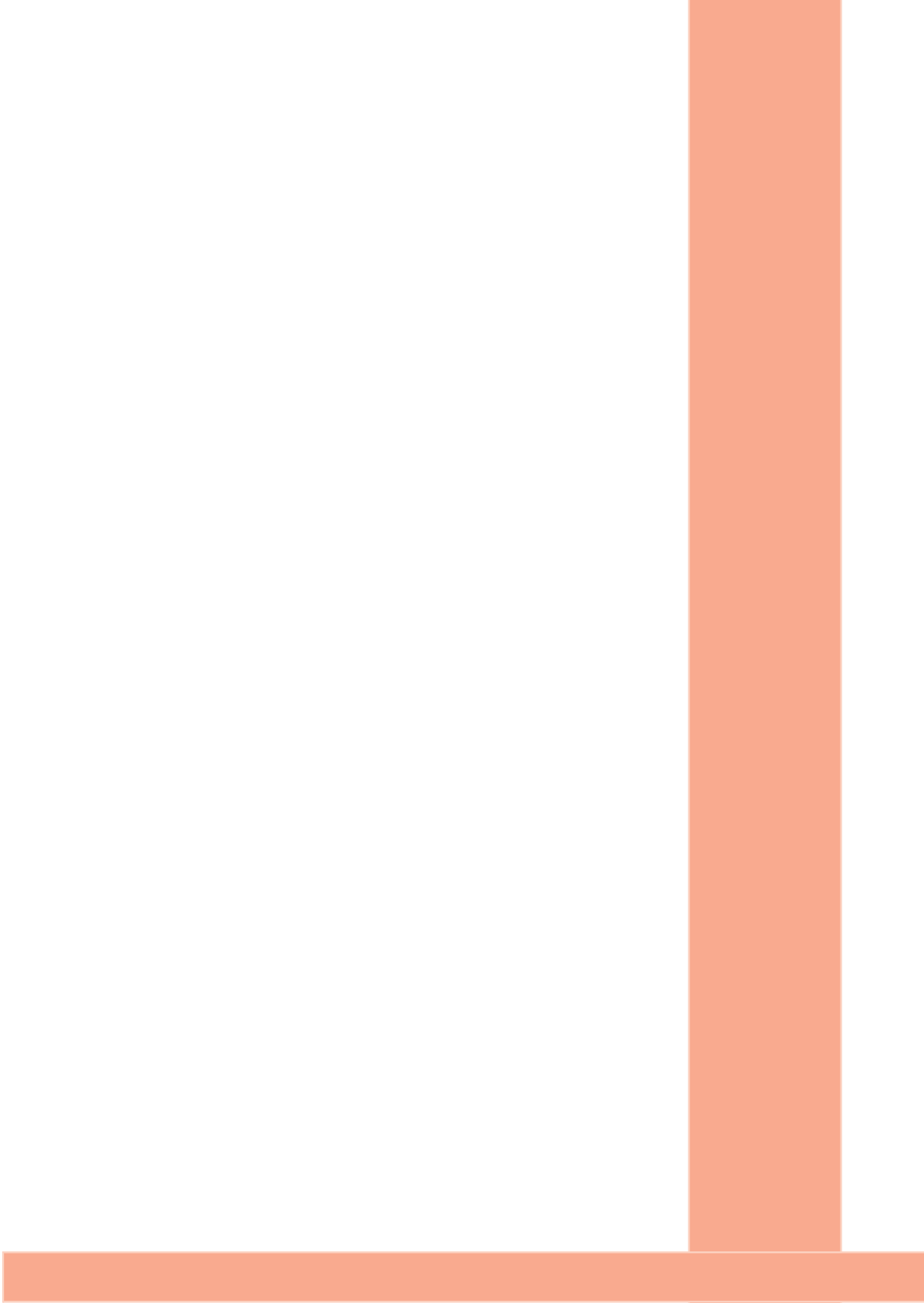


Eleição do futuro: Protótipos de títulos eleitorais, leitor de código de barras e teclado para votação



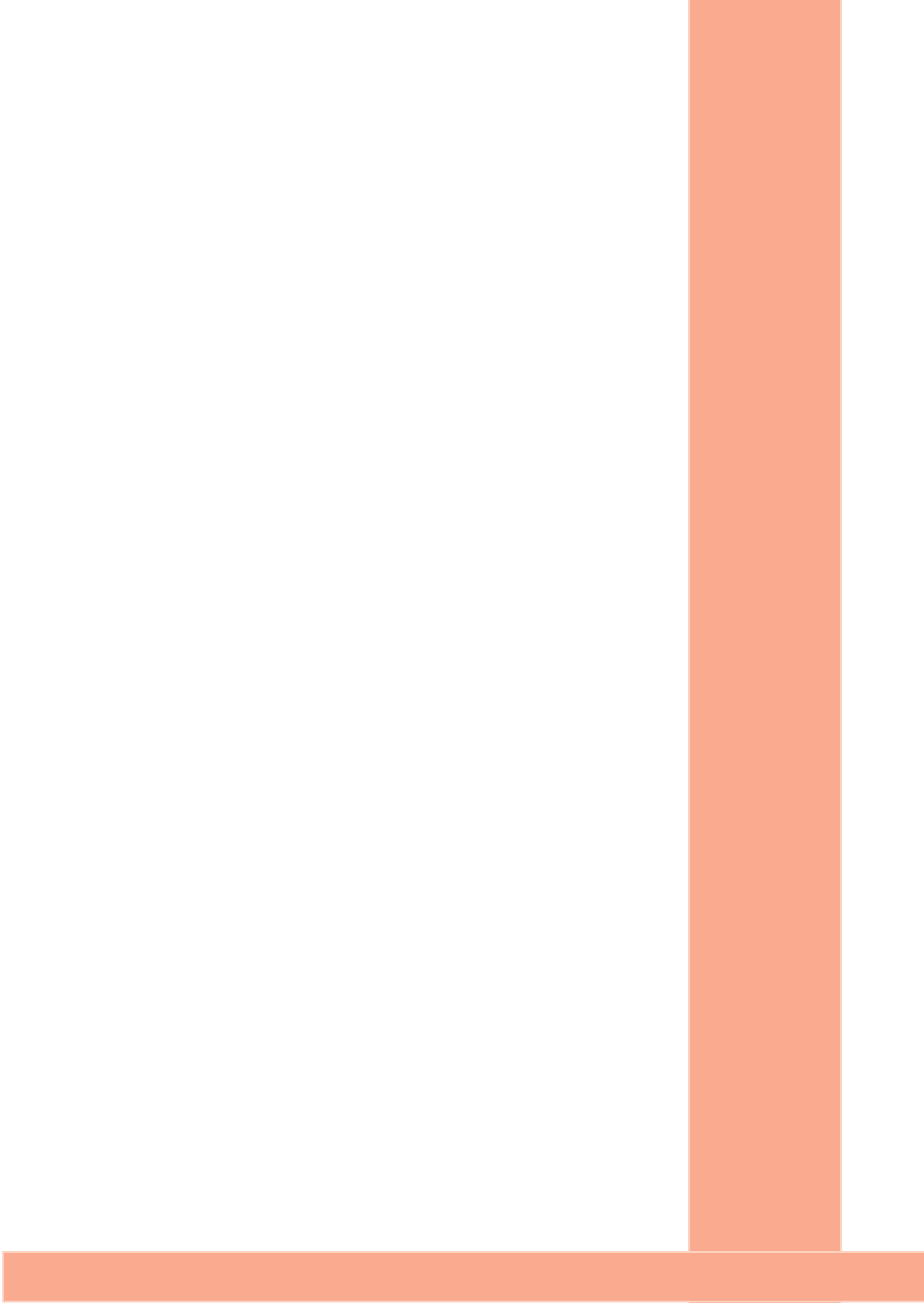


Eleição dos novos dirigentes do TRESC, em 1º de março de 2005, utilizando-se do Sistema de Votação Eletrônica do Futuro, concebido pelo Desembargador Carlos Prudêncio





Nova Sala de Sessões do TRESA, inaugurada em 9 de março de 2005, na gestão do Desembargador Carlos Prudêncio





Nova Sala de Sessões do TRESC, preparada para receber o Processo Virtual. Equipamentos de informática utilizados para a automação das Sessões de Julgamento, com telas de cristal líquido de alta definição e sensíveis ao toque.